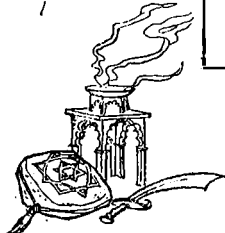
HISTÓRIA
DAS
CRUZADAS
POR
J. F. MICHAUD
EDITÔRA DAS AMÉRICAS

## MATÉRIA CONTIDA NESTE VOLUME:

Livro Vigésimo Primeiro (Continuação)

Livro Vigésimo Segundo (Final).

JOSEPH-FRANÇOIS MICHAUD

# HISTÓRIA DAS CRUZADAS

TRADUÇÃO BRASILEIRA DO
Pe. VICENTE PEDROSO
ILUSTRAÇÕES DE GUSTAVO DORÉ

VOLUME SÉTIMO

**EDITÔRA DAS AMÉRICAS**
Rua General Osório, 62/90 — Tels. 34-6701 e 37-6342
Caixa Postal, 4468
SÃO PAULO

# LIVRO VIGÉSIMO PRIMEIRO

(CONTINUAÇÃO)

# CAPÍTULO XII

----

## CONTINUAÇÃO DO MESMO ASSUNTO.

Foi em sua marcha através de regiões desconhecidas que os cruzados tiveram que correr os maiores riscos e misérias a suportar. Tinha-se o costume de colocar no meio do exército, as bagagens e a multidão dos peregrinos, sem armas; mas essa ordem não podia ser seguida por muito tempo, no exército perseguido pela fome, e numa multidão que nossas velhas crônicas comparam a um feixe sem ataduras e à areia sem cal. Tôdas as tardes os peregrinos erguiam suas tendas sem saber onde estavam; no dia seguinte levantavam acampamento não tendo outro guia que o aspecto do firmamento. Um exército tinha raramente exploradores para observar o inimigo e as regiões que atravessava; também, legiões inúmeras, eram muitas vêzes vencidas no primeiro embate e o menor insucesso foi às vêzes o sinal de uma derrota ou de uma destruição geral. O que mais prejudicou os exércitos cristãos, foi que, em sua marcha, os diferentes corpos que os compunham ficavam muitas vêzes separados uns dos outros e os chefes não se comunicavam, nem sempre, entre si. Lembramos, como os primeiros grupos de cruzados e as tropas de Luís VII e de Conrado pereceram na Ásia Menor; mais tarde dois exércitos, o de João de Brienne e o de

Luís IX, foram vencidos nas margens do Nilo, porque se haviam descuidado de manter as comunicações com Damietta, de onde êles haviam partido.

Não temos bastantes dados positivos para fazer a descrição exata do acampamento na Idade Média e das guerras santas. Um acampamento, segundo a posição do lugar, devia ter forma quadrada, triangular ou semicircular; a forma quadrangular oblonga era a mais própria para a defesa. A cêrca do acampamento era feita por um fôsso de nove pés de largura e oito de profundidade; construiam-se em redor do acampamento muralhas de terra de três pés de altura, diante das quais havia paliçadas, feitas com pedaços de pau. Para estabelecer um acampamento, tinha-se o costume de evitar as margens das torrentes, as planícies muito áridas e a vizinhança das montanhas. Luís VII e o Imperador Conrado foram obrigados a levantar o cêrco de Damasco, porque tinham colocado suas tendas num lugar onde não havia água. Os cronistas da terceira Cruzada, falam muito do acampamento diante de Tolemaida: parecia uma vasta cidade; havia ali tantas fortificações, que, segundo a expressão de uma testemunha ocular, as aves não podiam lá penetrar.

As batalhas, que descrevemos na nossa História já nos podem dar uma idéia da maneira de combater dos cruzados. Todos sabem que na Idade Média a cavalaria era a verdadeira fôrça dos exércitos. Os cavaleiros da cruz não tinham mais con-

fiança em sua bravura, depois de terem perdido seus cavalos; nós os vimos às vêzes montados em camelos, mesmo em asnos ou bois, antes que combater a pé. A cavalaria cristã tinha sempre em seu seguimento uma multidão considerável de soldados de infantaria, que os cronistas designam com a palavra *vulgus,* e que se empregava ùtilmente nos cercos.

Nas grandes batalhas, os guerreiros da cruz não distinguiam nem ala direita, nem esquerda, nem centro do exército; êles eram o mais das vêzes divididos em vários corpos e cada corpo era comandado por um chefe, que seguia as instruções dadas num conselho. Roberto, o Monge, nos diz que na batalha travada contra Kerbogath, o exército cristão avançou contra o inimigo alinhado em forma de uma pirâmide, ou melhor, em forma de um cone. Raul de Caen presta homenagem a Tancredo, pela vitória de Doribéia e diz que o herói normando pôs a desordem entre os muçulmanos, apoderando-se dos lugares elevados. Não estamos bem informados nem temos os dados necessários para apreciar o talento militar que desenvolveram os que comandavam o exército nas guerras santas; mas parece-nos que as batalhas de Antioquia e de Ascalon, as da terceira Cruzada, atestam a presença de chefes experimentados; não podemos deixar de dizer que não reconhecemos a mesma habilidade nas batalhas infelizes de Tiberíades e de Mansourah.

Os muçulmanos só avançavam contra o inimigo soltando gritos horríveis, batendo com fôrça sôbre os escudos, rufando os tambores e os tímbalos. Os historiadores dizem que êsse barulho, que tinha por objeto animar a coragem dos guerreiros, inspirava-lhes a embriaguez ou melhor o furor da vitória. O sultão de Nicéia, que os francos tinham vencido várias vêzes, nos diz como êstes se preparavam para o combate. "Erguiam as lanças e marchavam em fila, calados, como se fôssem mudos; quando se aproximavam do inimigo, (repetimos as palavras do príncipe muçulmano) êles se precipitavam como leões, levados pela fome, ringindo os dentes, enchendo o ar com seus gritos de guerra." Às vêzes os muçulmanos abriam as fileiras como para deixar passar o inimigo, para envolvê-lo em seguida com seu grande número. Outras vêzes, êles combatiam fugindo e esforçavam-se por atrair os cristãos em emboscadas. O pensamento de uma fuga, mesmo simulada, repugnava à bravura dos francos. "Há pessoas, diz um de seus historiadores, que consideram essa tática dos turcos como uma habilidade; mas essa habilidade no fundo é perfídia." Os cruzados desconheciam os ardis e embustes ou estratagemas da guerra e Saladino mesmo censurava-os por descuidarem-se dêsse meio de vencer. Precipitar-se sôbre o inimigo que êle tinha diante de si e atacá-lo abertamente, era a sua tática. Ricardo, ordenou, na batalha de Arsur, que se esperasse um sinal conven-

cionado para atacar; mas os cavaleiros cristãos estavam impacientes e quando o exército muçulmano veio ameaçar suas fileiras, não houve, diz a história, um príncipe, um conde ou um barão, que não se envergonhasse e não se julgasse desonrado, por essa imobilidade na presença do inimigo."

Muitas vêzes os soldados da cruz, experimentados pelos trabalhos e perigos da guerra, mostraram tudo o que a submissão e a disciplina podem dar, de fôrça, a um exército. Eis a disposição das tropas de Ricardo diante dos muros de Joppé. Essa tropa só tinha dez cavalos. Os combatentes a pé punham o joelho direito em terra, a fim de se firmarem melhor, e, apoiando-se sôbre o pé esquerdo, mantinham a mão esquerda estendida com o escudo; com a mão direita seguravam as lanças, que inclinavam, apontando-as para o inimigo. Um balesteiro estava colocado entre dois guerreiros, protegido por seus escudos; um outro soldado preparava a balista, de modo que um devia conservar a arma estendida e o outro, lançar os dardos. Dois mil soldados de infantaria, ordenados dêsse modo, obedientes à voz do chefe, sem deixar suas fileiras, repeliram várias vêzes o exército de Saladino.

Devemos confessar que êsses prodígios de valor disciplinado, mui raramente se encontram na história das Cruzadas. O entusiasmo religioso que animava os cruzados fê-los obter mais vitórias que a tática militar e a habilidade de seus chefes. Na véspera

das batalhas, os guerreiros cristãos confessavam suas faltas e recebiam a comunhão, a fim de que, diz uma antiga crônica, tendo-se fortalecido com o pão celeste, pudessem viver ou morrer como convém a soldados de Jesus Cristo. No último assalto a Jerusalém, os padres, revestidos dos paramentos sacerdotais (aqui citamos Raul de Caen) apresentavam-se à multidão dos guerreiros, que, ora cantavam hinos, ora choravam de alegria, transportando as escadas. "Os cavaleiros marchavam à voz dos homens piedosos e o grito de *Kyrie eléison* partido do fundo dos corações, subia até o trono do soberano juiz." Depois que encontraram a verdadeira cruz do Salvador, ela era levada à frente dos exércitos. Na vitória de Ramla os cristãos julgaram ver essa cruz milagrosa estender-se sôbre todos os pontos do horizonte e erguer-se até o céu. Como a madeira da verdadeira cruz estava coberta de ouro e de pedrarias, devia excitar a cobiça dos soldados; tornou-se muitas vêzes objeto dos mais sangrentos combates. Na batalha de Tiberíades, quando êsse sinal sagrado caiu em poder de Saladino, os mais bravos do exército expuseram-se à morte para defendê-la e os autores árabes comparam os guerreiros cristãos, correndo em socorro da cruz às borboletas, que voam em redor de uma chama. Na véspera do combate em que Rogério, Príncipe de Antioquia, pereceu, um arauto de armas fêz esta publicação: "Ao primeiro sinal da trombeta os soldados tomarão as armas; ao se-

Adoração da verdadeira cruz.

gundo, colocar-se-ão em seus lugares, ao terceiro apresentar-se-ão diante da cruz do Senhor."

Os soldados de Cristo não teriam ousado travar o menor combate, se antes não tivessem recebido a bênção dos bispos. Quando o exército cristão estava frente aos karisminianos, nas planícies de Gaza, retardaram um pouco o sinal da batalha, porque o Patriarca de Jerusalém recusava sua bênção ao Conde de Joppé. A bênção e as indulgências da Igreja eram muitas vêzes o prêmio e a recompensa de uma ação gloriosa. Durante o cêrco de Damietta, o legado romano Pelage retinha os peregrinos sob as bandeiras da Cruzada e as fazia enfrentar todos os perigos, prometendo-lhes as graças do céu, não sòmente para êles, mas também para suas famílias, que haviam ficado no Ocidente. Como o tesouro das indulgências era inesgotável, usaram dessa moeda santa em tôdas as circunstâncias perigosas. Depois da batalha em que Bohémond foi feito prisioneiro, vários prelados tinham procurado salvar-se na fuga; o Arcebispo Bernardo pedia a seus companheiros que cortassem a cauda do cavalo, que o impedia de fugir e prometia uma indulgência plenária, por tão grande serviço. Na multidão dos cristãos fugitivos, um só cavaleiro veio em seu auxílio e recebeu a bênção episcopal." Assim, acrescenta, o cronista que nos narra êste fato, um, tendo garantida sua salvação nesta vida, o outro, na vida futura, ambos entraram pacìficamente em Edessa. "O trecho que acabamos

de citar pode fazer o leitor sorrir, mas, quando lemos a história das Cruzadas, admiramo-nos de todos os prodígios de bravura que as promessas feitas em nome do céu geraram. De qualquer maneira que julguemos hoje, as palmas do martírio e as misericórdias de Deus, apresentadas como primeiro motivo e único prêmio do valor, devemos confessar, que essa crença na eternidade e êsse pensamento da vida futura, que os guerreiros levavam ao meio das cenas de destruição e de morte, dão à história das guerras santas uma fisionomia e um caráter moral que não encontramos nas guerras mais gloriosas dos tempos antigos.

# CAPÍTULO XIII

----

## DISCIPLINA DOS CRUZADOS.

Baudri e Roberto, historiadores da primeira Cruzada, dizem-nos que depois do cêrco de Archas e enquanto os cruzados avançavam para Jerusalém, castigavam-se aquêles que faltavam às leis da disciplina e eram elas ensinadas aos que não as conheciam; eis tudo o que nos dizem da disciplina dos soldados da cruz.

Pudemos notar na história das Cruzadas que os guerreiros cristãos instruíam-se principalmente na escola da adversidade. Quando êles sofriam reveses, voltavam ao mesmo tempo à fé, ao temor de Deus, ao temor de seus chefes, ao evangelho e à disciplina. Odon de Deuil compraz-se em descrever a ordem que reinava no exército de Luís VII, depois que foi atacado e vencido, perto de Laodicéia. Haviam dado a cada qual um pôsto que êle não devia abandonar; ninguém podia sair das fileiras, nem mesmo para repelir um ataque dos turcos; muitos nobres que tinham perdido os cavalos, haviam-se armado de arco e se alinharam entre os peregrinos. O mesmo rei, *senhor das leis,* submetia-se à disciplina com os soldados, e, seguido de uma tropa valorosa, dirigia-se a tôda parte, onde o perigo de seus companheiros de armas o chamava.

Muitas vêzes surgiam questões entre os cavaleiros, ou guerreiros a cavalo e os cruzados a pé. As dificuldades e os trabalhos confiados à infantaria, principalmente, nos cercos, os combates que sustentava com vantagem, davam-lhes uma confiança cega e o orgulho os dispunha a desprezar seus chefes. Nós vimos, que no cêrco de Tolemaida, uma multidão indisciplinada saiu de repente do acampamento, apesar da ordem dos condes e dos barões, aos quais a inveja havia excitado; ela desprezou a excomunhão dos bispos e precipitou-se em tumulto contra o exército muçulmano, que matou cinco mil dêsses agressores imprudentes. Um cronista faz a êsse respeito uma reflexão que descreve muito bem a multidão de todos os tempos e de todos os países. "O furor, diz êle, venceu a prudência, a impetuosidade superou a razão, o número, excedeu à autoridade. Tôdas as vêzes, acrescenta o mesmo historiador, que o povo é levado por uma paixão, toma a temeridade, pela coragem, e não vê melhor partido que o adotado. Na sua imprevidência, evita o que quer detê-lo e despreza o que o quer guiar." No cêrco de Damietta, onde João de Brienne comandava o exército, a multidão dos cruzados, a pé, queixou-se da inatividade dos cavaleiros, e atribuiu a si mesma a glória de todos os combates, contra os muçulmanos; os nobres e os cavaleiros, todos os guerreiros que combatiam a cavalo, não puderam suportar as queixas e as pretensões injuriosas dos soldados da infantaria. Final-

mente, os espíritos se esquentaram; para terminar a questão, os soldados a pé e os cavaleiros saem do campo, impacientes por mostrar seu valor e vencer os muçulmanos. Marcham contra o inimigo na maior desordem, começa a batalha, enquanto os chefes ainda estavam reunidos em conselho. Mas em seguida a mais horrível confusão se introduz nas fileiras e a cega confiança muda-se de repente em terror pânico. O Rei de Jerusalém que procurava reunir os combatentes, quase foi morto pelo fogo grego; um grande número de cavaleiros e de soldados perderam a vida ou caíram prisioneiros e as cabeças de quinhentos guerreiros da cruz separadas do tronco, cheias de sal, foram mandadas ao sultão do Cairo. "Foi assim, diz um cronista, que Deus fêz justiça aos cruzados, que tinham saído do acampamento, não por amor a êle, mas pelo sentimento de vanglória."

Um historiador, testemunha ocular nos diz que pelo fim dêsse mesmo cêrco, decretaram-se penas severas contra os cruzados, mesmo contra as mulheres, que abandonavam o pôsto ou o lugar do perigo. Condenavam-se os culpados a perder a mão direita; êles eram despojados das armas e de tudo o que possuíam. Essa disposição penal parecia dirigida contra os que faltavam à coragem, circunstância que raramente encontramos nos exércitos cristãos. Vemos, às vêzes, é verdade, que os peregrinos se deixavam abater pela miséria e pelo desespêro. Então

supunham-se milagres, contavam-se aparições celestes para lhes erguer o espírito abatido. Nossos leitores devem lembrar-se de que Bohémond ordenou que se incendiassem as casas de Antioquia, para forçar os cruzados vencidos pela fome a se dirigirem às muralhas da cidade. Teriam recorrido a outros meios extraordinários para lembrar aos soldados da cruz o respeito à disciplina; mas entre os guerreiros que iam tão longe buscar inimigos para combater, nada devia ser mais raro e mesmo mais inútil do que as leis que puniam o temor do perigo e o esquecimento pusilânime dos juramentos da Cruzada.

As relações que nos falam da expedição de Frederico I dizem-nos que no Conselho reunido em Presburgo haviam-se feito leis sensatas e mui sábias sôbre a disciplina. Se acreditarmos nessas mesmas relações, o imperador as fêz observar com muita severidade, principalmente no que se refere à repressão do roubo. Não era fácil conter, nesse ponto, guerreiros que não tinham o mais das vêzes o alimento necessário para a vida e se persuadiam em sua penúria, de que tôda a terra pertencia aos soldados de Jesus Cristo. Frederico, chegando a Nápoles, nomeou cinqüenta senhores da milícia, encarregados, em cada divisão do exército, de velar pela execução das leis militares e de prevenir tôda desordem. Dois cavaleiros das margens do Reno, pagaram com a vida uma infração às leis promulgadas. Assim se estabelecia a disciplina e o Oriente se admirou de ver, por

fim, um exército do Ocidente, onde reinavam a ordem e a submissão. Um cronista, depois de ter descrito a gloriosa batalha de Icônio, diz, que os guerreiros da cruz não eram indignos de semelhante favor do céu, pois que, o amor da disciplina, da castidade e da concórdia reinavam no exército cristão. Os emires que notificaram Saladino da marcha e da chegada de Frederico, estavam todos de acôrdo em apresentar os guerreiros alemães como modelos de tôdas as virtudes bélicas.

Em todos os combates, proibiam-se aos guerreiros apoderarem-se dos despojos do inimigo, antes da vitória. Nesse caso, nada era mais difícil do que se fazer obedecer e as proibições mais severas nem sempre impediram as desgraças que arrastava consigo o amor desordenado aos despojos dos vencidos. Entre as causas da indisciplina nos exércitos cristãos, podemos contar também a extrema bravura dos chefes e dos soldados. Essa bravura não reconhecia nenhuma espécie de perigo e tôda precaução tomada contra o inimigo parecia-lhes um sinal de fraqueza e de timidez. O exemplo do cão milagroso que era chamado de *cão de Nossa Senhora,* e que, no cêrco da *África* avisava os cristãos da presença do inimigo, caracteriza bem esta desconfiança do perigo e a cega certeza da vitória, que encontramos em todos os campeões da cruz. Havia um mal ainda mais grave a se temer: queremos falar da licença dos grandes e dos hábitos feudais que os cavaleiros e os barões manti-

nham nas guerras santas. Nós vimos que na segunda Cruzada a ruína de um exército florescente, veio da desobediência de um chefe, desobediência pela qual Godofredo de Rancon foi castigado com a perda do comando e de sua fama militar. Sabemos que depois da tomada de Tolemaida, Ricardo teve muito mais motivo para se queixar da rivalidade e da inveja dos outros chefes, do que da indocilidade dos soldados. Nada é mais estranho nos anais da guerra santa que o exército de Frederico II, que não reconhecia seu chefe, por ordem da Igreja. Enquanto os cruzados avançavam para a Palestina, uns, amaldiçoavam o imperador, outros, seguiam-no de longe; tôdas as ordens davam-se em nome da república cristã. A discórdia dos muçulmanos sòmente, salvou então o exército dos peregrinos e abriu-lhes as portas de Jerusalém.

Pudemos ver que, entre os chefes das Cruzadas os maiores monarcas não eram sempre os que melhor sabiam fazer-se obedecer. Guilherme Longue-Epée, queixando-se dos príncipes e dos barões franceses no Egito, dizia a Luís IX: "Vós então não sois rei, pois não podeis fazer justiça?" Estas palavras exprimem ao mesmo tempo a idéia que então se tinha da realeza e o estado de desordem em que se encontrava o exército cristão. Sabemos como Luís IX e seu exército caíram na escravidão dos muçulmanos e quais as conseqüências da temeridade aventureira e da bravura indócil do Conde de Artois.

Não repetiremos aqui o que já dissemos várias vêzes sôbre as ordens militares da Terra Santa. Os hospitalários e os templários, os cavaleiros teutônicos, marchavam sempre para o combate como um só homem e sua milícia intrépida era como o escudo dos exércitos cristãos. Êles punham sua glória na submissão aos chefes e a vitória mesma não podia servir de desculpa à menor desobediência. Infelizmente os cruzados, vindos da Europa, não os viam sem inveja e não seguiam, nem seu exemplo, nem seus conselhos.

Aproveitamos de tudo o que encontramos nas crônicas para relatar a tática e a disciplina dos cruzados. Citaremos, terminando êste capítulo, algumas das máximas militares, referidas por Marino Sanuto, em seus *Secrets des fidèles de la croix*. "Nas marchas e em tôdas as operações guerreiras, é preciso que, o que é proveitoso ao exército, seja de ruína, para o inimigo . . . É melhor deixar para trás, tropas de reserva, do que espalhar ao longe soldados, na frente do exército . . . Um pequeno número de homens bem exercitados marcha sem dificuldade para a vitória; uma multidão grosseira e inábil só serve para fugir . . . A natureza cria poucos homens com uma alma forte e disciplinada; a disciplina dá coragem a um grande número . . . Um exército que avança em desordem está sempre em perigo . . . Em tôdas as coisas da vida, podemos nos emendar depois de uma falta, mas, nos combates, uma falta é irre-

parável e o castigo segue sempre, de perto . . . Nada é mais grato na guerra, do que se ver um acampamento bem defendido, um acampamento onde os guerreiros podem passar os dias e as noites em segurança, como se tivessem levado consigo a própria cidade . . . Quando o inimigo chega, êles têm tempo de se preparar para o combate e não caem sob a espada, como uma tropa de animais . . . Não se tem necessidade da espada para vencer àquele que nada previu e que não tem as provisões necessárias . . . Chamai um grande número de homens, quando tiverdes que deliberar; para o comando, agi, porém, sempre sòzinho . . . Nas ações decisivas, quando se trata de vida ou morte, não há perdão para as faltas, nem mesmo as mais leves . . ."

Essas máximas gerais não dão, como vemos, noções bastante positivas sôbre os projetos da tática, no tempo das Cruzadas. Mas Sanuto tem o cuidado de dizer que aquêles que quiserem saber mais, poderão fazê-lo nas escolas, o que prova pelo menos, que a guerra já era uma ciência e que dela se davam então lições, não apenas nos acampamentos e nos campos de batalha.

# CAPÍTULO XIV

# DIPLOMACIA DAS CRUZADAS.

Para conhecermos a fundo o espírito das Cruzadas, não é inútil saber quais foram na guerra e na paz as relações entre os cristãos e os muçulmanos. Na animosidade recíproca, nada era mais difícil do que uma aproximação; e as relações entre os dois povos, ou melhor, entre as duas crenças inimigas, não deveriam ser freqüentes. O primeiro exemplo que nossa história nos oferece, foi no cêrco de Antioquia. Sabemos que então chegou ao acampamento dos cruzados uma embaixada; os guerreiros cristãos, pouco acostumados à linguagem das negociações levaram os embaixadores ao campo de batalha e, encarregando de algum modo a vitória de falar por êles, ofereceram à delegação egípcia as cabeças dos vencidos como uma prova de seus sentimentos e de seu poder. Algumas de nossas crônicas nos dizem que uma embaixada cristã acompanhou ao Cairo os enviados do califa: temos poucas notícias positivas sôbre êsse assunto, o objeto e a sorte dessa delegação dos cruzados; mas, se julgarmos pelos acontecimentos que se seguiram e principalmente pela batalha de Ascalon, devemos crer que, nem os cristãos, nem os muçulmanos do Egito tinham então intenções pacíficas. Falamos em nosso terceiro livro dos enviados

do emir de Ézas aos cruzados, senhores de várias cidades da Síria, para lhes pedir socorros contra o soberano de Alepo. Lembramo-nos de que foi uma pomba que, para grande surprêsa dos peregrinos levou ao emir muçulmano a notícia do tratado concluído com Godofredo de Bouillon. De resto, êsse tratado não salvou o emir de Ézas, que, caindo em seguida nas mãos dos inimigos, expiou com a morte uma aliança inútil com os discípulos de Cristo.

Depois da instituição do reino de Jerusalém, originaram-se relações entre os cristãos e as potências muçulmanas das vizinhanças. Em suas negociações com os infiéis, os novos conquistadores da Palestina, limitavam-se a declarar que tôdas as cidades da Judéia pertenciam a Jesus Cristo e a São Pedro, de quem êles eram servos. "Por que, diziam, o emir e o cádi de Cesaréia aos cristãos que sitiavam a cidade, por que quereis invadir nosso país e nos dar a morte, pois está escrito que Deus nos criou como vós à sua imagem?" Os cristãos respondiam: "Não invadimos vosso país, mas reclamamos uma terra que pertence ao príncipe dos Apóstolos; nós não vos queremos matar, mas o Senhor disse: Eu sou o Deus das vinganças e a espada será erguida contra aquêles que transgredirem a minha lei." Era esta então a linguagem da diplomacia cristã e da diplomacia muçulmana. A maior parte das cidades da Síria pagaram um tributo aos francos vitoriosos. O terror que os

guerreiros da cruz inspiravam ditava os tratados e presidia-lhes a execução.

Vimos por vêzes alianças ofensivas e defensivas contra os cristãos e alguns príncipes muçulmanos; mas uma desconfiança mútua sempre impediu que essas alianças tivessem algum resultado ou mesmo alguma duração. Uns, julgavam desagradar a Jesus Cristo aproximando-se dos infiéis; os outros, temiam a cólera de Maomé misturando suas bandeiras com as da cruz. As negociações mais notáveis dos francos com as potências muçulmanas foram as de Amaury, Rei de Jerusalém e do califa do Cairo. Referimos essas negociações, nas quais *o príncipe dos crentes* com grande escândalo dos muçulmanos foi obrigado a apresentar a mão descoberta aos delegados cristãos. Os emires egípcios que disputavam o favor do califa e a autoridade soberana, chamaram por sua vez em socorro de sua ambição as armas de Amaury e as de Noureddin sultão de Damasco. Então vimos chegarem sucessivamente às margens do Nilo, embaixadores que animavam a esperança das facções e exércitos que desolavam o país. De um lado e de outro, mostraram mais bravura que respeito pelos tratados e pelas leis da justiça. Amaury, ao mesmo tempo enganado e vencido, foi obrigado a abandonar o Egito e foi, no meio de tôdas essas revoluções que se consolidou a potência de Saladino, que acabou por se tornar senhor de Damasco, do Cairo e de Jerusalém.

Antes da terceira Cruzada, a história faz menção das relações que se estabeleceram entre os príncipes do Ocidente e os mais poderosos monarcas da Ásia. Os cronistas contemporâneos referem que havia partido da Europa um enviado do Imperador da Alemanha, de nome Gerardo, que foi muito bem recebido na côrte do Cairo e de que nos resta uma relação que fala de uma longa permanência no Oriente. Por sua vez, Saladino, antes da tomada da Cidade Santa, tinha mandado embaixadores ao Ocidente e êsses embaixadores ficaram vários meses na côrte de Frederico Barba-Roxa. Quando a Cruzada se decidiu entre os príncipes cristãos, Frederico, cheio de respeito pelas leis da cavalaria, não quis marchar contra o novo conquistador da Palestina, sem lhe haver declarado guerra, por uma mensagem solene. "Nosso dever, como chefe do Império, escrevia Frederico a Saladino, é defender a cidade de Jesus Cristo; nós vos mandamos que, se não abandonardes as terras que acabais de invadir, sustentados pela virtude do Altíssimo, tentaremos a guerra e seus azares, a contar das calendas de novembro." Depois de assim ter declarado sua resolução, o Imperador da Alemanha cita a história antiga para provar ao filho de Ayoub que o Egito, a Síria e muitas outras regiões do Oriente pertenciam aos sucessores dos Césares. Assim, vemos que Frederico não reclamava a Palestina como domínio de Jesus Cristo ou de São Pedro, mas como uma província do império romano,

o que parece uma novidade nas Cruzadas. O chefe do império germânico faz a enumeração dos povos que pode chamar para defender seus direitos e na carta nomeia os "habitantes do Reno, que tomam as armas mesmo em tempo de paz, a juventude da Istria que jamais soube o que era fuga, os boêmios, que sabem morrer com alegria, os suevos, os guerreiros da Turíngia e da Francônia, célebres por sua astúcia e habilidade, os povos dos Alpes, cheios de agilidade, os polonêses, mais ferozes que os animais das florestas, os pisanos, temíveis no mar." Saladino em sua resposta exprime, antes, sua surprêsa, depois, invocando o nome de Maomé, faz por sua vez a exposição de suas fôrças: "Vós citais os povos do vosso império; mas êles não igualam o número dos povos muçulmanos. Nós governamos os árabes beduínos, que sòzinhos poderiam deter nossos inimigos, os turcomanos, que seriam suficientes para dispersar os guerreiros cristãos; a Fenícia, o Egito, a Síria obedecem às nossas leis; o califa de Bagdá erguer-se-ia de seu trono se fôsse necessário, para vir em nosso auxílio. Mas, para que temos necessidade de tantas fôrças reunidas? Nossos exércitos, que entraram em Jerusalém, não poderão defender nossas conquistas?" O sultão lembra depois a Frederico os reveses dos cristãos na Ásia e ameaça levar a guerra até à Europa. "Não, não é suficiente para nós, acrescenta êle, ter conquistado essa terra marítima em que estamos. Passaremos os mares, se prouver a

Deus, e, protegidos pela justiça divina, subjugaremos os reinos do Ocidente; pois, se vierdes até aqui, sereis obrigados a trazer todo o vosso povo e não restará ninguém para defender vossas cidades e vossas províncias." Ao mesmo tempo que êle enviava uma mensagem a Saladino, o Imperador da Alemanha escrevia ao sultão de Icônio, seu antigo aliado, para lhe pedir passagem por seus territórios. Frederico recebeu dêsse príncipe muçulmano uma resposta mais pacífica, mas, quando chegou à Ásia Menor encontrou tôda a população turca armada contra êle. Dissemos em outro lugar, qual o têrmo dessas negociações com as potências muçulmanas e o fim deplorável da expedição dos alemães.

Na terceira Cruzada, que durou tanto tempo, sentiu-se mais de uma vez a necessidade de falar da paz e as negociações se misturaram muitas vêzes com as cenas mais sangrentas da guerra. Foi então que Ricardo mostrou seu caráter irrequieto e impetuoso e Saladino, sua firmeza calma e seu fanatismo prudente. Nas relações que a necessidade da paz fêz nascer entre os chefes cristãos e os chefes muçulmanos, a história faz notar uma espécie de urbanidade e de espírito cavalheiresco, que parecia pertencer a outro tempo; mas quando nos recordamos de que depois do cêrco de Tolemaida o chefe do exército muçulmano recusou executar os tratados e o Rei da Inglaterra ordenou o massacre dos vários milhares de prisioneiros e de reféns, somos bem obrigados a reco-

nhecer ainda os costumes e a diplomacia de um século grosseiro e bárbaro. Finalmente, concluiu-se um tratado de paz, porque de ambos os lados, não se podia mais combater; estas, as disposições das potências que assim se aproximavam, levadas pela necessidade; Ricardo, deixando a Palestina prometia lá voltar com um exército e Saladino, quando, um ano depois da paz jurada, morreu em Damasco, nutria ainda o pensamento ousado de levar suas armas até à Europa.

A Cruzada de Frederico II foi apenas uma longa negociação. O imperador tinha mandado embaixadores ao sultão do Egito. Quando os guerreiros da cruz e os defensores do islamismo se encontraram, não se preocuparam em continuar a guerra ou em travar combate; a história mostra os dois príncipes colocados em igual situação de embaraço: Frederico, desprezado pelos cristãos, o sultão do Cairo, amaldiçoado pelos muçulmanos, e ambos desejando a paz, no temor de seus aliados e de seus soldados. Também uma crônica do tempo atribui sòmente a Deus o fim desta negociação singular. "Enquanto se tratava, diz Ricardo de S. Germano, da restituição da Terra Santa, o Senhor Jesus Cristo, que é a sabedoria do Pai, decidiu em sua costumeira providência que o sultão restituiria ao imperador a cidade de Deus." Embora Frederico escrevesse ao Rei da Inglaterra, que Deus acabava de fazer brilhar seu poder abrindo-lhe as portas de Sião, a deferência

que êle mostrava para com os muçulmanos e as palavras que lhe dirigem as crônicas árabes provam pelo menos, que nas negociações com o sultão do Cairo, o imperador não invocou a autoridade da Igreja Cristã e não exigiu Jerusalém, como a herança do Filho de Deus. De resto, jamais tratado algum foi mais mal recebido por aquêles mesmos que dêle deviam aproveitar-se; pois, o Patriarca de Jerusalém não deixou de denunciar ao Papa e à cristandade essa conquista pacífica da Cidade Santa como obra da perversidade e como uma profanação das Cruzadas.

Frederico, no entretanto, conservou-se fiel aos tratados que tinha concluído e manteve suas relações na Ásia, apesar da côrte de Roma, que não lhe podia tolerar um aliado, nem entre os cristãos, nem entre os muçulmanos. Quatro anos depois de sua expedição à Palestina, recebeu na Sicília os enviados do sultão do Egito e do Velho da Montanha. Os embaixadores egípcios traziam-lhe uma tenda magnífica, em que as imagens do sol e da lua representavam a marcha das estações e marcavam exatamente as horas do dia e da noite. Alguns anos mais tarde, nós lemos em Mateus Paris, que, depois da sangrenta batalha de Gaza o monarca alemão mandou uma embaixada aos sultões do Cairo e de Damasco, para pedir a liberdade dos escravos, ameaçando os príncipes infiéis, não com

as fôrças da cristandade, mas das águias de Roma e da Alemanha.

Os cruzados de S. Luís e as relações dêsse príncipe com os muçulmanos trazem ao mesmo tempo, tristes e gloriosas recordações. Vimos como os mamelucos, assassinos do seu sultão, tratavam com a espada na mão, condições de paz, e como o rei da França triunfou por sua firmeza sôbre uma milícia ávida de despojos e do sangue dos cruzados. Durante sua permanência na Palestina, Luís IX manteve algumas relações com os emires do Cairo e com o soberano de Damasco; se essas negociações não puderam reparar às desgraças da cruzada, a caridade de Luís lhes deu, pelo menos, a libertação de um grande número de prisioneiros cristãos. Voltando à Europa, o monarca não deixou de ter os olhos voltados para o Oriente, para onde êle anelava ainda levar o estandarte da fé cristã. Sabemos que êle recebeu vários embaixadores do rei de Túnis; êle esperava que êsse príncipe infiel se convertesse ao cristianismo e aquela esperança levou-o por fim a uma última cruzada, onde o aguardava a palma do martírio. Vimos que essa expedição infeliz terminou por um tratado entre o rei de Túnis e o sucessor de S. Luís; êsse tratado, no texto árabe, conserva-se ainda nos nossos dias nos arquivos do reino e é o primeiro ato importante da diplomacia das cruzadas, que chegou até nós.

# CAPÍTULO XV

# CONTINUAÇÃO DO MESMO ASSUNTO

Pelo fim das cruzadas, a diplomacia ressentiu-se, com a discórdia que reinava ao mesmo tempo entre os cristãos e entre os muçulmanos. Na expedição do rei da Navarra, vemos os príncipes tratarem, uns, com o sultão do Cairo, outros, com o príncipe de Damasco. Os peregrinos do Ocidente negociavam, às vêzes, com os sarracenos e com os turcos, sem a adesão dos cristãos do país e freqüentemente acontecia que os cristãos do Oriente terminavam uma guerra sem disso avisar os cristãos. Sabemos quantas autoridades diferentes havia na terra santa, quantos governos diversos. Os templários e os hospitalários, as nações da Europa estabelecidas nas cidades cristãs, tôdas mantinham relações mais ou menos diretas com as potências muçulmanas; todos tinham o poder, se não, de concluir uma trégua, pelo menos de rompê-la. Também, os príncipes soberanos da Síria e do Egito diziam que não se podia ter confiança alguma nos cristãos e que entre êles, *os menores desfaziam contìnuamente o que os maiores haviam feito*. Era um fenômeno das cruzadas, principalmente nos últimos tempos, que uma trégua fôsse respeitada até o fim. Jamais alguém quis ficar no Ocidente, quando se pregava uma guerra

santa, ante o pensamento de que as colônias cristãs da Síria estavam em paz com os muçulmanos. A esperança da vitória ou o temor de uma derrota, era a única e verdadeira medida do respeito que se tinha pelos tratados com os infiéis.

Como nenhuma potência humana podia assegurar, nem garantir a execução dos tratados, as partes contratantes invocavam a autoridade das crenças religiosas e submetiam-se, a si mesmas, aos anátemas que cada religião proferia contra o perjuro. Os cristãos pronunciavam o nome de Jesus Cristo e contentavam-se em renegar ao batismo, se viessem a violar seus juramentos. Os muçulmanos tomavam o testemunho de seu profeta e de antemão declaravam-se infiéis às leis do Alcorão, se faltassem à palavra dada. Em certas ocasiões recorriam-se a meios extraordinários para se certificar da exatidão recíproca, em cumprir os tratados. Vemos, por vêzes, na história, os cristãos e os bárbaros misturar seu sangue numa taça e bebê-lo, como sinal de aliança e fraternidade. A observância das leis da paz ou da guerra nem sempre foi garantida por essas diferentes precauções e tal era o desprêzo que se tinha pela santidade dos juramentos, que de ambos os lados, queixavam-se apenas da violação do direito das gentes e a ruptura de uma trégua, não causava surprêsa.

Quando o sultão de Damasco morreu, diz uma velha crônica, *morreram tôdas as tréguas.* Essas

expressões singelas mostram muito bem a desordem e a confusão dessa época infeliz. Os cristãos, em seu estado de humilhação, não negociavam mais pelo poder, mas pela vida. É coisa triste verem-se os restos da grandeza dos francos; para êles os tratados eram apenas atos de submissão; exigia-se que êles demolissem suas fortalezas e êles as demoliam; que êles renunciassem a tôda aliança com os povos da Europa e êles renunciavam; assim os fracos filhos do reino de Godofredo em suas últimas relações com os muçulmanos, desonravam de certo modo seus irmãos do Ocidente e tremiam ao pensamento de recordar as glórias das cruzadas.

Quando o Oriente não viu mais os exércitos da cruz, os tratados de comércio tornaram-se ùnicamente o objeto das expedições com os muçulmanos. É interessante ver-se com que sagacidade tôdas as dificuldades são previstas nessas peças diplomáticas e que espírito de astúcia e de prudência presidia à sua redação. Vários dêles nos foram conservados pelos historiadores orientais; quando os lemos com atenção, julgamos que as potências muçulmanas temeram por muito tempo a volta das guerras santas e que não deixaram de ter, pelos cristãos do Ocidente, as desconfianças e as prevenções que os cruzados lhes haviam inspirado.

Não falaremos aqui das relações dos francos com os tártaros; os povos da Tartária apresentaram-se no teatro dos acontecimentos, sòmente pelo

fim das cruzadas e quando as colônias cristãs já se desfaziam em ruína. A nação mongol tentou várias vêzes levar suas conquistas até o Egito e, nas vicissitudes da guerra aliou-se ora com os muçulmanos, ora com os cristãos. Os tártaros depois de terem passado o Eufrates mandaram muitas vêzes embaixadores aos reis da Europa e êstes, por sua vez, mandaram aos tártaros várias mensagens. Conservam-se nos arquivos da França duas cartas escritas a Filipe, o Belo, pelo chefe dessa nação bárbara. Os tártaros, que não tinham religião nacional, abraçaram por fim, a religião muçulmana, que dominava na Ásia. É provável que, se as nações cristãs lhes tivessem oferecido a esperança de uma poderosa aliança, êles teriam abraçado o cristianismo e essa conversão dos povos mongóis ao Evangelho teria podido mudar a face da terra.

Não voltaremos a falar das negociações entre os gregos e os francos, de que já falamos várias vêzes. Tôdas as vêzes que os cruzados negociaram com os senhores da Grécia, quer sôbre sua passagem, quer sôbre víveres, sempre tiveram o pensamento de se apoderar de Constantinopla. Finalmente, Constantinopla foi tomada e o império grego, destruído. Deplorável resultado de uma antipatia entre dois povos, que se acusavam de traição e não podiam se aproximar um do outro, sem ainda mais se odiar. Quando os gregos voltaram a Bizâncio, fizeram-se novas negociações com os latinos e prin-

cipalmente com a côrte de Roma; prometia-se socorrer os gregos, contra os turcos, se êles reconhecessem a supremacia da Igreja de Roma. Êstes prometiam submeter-se a tudo o que se lhes pedisse principalmente nos momentos de perigo. Foi durante essas relações mantidas pelo temor, às quais a desconfiança sempre presidia, que o império grego caiu em ruínas e sua capital tornou-se prêsa fácil para os bárbaros, que a ameaçavam, há vários séculos.

Faremos conhecer melhor a diplomacia das cruzadas apresentando um quadro rápido das relações que os chefes da Igreja mantiveram com os infiéis. A primeira mensagem dos Papas às potências muçulmanas e a carta que Lúcio III escreveu a Saladino para convidá-lo a fazer uma troca de prisioneiros. O sultão mostrou-se favorável ao pedido do Pontífice e respondeu a Lúcio que tinha recebido sua carta com *coração contente e espírito alegre.* O irmão de Saladino, ao qual o Papa também escreveu, dizia-lhe em sua resposta que o considerava como seu *melhor amigo.* Malek-Adhel rogava a Deus que inspirasse ao chefe da Igreja, como a êle também, o que era conveniente fazer-se, *com o auxílio da graça divina,* para a salvação dos cristãos e dos muçulmanos. Os têrmos afetuosos dessa correspondência podem excitar, a princípio, alguma surprêsa, mas, nos não devemos esquecer de que o novo senhor do Egito e da Síria ameaçava então

invadir a Palestina e êle temia principalmente uma cruzada, que poderia destruir seus intentos.

Depois da morte de Saladino, Malek-Adhel governava o império dos ayoubitas, e nós vemos estabelecerem-se novas relações entre êsse príncipe e o Papa Inocêncio III. Na sua carta ao sultão, o Pontífice explicava a perda de Jerusalém dizendo que existe no céu um Deus *que transporta os tempos à vontade e dá os reinos dêste mundo a quem êle quer*. Depois, solicitava a clemência do príncipe muçulmano em favor dos cativos e dos infelizes habitantes da terra santa. O Papa aconselhava enfim, ao soberano de Damasco que restituísse aos cristãos a cidade de Jesus Cristo, cuja posse não tinha vantagem para êle e devia levá-lo a muitos perigos e sacrifícios. A história não diz se o irmão de Saladino respondeu a esta carta de Inocêncio.

Gregório IX também teve relações com os príncipes infiéis, mas notamos numa de suas mensagens um outro espírito e um caráter diferente. O Papa, dirigindo-se ao mesmo tempo ao califa de Bagdá, aos soberanos do Cairo e de Damasco, apresentava-se a êles como o intérprete das Santas Escrituras e os aconselhava a se renderem à evidência da fé cristã. Invocava ora o patriarca, ora os profetas e os apóstolos, verdadeiras luzes colocadas na *estrada das verdades evangélicas*. "Não é o vosso reino que nós pedimos, acrescentava Gregório, é a vós mesmos. Não queremos atentar nem contra vossa

honra, nem contra vosso poder; nosso voto mais caro é elevar-vos acima do século e garantir vossa salvação na terra e no céu." Nada seria mais interessante, sem dúvida, do que vermos como os príncipes muçulmanos e principalmente o *Vigário de Maomé*, responderam ao chefe da Igreja cristã; mas não encontramos nenhum esclarecimento a êsse respeito, nem nos autores árabes nem nos historiadores ocidentais.

Nas guerras contra os turcos, os Papas tiveram numerosas relações, ora com os conquistadores da Grécia, ora com as potências muçulmanas do Egito, da Síria e da Pérsia. Um dos pregadores mais ardentes da guerra santa, Pio II, depois de ter procurado em todo o universo inimigos dos turcos, teve o pensamento bizarro de opor às armas de Maomé II os argumentos da teologia e de triunfar sôbre êles, pela dialética. Resta-nos uma memória muito extensa na qual o soberano Pontífice esforça-se ora para convencer o espírito do imperador turco, com raciocínios, ora para seduzir sua ambição mostrando-lhe a conquista fácil de todo o Oriente e mesmo a posse da Hungria e da Boêmia. Desprezando essas mensagens e tôdas essas negociações, os muçulmanos continuavam sempre de vitória em vitória a pedir a paz e tal era então o espírito da diplomacia das cruzadas, que um soberano Pontífice agradeceu ao imperador da Alemanha, tê-lo incluído num tratado de paz, com Solimão.

Nada prova mais a decadência das guerras santas que essas negociações dos Papas. Nas primeiras cruzadas ocupavam-se principalmente em conquistar os reinos dos infiéis; a conversão dos príncipes muçulmanos tornou-se em seguida assunto dos pontífices porque o entusiasmo bélico começava a se estender e tornava-se mais fácil encontrar argumentos que soldados. De resto, essas últimas tentativas não tiveram melhor resultado que as precedentes e Deus permitiu que todos os países dos quais se havia contestado a posse, ora com piedosos raciocínios, ora com a espada dos cruzados, continuassem em poder dos inimigos do Evangelho.

# CAPÍTULO XVI

## O QUE SE PASSAVA NA EUROPA DURANTE AS CRUZADAS

As cruzadas eram um grande espetáculo para as gerações contemporâneas. Em tôdas essas expedições longínquas, a Europa não deixava de ter suas vistas voltadas para a Síria e para as estradas que levavam a Jerusalém. Os cruzados não travavam um combate, não sofriam uma derrota, sem que a notícia dêsse fato não se espalhasse logo por tôda a cristandade. Vimos, que manifestações de júbilo fizeram os fiéis, quando souberam que a cidade santa tinha sido libertada pelos companheiros de Godofredo. Nas cidades, nos castelos, nas cabanas dos servos, nos claustros, por tôda a parte, repetia-se o nome de Jerusalém; tôdas as famílias cristãs rejubilavam-se, como se o céu tivesse anunciado a cada uma delas suas bênçãos e uma era de felicidade tivesse começado para o mundo. Oitenta anos mais tarde, quando a cidade de Jesus Cristo foi reconquistada por Saladino, um luto universal se estendeu pela igreja latina; o Ocidente teria visto menos desolação no meio de seu povo, se algum grande flagelo tivesse destruído as cidades mais florescentes ou se a metade de seus habitantes tivesse perecido na guerra ou com algum castigo do céu.

A Europa afligia-se e se rejubilava sòmente por fatos que aconteciam longe dela; todos se apaixonavam pelos acontecimentos do Oriente e tudo o que não estava de acôrdo com as paixões dominantes era votado ao anátema. Em vão os desertores da primeira cruzada, para desculpar sua falta, contavam suas misérias ou perigos; ninguém lhes queria dar crédito; choravam sua ausência, amaldiçoavam sua volta e a igreja, unida a todo o povo, ameaçava-os com a vingança do céu, se êles não se apressassem em voltar para a Ásia. Como estavam persuadidos de que Deus favorecia as armas dos peregrinos, acreditava-se fàcilmente nas notícias das vitórias; ai! dos imprudentes que por primeiros espalhavam a notícia de algum grave desastre, sucedido aos exércitos da cruz! Na primeira expedição de Luís IX, as notícias chegaram da tomada do Cairo; em tôdas as igrejas o clero e o povo haviam cantado o *Te Deum laudamus* por êsse feito dos cruzados. A história nos diz que mandaram matar como criminosos aquêles que no meio da alegria geral, começaram a falar do cativeiro do rei.

Os cristãos que haviam ficado na Europa tinham, como a multidão dos cruzados, seus prognósticos e sinais que lhes pressagiavam os triunfos ou os reveses dos peregrinos. A história contemporânea nota que uma aurora boreal que tinha vivamente impressionado a atenção dos cruzados no cêrco de Antioquia, fôra vista ao mesmo tempo na

Normandia e considerada como o sinal dos acontecimentos que se deviam suceder além dos mares. Lemos em Guilherme de Nangis, que o Papa Eugênio III celebrava em Reims o santo Sacrifício da Missa e o Sangue de Jesus Cristo se espalhou sôbre o tapête, diante do altar; ao mesmo tempo o trovão ribombou sôbre um mosteiro da Picardia, enquanto os monges estavam na igreja e dois cenobitas foram atingidos no santuário pelo fogo do céu; previram-se então grandes calamidades para o mundo cristão e a Alemanha e a França desoladas souberam dos desastres da segunda cruzada. Durante a sexta expedição, o Papa tinha ordenado que se fizesse, todos os meses e no mesmo dia, em tôdas as paróquias, uma procissão para se pedir a Deus que afastasse das armas cristãs a confusão e o opróbrio. Na missa solene, no momento em que a Hóstia de salvação é oferecida pelos pecados do mundo, todos os fiéis se deviam prostrar humildemente e cantar em côro o salmo marcial: *Que o Senhor se erga, e que todos os que o odeiam fujam diante de sua face.* Numa carta escrita do Oriente, dizia-se aos fiéis que não tinham tomado a cruz: "Reuni-vos para rezar na sexta-feira que precede o aniversário do triunfo de Jesus Cristo, pois no mesmo dia, combateremos contra os sarracenos." Assim a oração unia os que combatiam na Ásia e os que não haviam abandonado seus lares. A cristandade ofereceu um espetáculo ainda mais tocante numa cruzada contra

os turcos; tocava-se o sino todos os dias ao meio-dia e desde a Noruega até o estreito de Cádiz todos os cristãos rezavam, juntos pelos irmãos que defendiam Belgrado, sitiada por Maomé II.

Dissemos, segundo as crônicas do tempo, que durante as guerras santas as desordens que perturbavam a Europa cessaram, de repente. Essa suspensão milagrosa de tôdas as discórdias, tinha sem dúvida algo de verdadeiro; mas seria exagerado dizer-se que não houve perturbações nem guerras durante as cruzadas. Orderico Vital, na sua história nos fala longamente da guerra injusta e cruel que Guilherme, o Ruivo, rei da Inglaterra travou contra Hélio, senhor do Mans. Foi em vão que o infeliz Hélio, que tinha tomado a cruz, invocou os privilégios da guerra santa e disse ao monarca inglês: "Colocarei a cruz em meu escudo, em meu capacete, na sela e nas rédeas do meu cavalo." Guilherme nem assim deixou de levar seu exército ao país de Mans; tôda a região foi devastada. Hélio aprisionado e acorrentado e, essas violências sacrílegas, diz o historiador que acabamos de citar, cometiam-se no mesmo tempo em que os cruzados marchavam para Jerusalém.

O abade Suger, em suas cartas a Luís VII, censura o rei por não corresponder ao amor impaciente de seu povo e por comprometer com seu atraso a tranqüilidade de seu reino, que a ambição dos condes e barões tinha perturbado. Wilbaldo, abade

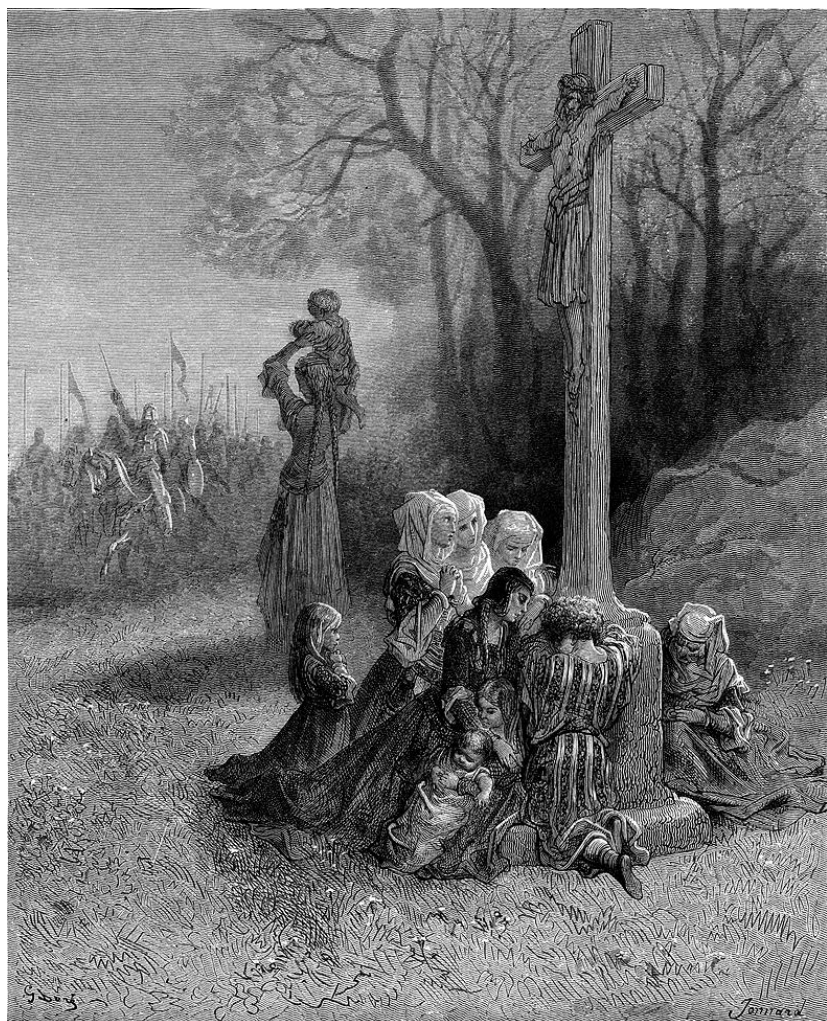
de Corvey, que governava o império germânico, na ausência de Conrado, dirige as mesmas censuras e os mesmos rogos ao imperador da Alemanha. A Lorena estava entregue aos salteadores, aos incêndios e o que principalmente afligia o prelado, não se respeitavam nem mesmo os privilégios da abadia de Corvey.

Os bispos tinham recebido do Papa a ordem formal de excomungar a todos os que tentassem perturbar a paz pública e que usurpassem os direitos dos príncipes cruzados. Essas ameaças deviam produzir um efeito salutar; mas tinham algumas vêzes necessidade de serem acompanhadas pela fôrça temporal e a maior parte dos guerreiros que podiam fazer respeitar a justiça, haviam-se dirigido ao Oriente. Podemos bem crer que os decretos da Igreja muitas vêzes ficavam sem execução, porque as solicitações e as ameaças da Santa Sé não puderam abreviar, nem amenizar o cativeiro de Ricardo Coração-de-Leão, que caíra nas mãos de seus inimigos, ao regressar da Palestina e tornara-se prisioneiro de um monarca cristão. Se os castigos de Roma não tinham podido pôr os reis a salvo da injustiça e da perseguição, que poderiam êles, para com os simples súditos, peregrinos, suas espôsas e filhos, que haviam deixado? O abade de Claraval, que dizia, depois de suas pregações na França e na Alemanha, que as aldeias e os castelos estavam desertos e que em muitos lugares havia apenas um homem para cada

sete mulheres, o abade de Claraval, dizemos, traçava sem o saber, um quadro fiel da cruzada e de todos os gêneros de desgraça que ela devia trazer consigo.

Aqui, as guerras santas se apresentam ao nosso pensamento sob o aspecto mais doloroso. Não há crônica antiga que, à partida dos cruzados, não lhe tenha feito a descrição da marcha triunfal; mas, de todos êsses exércitos, que os mais vastos campos mal podiam conter e que deviam conquistar o Oriente, nenhum voltou à Europa. A história contemporânea, semelhante ao fúnebre marinheiro da Fábula, parece ter assumido o dever de conduzir os guerreiros da cruz para fora dos limites da Europa cristã; ela os acompanha à Ásia, como ao sepulcro, depois, conserva um profundo silêncio. "Ó Jerusalém, cidade do rei do céu, exclama um chefe da Igreja, que guerreiros da cristandade mandaste para te socorrer! Que de cristãos foram armados com o sinal da cruz, a fim de te arrancar ao jugo da escravidão! E quantos peregrinos guerreiros, no Oriente só encontraram ferros, tribulações ou mesmo morte!" A história narrando as misérias dos peregrinos, só falou das tristezas da piedade. Como seus quadros nos teriam causado interêsse, se, no meio dêsses grandes movimentos políticos e religiosos, ela tivesse surpreendido o segrêdo dos afetos humanos e tido em conta as lágrimas derramadas diante dos lares desertos. Se ela tivesse dito das inquietações mortais dos esposos,

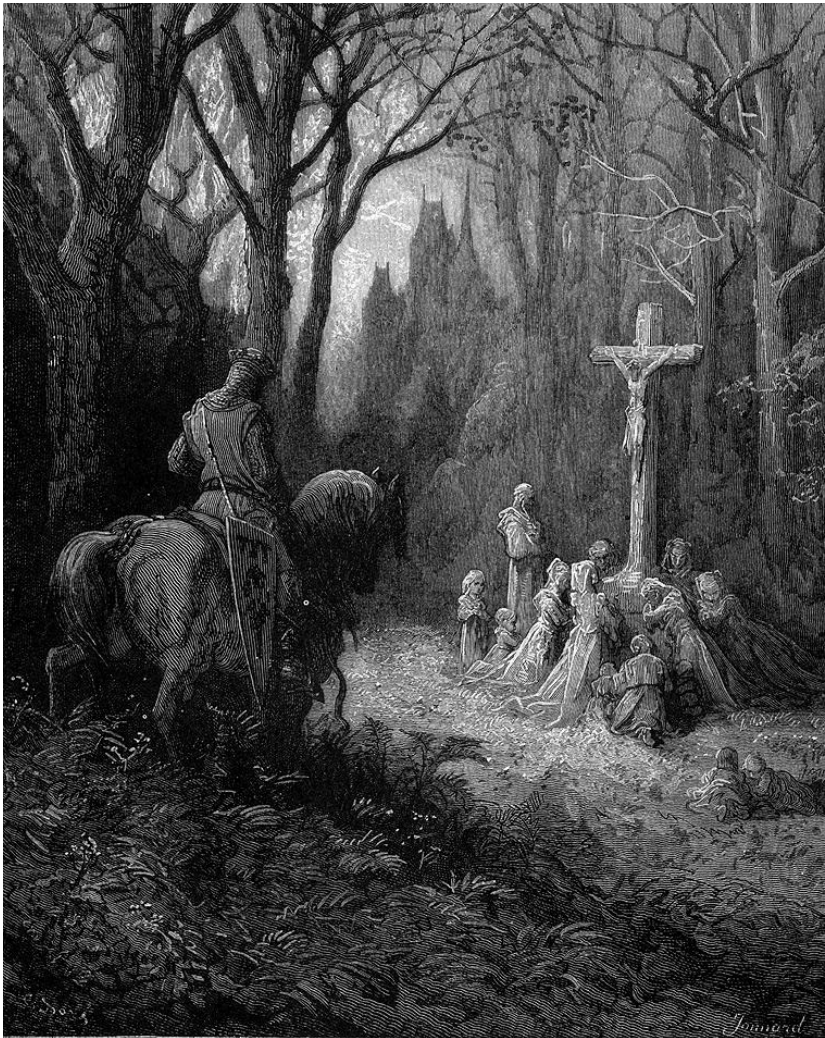
dos amigos e dos parentes, separados por tão longa ausência ou melhor por um exílio semelhante à morte! Deixando o lar doméstico, os cruzados diziam às espôsas e aos filhos, chorando: *Voltaremos dentro de dois anos, dentro de três anos.* Mas essa promessa mesma, muito se parecia com um eterno adeus. As tradições históricas nos mostram amizades generosas que resistiram a tôdas as provas de uma cruel e longa separação. Mas ao lado dêsses prodígios de fidelidade, que de laços quebrados pela ingratidão, pelos atrativos de um mundo novo, ou pelo excesso da miséria que enerva a coragem e amolece os corações. Quantas lembranças comoventes apagadas da memória! Quantas esperanças perdidas! Quantos perjúrios, dos quais a cruz era o pretexto e a piedade não poderia absolver! Quantos culposos abandonos, trouxe a falsa aplicação desta máxima evangélica: "Aquêle que deixar seu pai, sua mãe, seus parentes, sua casa, para me seguir, será recompensado com o cêntuplo."

Ficava-se, às vêzes, vários anos na incerteza da vida ou da morte dos cruzados. Nessa incerteza desoladora, interrogavam-se os sonhos, os fantasmas da noite e seu testemunho era suficiente para trazer aos corações a tristeza ou a alegria; muitas vêzes os habitantes consternados de um castelo julgavam ver perto da ponte levadiça a sombra queixosa de um cavaleiro morto no cêrco de Damietta ou de Tolemaida; era a única notícia que se tinha de sua morte,

A partida

Na noite que precedeu à batalha de Mansourah, a mãe de Guilherme Longue-Épée, viu em sonhos um jovem guerreiro subir ao céu, coberto por uma armadura resplandecente; as côres do escudo que êle levava ao peito, causaram-lhe espanto e ela perguntou quem êle era: "Sou Guilherme, teu filho!" respondeu-lhe uma voz que lhe era conhecida. Algum tempo depois, souberam na Inglaterra que Guilherme Longue-Épée, tinha morrido no mesmo dia em que sua mãe o tinha visto subir ao reino dos eleitos e dos mártires.

Uma carta de Inocêncio nos dá a conhecer as vivas apreensões da rainha Branca, à partida de Luís IX. "Vosso espírito, dizia-lhe êle, sempre perturbado, sempre triste, não pode encontrar descanso. Apreensiva sôbre a sorte de vossos filhos, seguis com os olhos do espírito seus movimentos e sua marcha e sua recordação sòmente ocupa a vossa alma; vossa solicitude materna, vela sem cessar; ávida de notícias, vós definhais em uma cruel expectativa." Lendo estas palavras do pai dos fiéis, quem não se recorda com pesar de que todos os temores de Branca não se tardaram a realizar e ela não mais tornou a ver seus três filhos, que haviam partido para o Oriente? Não nos esquecemos daquela Margarida de Hainaut, que foi procurar no Oriente as pegadas de seu espôso, prisioneiro dos turcos, e voltou à Europa sem nada ter sabido que a pudesse consolar. A França jamais conseguiu saber o que

foi feito do conde de Bars e de vários ilustres cavaleiros que haviam tomado parte na batalha de Gaza. O conde de Mecklemburgo ficou vinte e seis anos nas prisões de Damasco, sem que se soubesse na Alemanha se êle estava vivo ou morto. Depois das mais ativas indagações, nada se pôde saber da sorte do imperador Balduíno, prisioneiro dos búlgaros e os flamengos estiveram a ponto de tomar as armas por um impostor, que se dizia o conde de Flandres.

Aconteceu, às vêzes, que os peregrinos, depois de uma longa ausência, tornavam-se desconhecidos ao seu próprio lar. Uma mulher encontrava o marido com outra espôsa; um espôso, a mulher com outro marido. Êsses casamentos eram ordinàriamente anulados, pela autoridade eclesiástica, a única competente para pronunciar sôbre semelhantes questões o seu juízo e sôbre tudo o que se referia aos cruzados. Excomungaram no Concílio de Lisieux os esposos que contraíram novas núpcias antes de ter certeza de que sua mulher ou seu marido, na cruzada, tinham morrido, durante a peregrinação. Mais de um cruzado, voltando ao lar paterno, via seus bens nas mãos dos herdeiros, que, tendo-o colocado no número dos mártires de Jesus Cristo, haviam dividido seus bens terrestres. Êsses abusos renovavam-se freqüentemente e espalhavam grande perturbação nas famílias. Os Papas procuraram dar-lhes remédio e vários breves dos pontífices proibiram aos fiéis dispor dos bens de um peregrino antes que se tivesse a certeza

O regresso

de sua morte, o que era às vêzes outro inconveniente e nem sempre remediava ao mal.

Devemos confessar que a longa ausência, a vida errante dos cruzados, nem sempre favoreciam à vida doméstica e que em tôdas essas expedições, empreendidas para libertar a herança de Jesus Cristo, muito freqüentemente se esqueceram os preceitos e a moral que o Filho de Deus tinha trazido aos homens, para que se conservassem a paz e a justiça.

# CAPÍTULO XVII

# CONTINUAÇÃO DO MESMO ASSUNTO

Se os reinos da Europa, com suas leis e suas instituições, eram prêsa de muitas violências e iniqüidades, que de roubos não se deveriam cometer nas vastas solidões do mar onde o crime não tinha que temer outra testemunha que Deus e outro suplício que o remorso dos culpados! Enquanto as frotas das cidades marítimas transportavam para a Síria os exércitos cristãos, as armas e as provisões dos cruzados, negociantes, levados pelo espírito de ambição vendiam aos infiéis madeira de construção, ferro e tudo o que podia secundar o furor dos bárbaros nas guerras contra os cristãos. No mesmo tempo, quando se combatia na Palestina para a libertação do Santo Sepulcro, piratas corriam pelo Mediterrâneo e saqueavam, ora os discípulos de Maomé, ora os discípulos de Jesus Cristo. Várias sentenças dos Papas perseguiram êsses violadores do direito das gentes e da fraternidade evangélica. Mandaram às cidades e às aldeias em que êles habitavam e de onde tinham partido, que os chamassem e castigassem. Em tôdas as cidades que margeiam o Oceano, publicavam-se todos os domingos, decretos que os separavam da comunhão dos fiéis. Era proibido manter com êles um comércio qualquer ou relação.

Se alguma calamidade lhes ameaçava a vida, êles não tinham parte nas orações dos irmãos cristãos; se êles caíam nas mãos dos turcos, deviam ser abandonados à escravidão.

Pudemos notar na nossa História que a perseguição contra os judeus durou quase tanto quanto as cruzadas. Essa nação infeliz não teve um momento de segurança e o nome tão caro de Jerusalém era para ela um sinal de guerra e de destruição. Uma crônica alemã diz que à pàrtida da primeira expedição, mais de doze mil israelitas pereceram, mortos pela espada. A eloqüência de S. Bernardo e os breves dos papas defenderam-nos contra as paixões cegas da multidão; mas a humanidade dos doutôres e dos sábios daqueles tempos bárbaros limitava-se a lhes proteger a vida. Seus bens eram raramente respeitados pelos peregrinos, que se arruinavam para ir ao Oriente e que estavam persuadidos de que os judeus deviam pelo menos pagar as despesas da guerra santa; algumas vêzes isso lhes era impôsto, como o clero e os cardeais, pagavam o décimo e o vigésimo de suas rendas; muitas vêzes aboliam-se as dívidas contratuais, para com êles, confiscando-lhes em proveito do govêrno ou da Igreja tudo o que lhes era devido. No entretanto, vêmo-los sempre continuar com a usura; foi em suas mãos que os senhores, que tinham tomado a cruz deixaram suas rendas, e às vêzes mesmo suas terras. O clero, que se alistava sob as bandeiras da cruzada, emprestava

dinheiro dêles, para as despesas da viagem e muitas vêzes acontecia que durante todo o tempo de uma guerra santa, os vasos sagrados e os ornamentos de uma igreja ficavam em depósito com aquêle povo, ao qual se imputava a morte de Jesus Cristo.

O espírito que tinha gerado as cruzadas tomou por vêzes uma direção diferente e tôdas essas paixões religiosas que ameaçavam o Oriente, rebentaram na Europa, semelhantes às tempestades que ora são levadas para longe, ora precipitam-se sôbre os mesmos lugares onde se formaram. Sabemos da revolução dos pastôres que perturbou a França durante o cativeiro de S. Luís; os povos persuadiram-se de que Deus rejeitava o sacrifício dos grandes da terra e queria confiar a defesa de sua herança aos fracos e aos pequenos. Essa revolução renovou-se no comêço do século décimo-quarto e parece ter tido nas duas épocas o mesmo móvel e o mesmo caráter político e religioso.

Entre essas perturbações, ocasionadas pelo espírito das guerras santas, devemos notar o delírio que se apoderou da juventude e mesmo da infância; queremos falar daquela cruzada de crianças que se manifestou alguns anos depois da tomada de Constantinopla pelos latinos. Como tôdas as leis humanas se calavam à vista da cruz, ninguém ousou opor-se a êsse empreendimento, que era considerado como uma santa revolta contra a autoridade paterna e as leis profanas da família. Quando se encarceravam êsses

A cruzada dos meninos.

jovens insensatos, as portas da prisão abriam-se a estas palavras: *Nós vamos a Jerusalém!* e, se um homem sábio atrevia-se a dar um conselho, uma reprimenda, acusavam-no logo de ser partidário ou cúmplice dos hereges e dos infiéis. Os que queriam pregar a paz e fazer ouvir a voz da razão não chegaram a ser ouvidos, sem escândalo, mesmo apresentando os instigadores dêsse movimento desordenado como mágicos ou como missionários do demônio.

As cruzadas foram um pretexto de várias outras desordens. Uma crônica da Áustria nos diz que na Alemanha um grande número de aventureiros e de vagabundos tomou a cruz e as armas e se espalharam pelas províncias, exigindo pela violência, tributos que os imperadores tinham estabelecido para a manutenção e defesa dos santos lugares. Vários clérigos reunidos a êsses novos cruzados anunciavam em nome de Deus que os fiéis que não pagassem o tributo para a guerra santa, seriam amaldiçoados e suas casas queimadas pelo fogo do céu. A história diz ainda que ninguém ousou levantar a voz contra êsse bando de sediciosos; a Alemanha esperou que êles se dispersassem por si mesmos, como se espera o fim de uma tempestade ou de um flagelo da natureza, contra o qual a fôrça humana é impotente.

Para não apresentarmos sòmente quadros tristes, vamos falar de uma associação feita na mesma época e a que chamaram de a Instituição de Deus: "O

Senhor, diz um autor contemporâneo, apareceu na cidade de Puy a um pobre carpinteiro de nome Durand e deu-lhe uma cédula onde se encontrava a imagem da Virgem, tendo nos braços um menino, que parecia ser Nosso Senhor Jesus Cristo. Depois que esta notícia foi levada para longe e se espalhou, muitos vieram, de tôdas as partes a Puy, e, no dia da Assunção, o pobre carpinteiro, colocado num lugar alto, falou a todo o povo reunido. Êle pregou a restauração da paz pública e para afirmar sua missão mostrou a cédula santa. Todos os presentes, levados por suas palavras, elevaram a voz e juraram diante de Deus que estavam prontos a tomar as armas contra os inimigos da religião e da humanidade. A imagem da Virgem Maria impressa sôbre metal e suspensa ao peito, tornou-se o penhor da paz que êles tinham jurado. Essa Associação espalhou-se por tôdas as províncias vizinhas e seus generosos esforços fizeram triunfar as leis da justiça em tôda a Septimânia." Essa espécie de cruzada contra os ladrões e a licença nos oferece um dos espetáculos mais interessantes da Idade Média. Mas é difícil manter por muito tempo no respeito das leis e da fidelidade aos juramentos uma multidão indisciplinada e vitoriosa. Os cavaleiros da Virgem, sempre de armas na mão, não tardaram em perturbar a paz que tinham restabelecido, e sua tropa, obcecada por um louco orgulho, vencida e dispersada por sua vez,

foi tratada, como tinha tratado os inimigos de Deus e dos homens.

Viram-se então várias outras associações ou reuniões que um espírito de piedade tinha feito nascer e que acabou por se tornar a origem das maiores desordens. Citaremos aqui sòmente aquêles penitentes que percorriam as aldeias e as cidades caminhando, dois a dois, batendo-se com varas; seita insensata e bizarra, que perturbou a Itália, que queria edificar e que desapareceu para dar lugar a outros sectários não menos exaltados.

Quando detemos um instante nossa atenção sôbre essas populações, que se deslocam por um movimento espontâneo, que nenhum poder humano faz agir e que se julgam chamadas pelo céu para defender ou para pregar a religião, não podemos deixar de reconhecer aí algo do espírito e do entusiasmo das cruzadas. Era sempre por meio de aparições celestes, com o socorro de alguma revelação milagrosa, que se inflamavam as paixões de uma multidão cega e que se arrancava o povo de seus lares e de seus trabalhos. Acrescentemos que jamais a Europa tinha visto semelhante espetáculo, nem nos séculos passados, nem nos tempos da Idade Média que tinha precedido às guerras santas. A maior parte dêsses movimentos populares pareciam acusar os que a Providência tinha posto à frente das sociedades cristãs; dizia-se que a justiça divina se havia afas-

tado dos grandes da terra, mesmo dos príncipes da Igreja e tôda multidão que uma inspiração religiosa arrastava, tornava-se o povo de Deus.

Era tal o estado dos espíritos, que a sociedade não se deixava mais conduzir, a não ser pela exaltação e pelo entusiasmo. Para estar em harmonia com os costumes e as idéias do tempo, era preciso que a virtude e a moral tivessem algo de apaixonado e de extraordinário; a piedade pacífica e simples não podia mais servir de exemplo; a devoção ardente que arrastava os guerreiros à Ásia inspirava a muitos homens piedosos austeridades inauditas e os levava a retiros inacessíveis. O número de ermidas e mosteiros, como dissemos na nossa História, aumentou consideràvelmente, durante as expedições da cruz. Assim a sociedade se despovoava ao mesmo tempo, de dois lados e pela mesma causa, pois todos obedeciam a êsse ardor inquieto e àquele espírito de exaltação religiosa, que tinha sacudido o Ocidente; uns iam fundar colônias em regiões longínquas, outros em lugares incultos e selvagens; uns continuavam suas conquistas nas terras dos infiéis, outros avançavam vitoriosamente no deserto; enquanto os cruzados combatiam os muçulmanos e sofriam fome, sêde e tôda espécie de calamidades pela causa do Evangelho, os cenobitas lutavam com a esterilidade do solo e a intempérie das estações, condenavam-se às misérias que tinham escolhido e que ofereciam a

Deus: êstes, em sua linguagem mística, diziam-se também campeões e soldados de Jesus Cristo, e sua milícia santa vangloriava-se de estar sempre armada contra o inimigo do gênero humano.

Do mesmo modo que, um grande número de monges tinha deixado seus claustros, para ir à cruzada, assim, piedosos guerreiros voltando da conquista dos santos lugares, iam se fechar nos claustros. Muitos condes e cavaleiros que tinham vendido suas terras e que não encontraram mais um asilo em seu próprio país, nada tinham de melhor a fazer, do que retirar-se também à solidão dos claustros. As longas misérias da cruzada, a vista do túmulo de Jesus Cristo, libertado por suas armas, os havia ensinado a combater as vaidades das grandezas humanas. Então, os acampamentos dos peregrinos e as solidões da piedade ofereciam algumas vêzes o espetáculo edificante das mesmas virtudes, e, para se provar que o mesmo espírito animou freqüentemente os soldados da cruz e os santos habitantes do deserto, seria suficiente lembrar as ordens religiosas e militares que as cruzadas fizeram aparecer e nas quais, ao lado dos troféus da vitória, admiravam-se modelos de caridade evangélica e da humildade cristã.

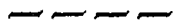
Enquanto se ia combater no Oriente pelas verdades da fé, não é indiferente saber-se a que erros e superstições se haviam dado vários povos do Ocidente. Nas margens do Elba e do Prégel, não se

conhecia o nome de Jesus Cristo e os prussianos, dispersos pelas florestas, à sombra dos carvalhos, que lhes serviam de templo, adoravam tôda espécie de divindades desconhecidas. As tradições da religião de Odin subsistiam ainda entre os filhos dos escandinavos. Algumas populações do Norte elevavam altares às serpentes; répteis, objetos de veneração pública, eram como protetores das famílias e guarda da morada dos homens. Os habitantes da Lituânia tinham escolhido para objeto de seu culto o sol e um grande martelo de ferro, com o auxílio do qual, segundo a crença do povo, se havia outrora libertado o astro do dia, encerrado numa tôrre escura. Não nos estenderemos mais, sôbre essas superstições, às quais, a princípio se opuseram as armas da eloqüência evangélica, depois, a guerra e todos seus flagelos. Não falaremos do mesmo modo, das heresias que surgiram então na Europa cristã e que foram combatidas também com a espada. Nas primeiras cruzadas, só se ocuparam dos muçulmanos; mais tarde, declarou-se guerra aos hereges e aos pagãos do Ocidente. Enquanto uma cruzada partia para a Ásia, outras se faziam ao mesmo tempo, ora contra os muçulmanos da Espanha, ora contra os idólatras do Norte, ora contra os albigenses. Havia então na Europa uma população guerreira para tôdas essas emprêsas; a Igreja tinha orações para os que combatiam na Síria, além dos Pirineus, no Languedoc e nas margens do Báltico.

Êste o estado da Europa durante as guerras santas e no meio de tantas paixões diversas, do seio de tanta agitação e desordem, nasceu a civilização moderna, de que seguiremos o desenvolvimento e os progressos, no livro seguinte.

# LIVRO VIGÉSIMO SEGUNDO

## INFLUÊNCIA E RESULTADO DAS CRUZADAS

# CAPÍTULO I

# IDÉIAS GERAIS

Antes de darmos nossa opinião sôbre os resultados das guerras santas, pareceu-nos conveniente lembrar em poucas palavras os juízos que os outros, delas fizeram. No século dezessete, tão fecundo em grandes gênios, admirava-se a heróica bravura dos cruzados, deploravam-se seus reveses, e, sem se ocupar do bem ou do mal que tinham produzido essas expedições longínquas, respeitavam-se os motivos piedosos que haviam feito tomar as armas, os guerreiros do Ocidente. O século dezoito, que tinha adotado tôdas as opiniões da Reforma e que as exagerava, o século dezoito não poupou os cruzados e não deixou de verberar a ignorância, o fanatismo e a barbárie de nossos antepassados. Poucas pessoas sabem hoje que Voltaire publicou em 1753 uma história das cruzadas; o assunto que tinha escolhido era então muito discutido e êle mesmo lançou tanto de ridículo sôbre os fatos que narrava, que seu livro não despertou interêsse e não encontrou leitores. Nada iguala a violência com a qual os autores da *Enciclopédia* encareceram pouco tempo depois, a opinião de Voltaire. Essa maneira de julgar as cruzadas se havia espalhado tanto que os panegiristas de S. Luís a elas se deixaram levar e vários

entre êles, em seus discursos, perdoaram ao piedoso monarca seus feitos e suas desgraças no Egito e em Túnis.

No entretanto, uma filosofia esclarecida pelo espírito de indagação e de análise remontou às causas dos fatos, estudou-lhes os efeitos, e, por que buscava a verdade, foi menos levada às declamações e à sátira. O judicioso Robertson, em sua introdução à História de Carlos V, diz que as cruzadas teriam podido favorecer o progresso da liberdade e o desenvolvimento do espírito humano. Quer porque essa maneira de ver lisonjeava algumas opiniões do tempo, quer porque exercia sôbre o público o ascendente natural da verdade, encontrou um grande número de partidários; desde então começou-se a julgar com menos severidade, as expedições dos cruzados ao Oriente.

Há vários anos, o Instituto da França estabeleceu um concurso, convidando todos os eruditos, a dar a conhecer as vantagens que a sociedade tinha conseguido, das Cruzadas. Se julgarmos pelas memórias que obtiveram os prêmios, nessa luta, as guerras santas teriam proporcionado mais bens para a posteridade do que calamidades, para as gerações contemporâneas.

Assim, as opiniões sôbre as Cruzadas mudaramse várias vêzes, depois que começamos nossa história. Adotando, de todos êsses juízos, o que êles têm de moderado e de razoável, julgamos que as expedições do Oriente não fizeram nem todo o bem que se lhes

atribui, nem todo o mal de que as acusam, e, no entretanto, não lhes é possível negar a influência sôbre os séculos que se seguiram. As épocas da história mais notáveis pelo desenvolvimento das faculdades humanas foram sempre precedidas de grandes acontecimentos, que impressionaram as mentes, ocuparam as inteligências, deram a todos os espíritos uma mesma direção. Não podemos duvidar de que uma revolução como a das Cruzadas, que tinha movimentado tantas paixões, na qual várias gerações tinham tomado parte, não tenha penetrado bem dentro no coração humano e não tenha deixado impressões, lembranças, hábitos que se encontram finalmente, na legislação e nos costumes.

Entre os resultados das guerras santas, há dos que parecem incontestáveis e dos que não podemos determinar, com a mesma certeza. Várias circunstâncias concorreram ainda com as grandes expedições ao Oriente para os progressos das luzes e da civilização. Nada é mais complicado do que os recursos que fazem mover-se as sociedades modernas e quem quiser explicar a marcha das coisas por uma causa única, cairá num êrro grosseiro. Os mesmos acontecimentos não produzem sempre os mesmos efeitos, como veremos num quadro, que vamos traçar da Europa, na Idade Média. As Cruzadas contribuiram na França para o enfraquecimento dos grandes vassalos, enquanto o poder feudal quase não lhe sentiu efeito algum na Alemanha e em outros países.

Durante essa época, alguns Estados cresceram, outros, caminharam para a decadência. Em vários povos, vemos a liberdade lançar profundas raízes e presidir às instituições nascentes; em outras nações, vemos o poder dos príncipes elevar-se, ora libertando-se de todo entrave, ora limitado por leis sábias. Aqui floresciam o comércio, as artes e as ciências; ali, a indústria não fazia progresso algum e o espírito humano estava ainda mergulhado na trevas. Que nos seja permitido fazer aqui uma comparação que traduzirá todo o nosso pensamento: o princípio ou os germes da civilização no tempo das Cruzadas foram como sementes que a tempestade levou consigo e lançou, umas em lugares incultos, onde ficaram esquecidas e estéreis, outras numa terra propícia onde a ação do sol, uma feliz temperatura e a fecundidade do solo, favoreceram-lhes o desenvolvimento e fizeram-nas produzir frutos.

A dificuldade em apreciar as Cruzadas, pelo menos em seus efeitos, vem de que, êles não tiveram êxito completo, nem fracassaram também completamente; nada é mais difícil de se julgar do que aquilo que ficou incompleto. Para suprir ao que falta, faremos suposições. Suponhamos primeiro que essas expedições longínquas tenham tido o êxito que se poderia esperar e vejamos nesse caso o que teria resultado. O Egito, a Síria, a Grécia, tornar-se-iam colônias cristãs; os povos do Oriente e do Ocidente caminhariam juntos para a civilização; a língua dos

francos penetraria até nos extremos da Ásia; as costas bárbaras habitadas por piratas, teriam recebido os costumes e as leis da Europa e o interior da África não seria mais uma terra impenetrável às relações do comércio, às indagações dos sábios e dos viajantes. Para sabermos o que teriam ganho com essa reunião os povos sob as mesmas leis e a mesma religião, devemos lembrar o estado do universo romano sob o reinado de Augusto e de alguns de seus sucessores, formando de algum modo um mesmo povo, vivendo sob as mesmas leis, falando a mesma língua. Todos os mares estariam livres, as províncias mais afastadas comunicar-se-iam entre si por meio de estradas fáceis, as cidades melhorariam suas artes e sua indústria, os climas suas produções diversas, as nações, suas luzes. É permitido crer que, se as Cruzadas tivessem submetido o Oriente à cristandade, êsse grande espetáculo do gênero humano reunido sob as leis da unidade e da paz, teria podido renovar-se com mais brilho e de uma maneira mais durável nos tempos modernos, e então, as opiniões não se teriam dividido, pois nenhuma dúvida teria surgido sôbre as vantagens das guerras santas.

Façamos agora uma outra hipótese e nosso pensamento se detenha um instante sôbre o estado em que se teria encontrado a Europa, se as expedições contra os muçulmanos da África e da Ásia jamais tivessem sido levadas a efeito, ou se os exércitos cristãos só tivessem experimentado reveses. Desde o século onze,

várias regiões européias tinham sido invadidas, outras eram ameaçadas pelos muçulmanos. Que meios de defesa tinha então a república cristã, onde a maior parte dos Estados se havia entregue à licença, perturbados pela discórdia, mergulhados na barbárie? Se a cristandade, como o faz notar um escritor, não tivesse então saído por tôdas as suas portas e várias vêzes para atacar um inimigo temível, não devemos crer que êsse inimigo se teria aproveitado da inércia dos povos cristãos, tê-los-ia atacado em suas divergências e subjugado, uns depois dos outros? Quem de nós não estremece de horror, pensando que a França, a Alemanha, a Inglaterra e a Itália poderiam ter a mesma sorte que a Grécia e a Palestina?

Dissemos, começando esta história, que as Cruzadas ofereciam o espetáculo de uma luta sangrenta e terrível entre duas religiões que disputavam o império do mundo. Nessa luta tremenda, os verdadeiros meios de defesa consistiam na superioridade das luzes e das qualidades sociais. Enquanto a ignorância da barbárie reinou sôbre os povos do Ocidente, como sôbre os da Ásia, a vitória permaneceu incerta. Talvez, mesmo, a fôrça estava ainda do lado do povo mais bárbaro, pois êle já tinha tôdas as condições de sua existência pública. Mas, quando a Europa viu nascer para ela a aurora da civilização (e as Cruzadas apressaram essa época feliz), ela conheceu por fim a segurança e seus inimigos começaram a temer o seu poderio.

A religião muçulmana, por sua doutrina de fatalismo, parecia proibir tôda previdência a seus discípulos e nos dias infelizes não animava a coragem de seus guerreiros. Os cristãos, ao contrário, não perdiam nenhuma das suas faculdades, nas derrotas: muitas vêzes, mesmo, estas duplicavam-lhes as energias e a atividade. O que mais nos enche de admiração na história das Cruzadas, é ver que as derrotas dos cristãos na Ásia excitavam muito mais que as vitórias, o entusiasmo da população guerreira da Europa. Os pregadores da guerra santa, para induzir os guerreiros cristãos a tomar as armas contra os infiéis, não falavam da glória e do Poder de Jerusalém, mas esforçavam-se em suas lamentações patéticas, por exagerar os perigos, as desgraças e a decadência das colônias cristãs.

Sob o império do islamismo, sòmente o despotismo é forte; mas a fôrça do despotismo quase nunca é outra coisa que a fraqueza das nações. A religião cristã tem outro objetivo, quando diz aos seus discípulos: *Amai-vos, como irmãos.* Por tôdas suas máximas, ela lhes ordena reunirem-se, auxiliarem-se, esclarecerem-se uns aos outros. Duplica-lhes assim a fôrça, pondo-os sem cessar em união de trabalhos e de perigos, de temores e de esperanças, de opiniões e de sentimentos. Foi êsse espírito de sociabilidade que deu origem às Cruzadas e as sustentou durante dois séculos. Se êle não lhes pôde garantir o êxito, preparou pelo menos a república cristã para se defen-

der mais tarde com vantagem; fêz dos povos da Europa um feixe, que não se podia mais quebrar; criou, no meio das mesmas discórdias, uma fôrça moral que nada podia vencer e a cristandade, defendida por essa fôrça moral, pôde enfim dizer aos bárbaros, senhores de Bizâncio, o que Deus tinha dito às ondas do mar — *Não ireis mais além!*

Lembremos o estado em que as Cruzadas tinham deixado o Ocidente. As potências muçulmanas, no fim das guerras santas, quase tôdas estavam em decadência; nenhuma, mesmo a dos turcos, pôde se reerguer com brilho, desde aquela época. O islamismo, nós vimos com nossos próprios olhos, parecia por tôda a parte ter perdido sua fôrça; tôdas as instituições que êle fundou, pereceram. De tôdas as partes os povos, mesmo os que não são cristãos, esperam seu futuro, do Ocidente. A maior parte das regiões em que os guerreiros francos tinham plantado a cruz de Jesus Cristo, fixam agora a atenção da Europa cristã. Como nos tempos das santas expedições todos têm os olhos sôbre a Grécia, sôbre Bizâncio, sôbre as costas da África, sôbre o Egito e a Síria, sôbre o Mediterrâneo e suas ilhas. Não parece que as Cruzadas vão recomeçar? Nas sociedades humanas há revoluções que não param nunca e que avançam lentamente, mesmo sem que o homem o saiba, semelhantes àqueles astros que aparecem no horizonte a longos intervalos e que continuam sem cessar seu curso no firmamento. Dentre essas grandes revoluções que a providência

dirige, devemos contar sem dúvida a revolução das Cruzadas, da qual, nada pôde até aqui, deter a marcha, e que, sob diversas formas, com objetivos diferentes, tende sempre ao mesmo fim moral, a civilização dos povos bárbaros e a união do Ocidente com o Oriente.

Nossos leitores devem lembrar-se de que na nossa história tivemos o cuidado de mostrar o caráter e a fisionomia particular de cada Cruzada e de dar a conhecer o bem e o mal que delas resultaram as expedições do Oriente, mostraremos o estado dos reinos da Europa, durante as guerras santas, a origem das instituições e das leis, o progresso, as luzes, deixando aos leitores inteligentes o cuidado de julgar, êles mesmos, o que é obra do tempo, o que pertence à política dos reis, às paixões humanas, à influência do Cristianismo e das Cruzadas.

# CAPÍTULO II

# A FRANÇA

O que tôda geração menos conhece é o espírito e o caráter dos acontecimentos nos quais tomou parte. Assim, a história para apreciar as idades antigas e o que elas deixaram empós de si, raramente pode invocar-lhes o juízo e servir-se de suas luzes. Quando se quer dar a conhecer o bem e o mal que as Cruzadas produziram, vemo-nos reduzidos à necessidade de indagar na sociedade o que aconteceu depois dessas grandes revoluções e de indicar com mais ou menos probabilidade o que talvez possa ser considerado como obra sua.

Para sabermos o que a monarquia francesa pôde ganhar durante as Cruzadas, ser-nos-á suficiente talvez ver o que ela era sob Filipe I, antes do Concílio de Clermont, e o que ela era dois séculos mais tarde, quando Luís IX morreu na cinza, em Túnis. Sob a segunda estirpe de nossos reis, tôdas as partes do grande reino da França tendiam a se desagregar, como conseqüência de partilhas, entre os filhos dos monarcas. Êsse movimento de separação, essa tendência a se dividir, aumentou ainda mais pelo progresso e pela máxima desordem da feudalidade. Um impulso, todo contrário foi dado sob a terceira dinastia e o excesso do mal fêz voltar ao princípio da unidade.

Sob os dois primeiros reinados dos Capetos o monarca viu-se obrigado a lutar contìnuamente com os senhores vizinhos da capital e muitas vêzes o castelo de um vassalo infiel detinha tôdas as fôrças da monarquia Nesse estado de desordem e de fraqueza, o nome da França no entretanto, tinha ficado, e êsse nome glorioso devia ser suficiente para levar os franceses do Sul e do Norte aos sentimentos de uma pátria comum. Aquêle espírito de nacionalidade, do qual o reino tirava sua fôrça, foi naturalmente favorecido pelas Cruzadas.

Sabemos que o Papa Urbano se havia principalmente dirigido aos franceses. A nação francesa, dando o sinal das Cruzadas, colocou-se de algum modo à frente dos maiores acontecimentos do reino na Idade Média. A glória da primeira expedição pertence-lhe tôda e a realeza, sem nela tomar parte direta, obteve grandes vantagens. Conhecemos tôdas as queixas que se fizeram contra a segunda Cruzada; nela, porém, vimos um rei da França comandar um numeroso exército, fora do seu território, o que não se via desde Carlos Magno e nada era mais próprio para secundar o progresso da monarquia. Se é verdade que o procedimento de Eleonora no Oriente, motivou seu divórcio e que Luís VII perdeu assim a Guiana, que passou para os inglêses, devemos também dizer que essa parada foi logo reparada e que Filipe-Augusto reconquistou mais do que Luís, o Jovem, tinha perdido. Vendo o papel que Filipe desempe-

nhou na terceira Cruzada, poderíamos crer que êle tinha ido à Ásia apenas para lá levar Ricardo e para afastar do Ocidente o mais temível de seus rivais; quando o monarca inglês se viu envolvido em tôdas as dificuldades e em todos os embaraços da guerra santa, o rei da França voltou aos seus Estados e a história nos diz que êle se aproveitou da ausência de seus inimigos e vizinhos, se não, com aquela lealdade que se deseja encontrar no proceder dos reis, pelo menos com uma habilidade que a política moderna muitas vêzes tomou por modêlo.

Sabemos que tempestade desabou em seguida sôbre a realeza: o entusiasmo dos cruzados veio de novo em seu auxílio e aniquilou todos os projetos de uma liga temível. Levados pelo exemplo do duque da Bretanha e do rei da Navarra, os grandes vassalos partiram para a Palestina e dissiparam no Oriente tesouros e exércitos que não tinham empregado até então a não ser para perturbar o reino. Finalmente, Luís IX partindo para a Ásia, levava também todos os senhores que se haviam declarado contra êle, e na sua última expedição tinha tôda a nobreza da França sob seu estipêndio. Os desastres que oprimiram os exércitos não nos poderiam impedir de reconhecer êsses rápidos progressos da potência real. O mesmo interêsse que se dava a grandes desgraças, os sacrifícios feitos a uma causa que era a de todo o povo, o hábito de ver os reis à frente da milícia francesa, apagava pouco a pouco o princípio da feudalidade, ou

melhor, tornava-a em proveito da monarquia. Muitas vêzes a turbulência e a indocilidade feudais, alteraram a glória das armas cristãs; mas o espírito mesmo e os hábitos de uma guerra longínqua submeteram por fim o orgulho dos condes e dos barões. Assim, podemos dizer que a feudalidade prejudicou, a princípio, o progresso das guerras santas e que, em seguida, as guerras santas desferiram golpes os mais temíveis nessa anarquia, no meio da qual a realeza estivera a ponto de perecer.

Notava-se, como dissemos, começando êste capítulo, entre todos os povos da França, desde os Pirineus até o Reno, um sentimento de respeito e de predileção pelos súditos dos reis, que então tinham o nome e o título de franceses e que podiam ser considerados como os filhos mais velhos da grande família. A maior parte das crônicas falam sempre dos franceses em têrmos mais afetuosos e mais honrosos. Raul de Caen, que era Normando, hesita ao começar sua história de Tancredo, porque, diz êle, é à França que toca celebrar os grandes homens, a França, que encerra em seu seio todos os gêneros de mérito e de talento. O abade de Nogent nos diz que deu à sua história da primeira Cruzada o título de — *Gesta Dei per Francos,* — para prestar uma homenagem e uma honra à nação guerreira dos franceses.

Entre os francos estabelecidos na Síria só se falava a língua francesa. Quando a descendência de Balduíno se extinguiu no Oriente, os cristãos do

país mandaram pedir um rei a Filipe-Augusto, que lhes deu um de seus barões. O nome da França unia-se a todos os grandes acontecimentos das Cruzadas e as colônias cristãs de além-mar eram chamadas de França do Oriente. Os liames da pátria, estreitaram-se ainda mais entre os guerreiros que iam combater em terras longínquas. Os franceses, dispersos em seu próprio país, sob várias dominações, eram mais aproximados entre si, mais levados a se unirem, sob o céu estrangeiro da Síria e do Egito.

Outras causas puderam também contribuir para manter êsse espírito de nacionalidade. Como quer que seja, êle não fêz que aumentar de idade em idade e de reino em reino; por fim, nada havia de mais feliz para os povos, nada de mais glorioso para os monarcas, que a união de uma cidade à coroa; era uma vergonha e uma grande desgraça para a realeza a perda e o abandono de uma província. A França, no tempo das guerras santas, parecia ter, como os romanos, seu deus Termo, que não recuava e que avançava sempre. Os reveses podiam enfraquecê-la, mas êsses reveses passageiros não mudaram o caráter da nação. Mateus Paris nos diz que Luís IX tinha resolvido depois de sua libertação, ficar algum tempo na Palestina, e tinha prometido a Henrique III restituir-lhe a Normandia, se êle viesse em seu socorro com um exército. A essa proposta, os barões da França, reunidos pela Rainha Branca, manifestaram seu descontentamento, com violentas murmurações e

na sua indignação esqueceram-se por um momento do respeito e do amor que deviam a um rei infeliz. O rei da Inglaterra, quando soube da cólera e das ameaças dos barões franceses, ficou muito assustado, e não julgou conveniente, diz o historiador inglês, levar além as negociações. Um século mais tarde depois das Cruzadas, a história nos dá um exemplo tocante dêsse patriotismo, para o qual nada era mais belo que ser francês, e nada mais triste do que não sê-lo. O Rei João, livre de seu cativeiro, tinha cedido várias províncias ao rei da Inglaterra. Quando êsse tratado se tornou conhecido, vários senhores do Languedoc e da Gasconha, (nós seguimos aqui a narração de Froissard) — *não quiseram obedecer; alguns diziam que não competia ao rei da França, desobrigá-los de sua palavra.* Em Poitou, em Rochele, em Sainlonge, os barões, os cavaleiros, as boas cidades, suplicaram várias vêzes ao rei que *não os entregasse nas mãos de um estrangeiro;* por fim obedeceram, mas, disseram os notáveis senhores de Rochelle, *nós obedeceremos aos inglêses com os lábios, mas nosso coração não se moverá.*

A essa necessidade tão claramente manifestada de se estreitarem os laços da família e de se reunirem as partes dispersas de uma grande potência, unia-se o desejo de ver a França crescer e fortalecer-se contra todo domínio estrangeiro ou rival. Como a verdadeira grandeza da nação francesa vinha de um espírito de união e de aproximação, essa tendência salutar

devia ser consagrada em sua organização política: era preciso que um princípio de unidade, uma vontade suprema regulasse tudo, animasse tudo, e que a França pudesse caminhar como um só homem para a realização dos seus destinos; era preciso que seu govêrno, que era sua vida, fôsse independente, antes que seus cidadãos mesmos o fôssem e que uma época de poder e de glória precedesse à da liberdade. Coisa notável! À medida que a França se elevava como um Estado e como Nação, viam estender-se e aumentar a libertação das cidades e a liberdade dos cidadãos. Há sociedades políticas como a família, em que o exercício dos direitos mais preciosos é reservado à idade presumida da maturidade e da razão. É provável, que se tivesse sido diferentemente, a França não teria chegado àquele ponto de grandeza e de prosperidade em que a vimos e ela teria acabado como a infeliz Itália.

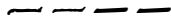
A fortuna da França serviu-se principalmente do poder real para operar aquêles prodígios e eis porque os franceses sempre mostraram mais afeto pela realeza do que outros povos; ela foi um ponto de união que congregou tudo o que estava disperso e que aproximou o que estava desunido. Do mesmo modo que Newton explicou o mundo pelo único princípio da atração, parece-nos que poderíamos explicar também a França por essa realeza, que foi desde os primeiros tempos um centro comum, um ponto de

gravitação em redor do qual tudo devia agir, mover-se e crescer.

Nós acrescentaremos, ao que acabamos de dizer, que a monarquia obteve nas Cruzadas o que ela jamais teria obtido em outros tempos e por outros meios; levas de soldados, taxas sôbre o povo, impostos sôbre a nobreza e mesmo sôbre o clero. As reuniões de prelados e de barões, às quais a realeza não mais recorria e de que não mais se falava, há um século, foram então anexadas ao trono, para deliberar sôbre cada Cruzada; daí resultou alguma vantagem para a administração do reino e luzes úteis para a coroa. Partindo para a guerra santa, os reis tinham o costume de publicar decretos ou editos que êles julgavam próprios para impedir os males, de sua ausência e de que a legislação nascente se podia enriquecer. Foi embarcando para Túnis, que Luís IX redigiu as suas mais sábias leis. Tomado pelos mais santos pensamentos da Cruzada, êle regulou com cuidado as coisas do seu reino, que êle amava como a — *menina dos seus olhos,* — e as instituições do monarca — *justiceiro* — foram seu último adeus à França.

Para resumirmos nossa opinião, diremos, terminando êste capítulo que a França foi o reino do Ocidente que mais se aproveitou das Cruzadas e que êsses grandes acontecimentos aumentaram principalmente a fôrça da realeza, pela qual a civilização devia chegar. Desde os tempos das guerras santas não se separava mais a Nação francesa dos seus reis e tal

era o espírito dos povos, que um velho panegirista do Santo Rei, Luís IX, julga não poder melhor honrar a memória do monarca francês, do que falando das maravilhas e da glória da França. Uma observação interessante, é que a dinastia dos Carlovíngios se tinha estabelecido pelas vitórias obtidas sôbre os sarracenos, que tinham passado os Pirineus e, que a descendência dos capetos, aumentou seu poder com as guerras empreendidas contra os infiéis, que êles foram procurar no Oriente.

# CAPÍTULO III

## A INGLATERRA

A nação inglêsa, fechada em sua ilha, tinha visto desabar longe de si as primeiras tempestades das Cruzadas. Naquela época, os reis da Inglaterra ocupavam-se em apaziguar o descontentamento dos povos conquistados e aproveitavam-se ao mesmo tempo da ausência de seus vizinhos ou rivais, que as opiniões dominantes haviam levado à Ásia. Henrique II tornando-se, depois da segunda guerra do Oriente, espôso de Eleonora e senhor da Guiana, continuava com tanto resultado quanta habilidade a obra começada por seus predecessores, quando a morte de Thomaz Becket interrompeu o curso de seus desígnios e mudou tôda a política de seu reino. Ameaçado com os castigos de Roma, êle se viu obrigado a obedecer às idéias do seu século e fêz juramento de passar três anos na guerra santa, na Espanha, ou na Síria. Um tratado concluído em Ivry, entre Henrique II e Luís VII nos diz que êsses dois monarcas tinham feito o projeto de partir juntos para a Cruzada; mas naquele tratado previam-se igualmente o caso de uma ruptura, notam-se protestos tão afetados de amizade recíproca, que desde então era permitido crer-se que os reis da França e da Inglaterra descon-

fiavam um do outro e que não se reuniriam sob as bandeiras da cruz.

Quando o Patriarca de Jerusalém veio à Inglaterra e rogou a Henrique que partisse para a Ásia, o rei pregou êle mesmo a Cruzada, mas seus barões impediram-no de deixar o reino, perturbado internamente e ameaçado externamente. O Patriarca chamou sôbre a cabeça do rei a cólera celeste e, para afastar as maldições do céu, Henrique II mandou alguns cavaleiros e grande quantidade de dinheiro à Terra Santa. Como gratidão pela generosa oferta do monarca inglês, mandaram colocar suas armas nos estandartes de Jerusalém, e, na infeliz batalha de Tiberíades, aconteceu que as armas da monarquia britânica caíram, com a verdadeira cruz, em poder de Saladino.

Desde que na Europa se soube da perda da Cidade Santa, a Cruzada foi pregada na Inglaterra, como nos outros países cristãos. Viram-se muitos prodígios no céu; o povo inflamou-se com santo entusiasmo pela causa da cruz. Foi durante essa agitação dos espíritos que Ricardo sucedeu a seu pai Henrique II, que tinha jurado, ao morrer, partir para a libertação de Jerusalém. Ricardo, apaixonado pela guerra, aproveitou essa ocasião, com ardor, vendo em sua subida ao trono, um meio de cobrar impostos e recrutar soldados, e conquistar também grande fama militar na Ásia. Lançou impostos sôbre os inglêses com mais rigor talvez do que teria feito sôbre os

muçulmanos vencidos. Seus combates contra Saladino obtiveram-lhe um lugar ilustre entre os grandes chefes militares da Idade Média, mas, como rei que se devia esperar de um príncipe, que ao partir, tinha vendido as prerrogativas da coroa e lastimado não encontrar um comprador para sua capital? Êle derramou lágrimas sôbre Jerusalém que não podia libertar; e seu povo, abandonado aos partidos, obteve dêle uma lembrança tardia e estéril. Seu cativeiro encheu a medida de todos os males causados por sua permanência no Oriente. Para conhecermos a situação deplorável dos súditos de Ricardo, basta ler as cartas dirigidas por Eleonora de Guiana ao Papa Celestino. Dois filhos restavam-lhe para lhe consolar a velhice: um gemia nas prisões da Alemanha, e o outro devastava o reino com ferro e fogo. A imaginação perturbada da princesa só via motivos de aflição, discórdias sangrentas e grandes desgraças, anunciando outras calamidades. Em seu desespêro, ela previa as revoluções futuras da Inglaterra, pois o excesso de desespêro muitas vêzes tem algo de profético; e, dirigindo-se ao Pontífice de Roma, ela exclamava: "O tempo da dissensão se aproxima, os dias de perturbação e de perigo não estão longe, êsses dias em que a túnica do Cristo se deverá rasgar, em que o mundo cristão verá romper-se a rêde de Pedro e desfazer-se a unidade católica". Essa predição singular só se realizou muito tempo depois das Cruzadas de além-mar, mas devemos pensar que as palavras de Eleo-

nora exprimiam então, não sòmente as tristezas de uma mãe, mas também a disposição dos espíritos, o descontentamento e as misérias do povo inglês.

Quando João-sem-Terra foi coroado rei, cobrava-se na Inglaterra um tributo sôbre o clero e sôbre o povo, para uma Cruzada; o irmão de Ricardo não tomou a cruz. Um grande crime fê-lo perder a Normandia e seu govêrno fê-lo também perder o afeto do povo. Tendo irritado contra si o clero inglês, o novo rei atraiu sôbre sua cabeça os anátemas da igreja; o Papa Inocêncio III ofereceu seu reino a Filipe-Augusto, e prometeu privilégios de peregrinos de Jerusalém a todos os que tomassem as armas contra êle. Para fugir ao perigo, João tomou o partido de se declarar vassalo da Santa Sé e deu a Inglaterra — *a Deus, aos Apóstolos São Pedro e São Paulo, a Inocêncio III e a seus sucessores.* — Essa cessão de um reino desolado só trouxe à côrte de Roma uma responsabilidade perigosa, e semeou entre o povo inglês novos elementos de perturbação e de discórdia. João viu-se bem depressa envolvido em questões com os seus barões; o clero mesmo e as comunas reuniram-se à nobreza. Em vão o rei fêz voto de ir a Jerusalém e reclamou os privilégios dos cruzados; em vão a Igreja Romana lançou seus castigos contra os barões e mesmo contra Luís VIII, que os inglêses chamavam para o trono. A desordem crescia cada vez mais e como era dado à liberdade inglêsa fazer principalmente progressos sob maus príncipes, tôda a nação

sentiu a necessidade de se libertar da autoridade de João e a Magna Carta saiu por fim do estado de perturbação e de ruína a que dois reinos infelizes tinham atirado a Inglaterra.

Mais tarde, sob o reinado de Henrique III, falou-se muitas vêzes de empreender uma Cruzada; mais de uma vez os barões inglêses quiseram partir para o Oriente, apesar da vontade contrária dos monarcas e sòmente o pensamento de contrariar ao rei, que êles não amavam, aumentava sua piedosa impaciência. Henrique procurou tirar proveito das opiniões do seu século; e comprometeu-se por várias vêzes a partir para a Cruzada, com o único objetivo de obter subsídios. Mateus Paris diz que o soberano Pontífice tinha autorizado o monarca inglês a cobrar, durante três anos, os dízimos sôbre o clero e o povo. "Se êsse impôsto, acrescenta o autor, tivesse podido ser cobrado, produziria para a coroa mais de seiscentas mil libras esterlinas, o que teria arruinado o reino."

A leviandade que o monarca inglês punha em seus juramentos fêz desprezar-se a realeza e o desprêzo da nação não lhe permitiu cobrar um tributo tão oneroso.

Como as formas da Cruzada se introduziam por tôda a parte, empregaram-nas até na guerra que então se fêz contra o rei. Na liga dos barões contra Henrique III, os adversários da coroa levavam uma cruz como nas guerras de além-mar e os padres pro-

metiam a palma do martírio aos que morressem pela causa da liberdade. Uma coisa interessante, é que o chefe da liga formada para a independência da nação inglêsa era um gentil-homem francês, o filho daquele conde de Montfort, tão afamado na Cruzada contra os Albigenses.

Podemos ver, por êsse rápido esbôço, que as Cruzadas não exerceram na Inglaterra uma influência favorável à realeza. Não cremos, no entretanto, que elas tenham dado alguma fôrça, nem às comunas que mal existiam, nem à aristocracia, de onde deviam sair os destinos do povo inglês. A aristocracia, como a havia constituído Guilherme, o Conquistador, e que estava distribuída por sessenta mil feudos, foi obrigada a se reunir ao clero e ao povo para se fazer ouvir e para prevalecerem suas queixas e seus sofrimentos. Se a revolução da Inglaterra produziu por fim efeitos salutares, foi porque tôdas as classes da sociedade a isso concorreram, e tratava-se então do interêsse de todos. Não poderíamos dizer em que época nasceu a Constituição da Grã-Bretanha, que circunstâncias favoreceram seus progressos e sob que reinado ela recebeu seu maior desenvolvimento. O acôrdo dos partidos, dos costumes e dos hábitos, o assentimento das gerações, as tradições e as lembranças, elevaram sucessivamente o edifício da liberdade inglêsa; e essa liberdade devia ser mais durável que em muitos outros países, pois é difícil destruir o que todos fizeram e o tempo respeita

quase sempre nas instituições humanas o que é obra sua.

As Cruzadas, devemos repetir, contribuíram pouco para êsse estado de coisas. Acrescentaremos que a potência britânica, que devia um dia abraçar o mundo em suas relações políticas e comerciais, não se aproveitou nem mesmo das guerras santas, para estender seu comércio e sua indústria. Jamais teve um escritório nem uma colônia nos Estados cristãos do Oriente; sua navegação não fêz progresso algum, que a história possa mencionar. Não podemos negar que a glória das armas não foi também nas Cruzadas, partilha da nação inglêsa; mas, quando essa nação se tornou rica e poderosa e apreciou melhor as verdadeiras fontes de sua prosperidade, não tardou em repudiar uma glória, ao lado da qual não se encontrava nem real vantagem, nem interêsse positivo. Por isso sem dúvida encontramos difìcilmente um vestígio das guerras santas nos historiadores modernos da Grã-Bretanha.

Devemos dizer, terminando êste capítulo, que as guerras que a Inglaterra teve que sustentar com o continente não lhe foram mais proveitosas do que a parte que ela teve nas expedições contra os infiéis. Foi uma grande desgraça para os sucessores de Guilherme o Conquistador, ter conservado aquém da Mancha, províncias que deviam sem cessar ser defendidas e que atrairiam bem depressa sua atenção para fora do país. Vimos na nossa história que êsse estado de

coisas e as longas discórdias que daí se originaram, prejudicaram muitas vêzes o êxito das guerras do Oriente e acabaram por detê-las completamente. Sabemos que Eduardo que tinha tomado a cruz, freqüentemente, ameaçou a França e que essas ameaças suspenderam os preparativos de uma Cruzada empreendida por Filipe de Valois. Então surgiu uma guerra entre dois povos rivais, que durou por muito tempo, que gerou mais calamidades que as guerras santas. Nos desastres e perigos que trazem uma invasão de uma terra estrangeira, os monarcas inglêses puseram-se à vontade dos barões e das comunas para ter dinheiro e soldados e a Inglaterra esqueceu-se de que tinha em seu seio os verdadeiros elementos do poder e da prosperidade.

# CAPÍTULO IV

# A ALEMANHA

Enquanto a Inglaterra conquistava a liberdade contra seus reis e a França restituía a sua à realeza, a Alemanha apresentava um outro espetáculo. O império germânico, que alcançara grande brilho sob Oto I e Henrique III, caminhava para uma decadência rápida, durante as Cruzadas. O poder imperial tinha antes dominado a todos os outros, mas os imperadores, ora às voltas com a Santa Sé, ora com grandes vassalos em rebelião, concederam privilégios e liberdades a todos os que se apresentavam para defendê-los e tudo o que haviam dado, reverteu contra seu próprio poder. A Alemanha teve príncipes eclesiásticos, cujas vistas se voltaram para a côrte de Roma; príncipes leigos reconhecidos como soberanos que se ocuparam em aumentar suas prerrogativas; cidades livres, que se haviam transformado em repúblicas independentes; uma nobreza inferior, que, livre de todo liame feudal, devastava as províncias com guerras particulares ou assaltos e roubos. O poder imperial ficou isolado no meio de todos êsses interêsses novos. Na desordem geral, todos encontraram um meio de se fortalecer e de se conservar, ao passo que o chefe do império não podia acrescentar um feudo aos seus domínios e sua família, não se

podendo apoiar sôbre o direito de hereditariedade, não tinha futuro. Todos os esforços dos imperadores não tinham podido impedir que a coroa fôsse eletiva; assim, a sucesssão dos soberanos da Alemanha dependia da escolha da nobreza e dos príncipes, que se haviam também libertado de tôda dependência, de seu soberano. Entre os príncipes que subiram ao trono imperial, vários exerceram grande influência por sua habilidade e coragem; mas essa influência, pessoal, não dava fôrça alguma à coroa e terminava com êles. Empreendimentos aventureiros e guerras levadas além dos Alpes, contribuíram também para lhes enfraquecer o poder; a história contemporânea, já se queixava da política imprevidente da Alemanha, *que do seio das nuvens, atirava uma chuva de ferro sôbre a Itália.* As margens do Tibre e do Pó, foram para os monarcas teutões o que a Alemanha tinha sido outrora para Augusto e seus sucessores: ali êles perderam suas legiões e jamais lá se puderam manter. Nessas expedições imprudentes encontraram em seu caminho os Papas, que lhes declararam guerra de extermínio. Duas famílias de imperadores sucumbiram sob os castigos de Roma, e, enquanto esgotavam-se inùtilmente com vãos esforços para reinar na Lombardia ou no reino de Nápoles, acabaram por perder o que lhes restava do poder, na Alemanha.

No meio de tôdas essas revoluções, não é fácil apreciarmos qual a influência das Cruzadas, nos destinos da nação alemã. Sabemos que a Alemanha

pròpriamente dita não teve parte alguma na primeira expedição e os povos dessa região, preocupados com longos debates entre o sacerdócio e o império, tiveram necessidade, para acorrer sob os estandartes da cruz, de ver multiplicarem-se os prodígios do céu e principalmente de saber da libertação de Jerusalém.

Quando se pregou a segunda Cruzada, Conrado II tinha em mãos as rédeas do Império. A eloqüência de S. Bernardo ou melhor, a notícia de seus milagres excitou o zêlo dos alemães e de seu chefe. As dificuldades que sobrevieram nessa expedição entre os senhores de Bizâncio e o imperador alemão, renovaram ou aumentaram a antipatia dos gregos e dos latinos e essa antipatia trouxe muitas misérias para os cruzados, e talvez também reveses onde pereceram os exércitos mais florescentes da Alemanha. A precedência que Conrado obteve sôbre Luís VII em Jerusalém e a honra de ter aberto ao meio um gigante nos muros de Damasco, foram as únicas vantagens ou os únicos títulos de glória que êle trouxe do Oriente; num breve do soberano Pontífice, foi proclamado — *primeiro defensor da Igreja,* — mas, o que lhe valeu principalmente a confiança dos povos, foi ter deixado, ao partir para a Ásia, um ministro que foi para o Império, o que o abade Suger fôra, ao mesmo tempo, para a França.

Quarenta anos mais tarde, o entusiasmo das Cruzadas cresceu de novo entre os povos germânicos. Frederico Barbarroxa, que comandava os novos cru-

zados, era tido como o maior homem de guerra de seu tempo e os soldados que acompanhavam-nos à Ásia, eram citados como modelos de disciplina e de coragem. O imperador da Alemanha ia reunir-se a dois grandes monarcas do Ocidente que o haviam precedido na Palestina. Esperava-se que os muçulmanos fôssem destruídos e seu orgulho abatido, para sempre; êsse triunfo, ao qual Frederico se devia associar, podia aumentar sua glória como seu poder, entre os povos cristãos. Mas aconteceu tudo ao contrário e a pequena margem do Sélef, foi um abismo, onde se afundaram tôdas as esperanças da terceira Cruzada. A história não nos fala das lamentações, da Alemanha, mas, por um capricho singular da fortuna, foi o resgate de Ricardo, feito prisioneiro pelo filho de Frederico, que pagou as despesas da guerra santa, e, se acreditarmos na tradição, a capital da Áustria, de que Enéias Sílvio se vangloriava mais tarde, por seus suntuosos edifícios, foi reconstruída, no mesmo tempo, com os tesouros do monarca inglês.

Quando as guerras santas começaram, os castigos de Roma adejavam já sôbre o trono imperial; pelo fim das Cruzadas, a tempestade tornou-se mais violenta. Lembramos que Urbano II, depois do Concílio de Clermont, não pediu mais as armas dos cruzados para combater o imperador, que êle perseguia com suas maldições; mais tarde não se imitou essa moderação, para com Frederico II, e o estandarte de uma guerra sagrada foi erguido contra êle, quando

êle mesmo tinha tomado a cruz. Libertado o Santo Sepulcro, não pôde servir de asilo ao chefe da sexta Cruzada, e a conquista de Jerusalém não lhe evitou os formidáveis anátemas da Santa Sé. Frederico, por seu lado, opôs guerra à guerra, violência à violência. Como os dois partidos mostravam uma obstinação igual e suas fôrças estavam equilibradas, a luta foi longa e terrível; quando a família de Suábia sucumbiu, estêve a ponto de arrastar tôda a Alemanha em sua queda. No entretanto, o império germânico, abalado por tôda a parte, não pereceu, e êsse corpo imenso, cujos elementos eram complicados, resistiu por sua própria massa. Na falta de um poder protetor, formaram-se associações que o substituíram; as dietas, ou assembléias nacionais, nas quais as cidades, os príncipes, tinham seus deputados, e que se mostraram sempre animadas por um espírito de concórdia e de moderação, conservaram as tradições legislativas, e serviram de laço para unir os restos dispersos da fôrça e do poder; o sentimento do perigo inspirou idéias de ordem pública e do seio do caos saiu aquela confederação alemã, que, com algumas modificações, subsistiu até o fim do século passado.

Essa confederação foi útil para as guerras santas e vimos então aumentar sua população e seu território. As expedições contra os infiéis do Oriente, tinham feito nascer a idéia de se combaterem os pagãos e os idólatras cujas populações habitavam nas margens do Vístula, do Pregel e do Niémen. Essas populações

submetidas pelos cruzados, entraram na república cristã e fizeram parte da associação germânica. Diante da cruz, muitas cidades saíram do deserto e das florestas, como Dantzig, Thorn, Elbing, Koenisgberg, etc. A Finlândia, a Lituânia, a Pomerânia, a Silésia, tornaram-se, sob o estandarte do Cristo, províncias florescentes; vimos então nascerem novas gentes, formarem-se novos Estados e para terminar êstes prodígios, as armas dos cruzados marcaram o lugar onde se devia erguer uma monarquia, que a Idade Média não pôde desconhecer e que a Idade Contemporânea viu colocar-se entre as grandes potências da Europa. Pelo fim do século treze, as províncias de que a monarquia prussiana tira seu nome e sua origem ainda estavam separadas da cristandade, pela idolatria e pelos costumes selvagens. A conquista e a civilização dessas províncias foram obra das guerras religiosas.

Não terminaremos êste capítulo sem falar das Cruzadas contra os turcos. As assembléias da nação proclamaram muitas vêzes os perigos da religião e da pátria. Suas deliberações, é verdade, foram às vêzes comparadas às dos atenienses, onde se tomavam belas determinações que, porém, não eram postas em prática; devemos notar, no entretanto, que nessa época a Constituição germânica recebeu seu último desenvolvimento e as máximas do Direito das Gentes, consagradas por leis, tornaram-se a mais segura garantia da paz pública. Se mais tarde a Alemanha perdeu a

unidade religiosa pela reforma de Lutero, encontrou porém, algo de sua unidade política numa legislação geralmente adotada. À medida que os turcos avançavam para o Danúbio, o poder imperial erguia-se como para corresponder à grandeza do perigo e a fortuna da Germânia quis que o gênio e o poder de Carlos Quinto, se opusessem à ambição e aos progressos rápidos de Solimão.

No meio dessas guerras em que a independência de todos os povos cristãos estava ameaçada, não podemos esquecer o reino da Hungria, que mereceu ser chamado de *o Escudo e as Termópilas da cristandade*. A nação húngara, que, no século décimo tinha sido o terror da Alemanha e da Itália, combateu durante duzentos anos contra os turcos, que se haviam tornado senhores de Constantinopla; ela lhes deu mais combates que a antiga Grécia havia dado aos bárbaros e aos soldados do grande rei: mas não teve poetas e historiadores e os prodígios de sua constância e de sua bravura são muito pouco conhecidos da posteridade.

# CAPÍTULO V

----

# A ITÁLIA

Lembramos que o Papa Urbano II, antes de pregar a Cruzada no Concílio de Clermont, já a havia pregado no Concílio de Plaisance. Neste último ninguém havia tomado as armas; em Clermont, todos se alistaram sob as bandeiras da cruz. Resultados tão diferentes pareciam provar que os dois povos, dos quais o Pontífice invocou o piedoso entusiasmo, não tinham nem o mesmo ardor belicoso, nem o mesmo caráter. Para melhor fazermos apreciar-se esta diferença de costumes e de sentimentos, entre duas nações vizinhas, ser-nos-á suficiente lançar uma vista de olhos sôbre o estado da Itália na Idade Média.

Os hunos, os francos, os vândalos, os godos, os germanos e os lombardos, levaram a essa bela região cada um por sua vez, o flagelo de sua dominação, e, depois que ela saiu das mãos de todos êsses povos bárbaros, a nação italiana nada encontrou em seus costumes, nem em suas instituições, que a pudesse ajudar na reconquista de sua independência. Vários Estados surgiram, uns pela conquista, outros pela fortuna, sem que jamais se pudessem unir por um liame comum. No século segundo, a realeza aparece por um momento; mas os povos, já preocupados com suas divisões internas, não a consideravam nem como pon-

to de união, nem como meio de salvação. Mais tarde, a influência dos papas defendeu algumas vêzes a Itália contra a invasão e o jugo dos imperadores alemães; todavia, a luta foi longa e a guerra entre essas duas potências, que armou os Guelfos e os Gibelinos, teve tantas alternativas, que a influência papal só pôde perpetuar a perturbação e a desordem. Nada prova melhor o estado de dissolução em que a Itália se encontrava, que a maneira como tentou ela constituir sua existência política nos séculos décimo segundo e terceiro. Essa divisão em vários Estados, êsse desmembramento do território, essa população numerosa dividida em mil facções, denunciavam assaz a ausência de todo centro comum e de todo espírito de nacionalidade. O mesmo país tinha vários povos, trinta cidades tinham cada qual suas leis, seus interêsses, seus anais. O mesmo país contava entre em si vários povos. Essa violenta animosidade entre as repúblicas, essas guerras perpétuas entre os cidadãos, a exaltação dos partidos por tôda a parte substituída pelo patriotismo, êsse ódio por todos os vizinhos, aquela desconfiança por tudo o que estava próximo, aquela inveja que só poupava os estrangeiros e os que vinham de longe, acabaram por sufocar nos espíritos a tendência a se formar uma nação e fizeram esquecer até mesmo o nome de Itália.

O sistema feudal foi abolido na Itália muito antes do que em outros lugares; mas, com o sistema feudal desapareceram também a antiga honra dos va-

lentes e as virtudes da cavalaria. Nessas repúblicas, defendidas as mais das vêzes por mercenários, deixaram-se de apreciar a bravura e o que ela tem de sentimentos generosos. Famílias inteiras mandadas ao exílio, metade da população massacrada ou banida de seus lares domésticos, cidades completamente destruídas, êstes os freqüentes espetáculos que nos apresentam as guerras civis na Itália. No tempo das Cruzadas, os papas tentaram mais de uma vez, restabelecer a concórdia; mas seus esforços foram quase sempre inúteis; e jamais a trégua de Deus, decretada pelos Concílios, proclamada em tôda guerra santa, pôde suportar seus benefícios além dos Alpes.

Não podemos negar que o gênio da liberdade não tenha por vêzes gerado prodígios e que várias das repúblicas italianas não tenham tido epopéias gloriosas. Mas as paixões ardentes da aristocracia apressaram sua corrupção e os progressos dessa corrupção foram tão rápidos que, no comêço do século catorze, Dante só teve que olhar em redor de si, para ter uma imagem de seu inferno.

No meio de tantas discórdias, não é fácil seguir-se e estudar-se a influência que as Cruzadas tiveram nos destinos da Itália. Desde o princípio do século doze, as cidades da Toscana e da Lombardia, eram florescentes; muitos tinham enviado uma parte de sua população para as hostes da cruz e a rica cidade de Milão vangloriava-se de ter um exército muito numeroso para abater o orgulho dos muçulmanos.

As cidades marítimas da Itália, Pisa, Gênova, Veneza, tinham chegado ao mais alto grau de prosperidade; foram devedoras dessa prosperidade às relações comerciais que a Itália mantinha com o Oriente, antes das guerras santas, relações, que se estenderam e se multiplicaram durante as expedições de além-mar. É um espetáculo singular, o das repúblicas que não possuíam um canto de terra à margem do Mediterrâneo e que tinham sem cessar as vistas voltadas para a Síria, o Egito e a Grécia. Não podemos principalmente deixar de admirar a república de Veneza, cujo poder tinha por tôda a parte precedido as armas dos cruzados e que os povos da Idade Média consideravam como rainha do Oriente. A história nos faz conhecer os serviços prestados por essas cidades às guerras santas, quer no abastecimento do exército cristão, quer associando-se à conquista das cidades marítimas da Palestina, quer, finalmente, combatendo contra as frotas dos infiéis. Estabeleciam colônias por tôda a parte, possuíam uma parcela de tôdas as cidades conquistadas pelos cruzados. Tiago de Vitri, se compraz em louvar o zêlo, a atividade, a prudência, o patriotismo dos italianos que moravam na Terra Santa.

Devemos, no entretanto, notar, que a Itália não entrou no espírito das Cruzadas como os outros povos do Ocidente e a população dêsse país raras vêzes deixou-se levar por aquêle entusiasmo desinteressado que presidia então a tudo o que havia de nobre e de gran-

de nas sociedades cristãs. Sempre preocupados com os lucros e o comércio, bem como a indústria, os povos marítimos da Itália, tomando parte nas guerras santas, obedeciam mais ao espírito de ambição do que às opiniões dominantes. A fundação de um escritório, a aquisição de uma vantagem comercial, interessavam-nos muito mais do que uma vitória obtida contra os infiéis. Êles forneciam, é verdade, víveres e armas aos cruzados: mas sabemos que êles foram muitas vêzes acusados de fornecê-los também aos muçulmanos. Depois da destruição das colônias cristãs, um historiador de Florença contenta-se de notar que o comércio da Itália tinha perdido metade de suas vantagens. Numa palavra, os italianos, ocuparam-se pouco com o triunfo da causa da cruz, quando não se podiam aproveitar da vitória para si mesmos e não tememos ser acusados de injustiça, dizendo que êles só tomaram, das Cruzadas, o que os devia enriquecer e corromper.

A população italiana tinha talvez então mais luzes que o resto do império, mas caminhava para uma espécie de civilização. O que não tardou em fazê-la retroceder, foi ter avançado sòzinha e em sua marcha separar-se das sociedades contemporâneas. Comparamos a república da Itália na Idade Média, às da antiga Grécia; e essa comparação será suficiente para provar que sua existência era frágil e perecível. Um Estado não se conserva nem prospera por muito tempo quando está fundado sôbre os costumes, as

crenças e o caráter das gerações às quais pertence; as imitações servis de um outro século e as vãs recordações de um tempo que não existe mais e que não deve voltar, nada podem fundar de duradouro entre os homens. A mesma Roma, imaginando no meio de suas veneráveis ruínas que devia ser ainda a cidade dos cônsules e dos Césares, esqueceu-se de que era a capital do mundo cristão, a cidade dos Pontífices, e essa preocupação que a afastou da Idade Média, prejudicou muito o seu verdadeiro destino. Coisa notável! Essa cidade, tão altiva, com os troféus do Capitólio e com o velho brilho das águias romanas, não se uniu à glória das guerras santas e só vemos uma vez soldados romanos nos exércitos que partiram para o Oriente.

Notamos que durante as Cruzadas a desordem e a corrupção da Itália tinham continuado na mesma, enquanto se havia operado alguma modificação ou alguma melhoria nos outros países. A sociedade, sempre prestes a se dissolver, parecia não ter outro móvel que o furor dos partidos, outro caminho, que a discórdia e a guerra civil; não havia garantias contra a licença, a não ser a tirania, contra a tirania, a não ser o desespêro das facções. Pela metade do século treze, tôda a Itália ergueu-se em armas contra o tirano Ezzelino e essa guerra foi uma verdadeira Cruzada; mas nessa Cruzada santa sucederam-se novas discórdias e aquelas inimizades e vinganças, cuja narração é apenas verossímil nas nossas tragédias. Como a

extensão e o poder da maior parte dos pequenos Estados que cobriam a Itália, como a fôrça dos partidos que disputavam as cidades, eram raramente proporcionadas à sua ambição, êles procuraram sua elevação ou salvação em todos os meios que a traição e a perfídia lhes podiam sugerir. As conjurações, os golpes de Estado, os atentados mais odiosos, tudo lhes parecia bem, tudo lhes parecia conveniente, para apoiar as querelas e para satisfazer à necessidade de expansão e engrandecimento, ou de suas paixões invejosas. Numa palavra, tôda moral desapareceu e foi então que se formou aquela escola de política da qual encontramos as lições, ou melhor, as sátiras, no livro de Maquiavel.

Por fim a liberdade retirou-se de um povo que só lhe tinha invocado o nome no meio das desordens, da licença e dos crimes da guerra civil. No lugar dessas democracias turbulentas, que não encontramos mais no fim do século catorze, apareceram príncipes e duques, que substituíram as intrigas de uma diplomacia obscura e tímida por paixões populares e que às vêzes puseram sua ambição em favorecer o renascimento das artes e das letras, à verdadeira glória da Itália.

As regiões situadas entre o Mediterrâneo e os Alpes, não estiveram por isso a salvo da invasão do estrangeiro; os povos italianos continuaram a ser sempre joguete ou prêsa dos guerreiros vindos de tôdas as partes do Ocidente; e o que há de mais estranho é

que um país, cuja população não era guerreira, viu formar-se em seu seio a primeira escola de guerra que os tempos modernos conheceram.

O reino de Nápoles e da Sicília, colocado na parte sul extrema da Itália, era para os cruzados o caminho para a Grécia e para o Oriente; riquezas que pareciam não ter defensores, um território cujos habitantes jamais haviam sabido garantir, muitas vêzes tentaram a cobiça ou a ambição dos príncipes e mesmo dos cavaleiros que iam procurar a fortuna na Ásia. A história dêsse país une-se durante mais de dois séculos à das expedições de além-mar. A Alemanha, a França, Aragão, a Hungria, deram-lhe por sua vez, reis, e cada um dêsses reis trazia consigo a guerra. Invocou-se nessas guerras a autoridade da Igreja. Mostraram-se muitas vêzes as imagens da cruz; pregaram-se numa palavra, mais Cruzadas para a submissão dêsse infeliz reino, do que se tinham pregado para a libertação de Jerusalém, e tôdas essas Cruzadas só lançaram a desordem e a confusão, entre os povos da Itália e numa grande parte da Europa.

# CAPÍTULO VI

----

# A ESPANHA

Percorrendo assim os principais países da Europa, ficamos principalmente impressionados com a grande diversidade que se nota nos costumes, nas instituições e nos destinos dos povos. Como seguir a marcha da civilização no meio da tantas repúblicas e de monarquias, umas, saindo, com brilho do seio da barbárie, outras, caindo em ruínas? Como mostrar a influência das Cruzadas através de tantas revoluções que têm muitas vêzes as mesmas causas, e cujos efeitos são tão diferentes e por vêzes, mesmo, opostos? A Espanha, sôbre a qual vamos lançar nossas vistas, oferecer-nos-á ainda outros quadros, e deve fornecer novos motivos de meditação.

Durante todo o curso das Cruzadas, vemos a Espanha ocupada em seu mesmo território em se defender daqueles mesmos muçulmanos que os outros povos da Europa iam combater no Oriente. Ao norte da Península haviam se mantido algumas soberanias cristãs que começavam a se tornar temíveis sob Sancho, o Grande, rei de Castela e de Aragão. O valor dos castelhanos, sustentado pelo exemplo do Cid, por influência dos costumes cavaleirescos, secundada por guerreiros vindos de tôdas as províncias da França, tinham retomado Toledo, antes do fim do

século onze. No entretanto, as conquistas dos espanhóis não corresponderam em seguida ao brilho de seus primeiros triunfos, à medida que êles retomavam províncias dos mouros, formavam outros reinos separados e o poder espanhol, assim dividido, se encontrava de algum modo enfraquecido por suas próprias vitórias.

A invasão dos mouros na Espanha tinha alguma semelhança com a dos francos na Ásia. Era a religião de Maomé, que animava ao combate os guerreiros sarracenos, como a religião cristã inflamava o zêlo e o ardor dos soldados da cruz. Várias vêzes a África e a Ásia responderam ao apêlo das colônias muçulmanas na Espanha, como a Europa, aos gritos de alarme das colônias cristãs da Síria. O entusiasmo gerou de ambos os lados prodígios de heroísmo e conservou por muito tempo a fortuna suspensa entre os dois povos e as duas religiões inimigas.

Um espírito de independência deve ter nascido entre os espanhóis no meio dessa guerra, em que o Estado tinha necessidade de todos os cidadãos, onde cada cidadão adquirira por isso mesmo um altíssimo grau de importância. Notamos que um povo que fêz grandes coisas, que um povo chamado, todo, para a defesa da pátria, experimenta um sentimento exagerado de seus direitos, mostra-se mais exigente, às vêzes injusto, para com os que o governam, e encontra-se muitas vêzes tentado a empregar contra seus soberanos a fôrça que empregou contra os inimigos.

Também vemos nos anais espanhóis que a nobreza e o povo mostraram-se mais turbulentos na Espanha do que em outros países e que a monarquia ali foi, a princípio, mais limitada que entre as outras nações da Europa.

A instituição dos congressos, a libertação das comunas, uma multidão de privilégios concedidos às cidades, marcaram bem cedo a independência dos povos da Península. A invasão dos Mouros não permitiu ao govêrno feudal fixar raízes no território espanhol como no resto da Europa. Entre as desordens que desolaram durante tanto tempo os reinos de Leão, de Navarra e de Castela não se teve que deplorar uma luta funesta entre a aristocracia e o povo? Mas a nobreza, sempre pronta a se revoltar contra seus reis, as pretensões ambiciosas de algumas famílias que disputavam a preeminência ou o poder, não perturbaram menos, as províncias arrancadas ao jugo dos muçulmanos. Se disso julgássemos pelos atos públicos da legislação, poderíamos crer que os espanhóis tinham gozado da liberdade antes dos outros povos da Europa; mas, em todos os momentos de perturbação, devemos nos guardar bem, de julgar da liberdade de uma nação, por aquilo que se diz nas assembléias políticas ou pelas cartas e instituições arrancadas, ora pela violência, ora destruídas pela fôrça, sempre colocadas entre dois escolhos, a anarquia e o despotismo. A história da Espanha nesta época está cheia de crimes e de fatos monstruosos, que mancha-

ram a causa dos príncipes bem como a dos povos, o que prova pelo menos, que os costumes não estavam de acôrdo com as leis e que as instituições criadas no meio das discórdias públicas não tinham pacificado o caráter nacional.

No meio das revoluções que agitavam a Espanha, as paixões políticas fizeram algumas vêzes esquecer até a dominação dos Mouros. Quando no fim do século treze, os muçulmanos, vencidos por Tiago de Aragão, abandonaram as ilhas Baleares, o reino de Valença e da Múrcia, os Espanhóis suspendem de repente todo progresso de suas armas. Enquanto no Oriente os mamelucos vitoriosos tinham duplicado seus esforços para expulsar de uma vez os francos das costas da Síria, no Ocidente, os mouros ficaram durante dois séculos de posse de uma parte da Espanha, sem que os espanhóis se ocupassem sèriamente de terminar a conquista de sua pátria; o estandarte de Maomé ali convocou até o reino de Fernando e Isabel. Foi sòmente nessa época que a monarquia espanhola saiu onipotente do caos das revoluções e despertou nos povos aquêle entusiasmo guerreiro e religioso que completou a expulsão dos mouros. Então, terminou aquela luta, que tinha durado oito séculos e na qual segundo os autores espanhóis, travaram-se três mil e setecentas batalhas. Tantos combates, que foram uma longa Cruzada, deveram ser uma como que escola de bravura e de heroísmo; também os espanhóis nos séculos dezesseis

O último dos reis mouros abandona Granada.

e dezessete, eram considerados como a nação mais valente e mais guerreira da Europa. Os filósofos procuraram explicar pela influência do clima aquêle espírito de altivez e de orgulho, aquêle caráter grave e austero, que distinguem ainda hoje a nação espanhola: parece-nos que se encontraria uma explicação mais natural daquele caráter nacional numa guerra ao mesmo tempo patriótica e religiosa à qual concorreram vinte gerações sucessivas e cujos perigos deveram inspirar tantos pensamentos sérios, tantos nobres sentimentos.

Pelo fim das guerras contra os mouros, a Espanha tinha adotado a inquisição com mais ardor que as outras nações cristãs. Não quero responder às censuras da filosofia moderna; mas parece-me que não se tiveram assaz em conta, motivos que deviam tornar mais desculpáveis na Espanha do que em outros lugares aquelas desconfianças e aquelas sombrias invejas, por tudo o que não era religião nacional. Como se poderia esquecer de que o estandarte de um culto estrangeiro tinha por muito tempo esvoaçado sôbre a Península e de que durante vários séculos, guerreiros cristãos tinham combatido, não sòmente pela fé de seus antepassados, mas ainda pelo solo da pátria, contra os infiéis? Segundo êsse pensamento, podemos crer que entre os espanhóis a intolerância religiosa ou melhor, o ódio de tôda religião estrangeira, tinha alguma coisa em si, que menos pa-

recia uma devoção invejosa, do que um patriotismo inquieto e ardente!

A Espanha não tomou parte nas Cruzadas, a não ser quando o espírito daquelas guerras santas começou a se enfraquecer no resto da Europa. Devemos dizer, no entretanto, que êsse reino encontrou algumas vantagens nas expedições do Oriente. Em quase tôdas as emprêsas da cristandade contra os muçulmanos da Ásia um grande número de cruzados deteve-se nas costas da Espanha, para combater contra os mouros; houve várias Cruzadas no Ocidente contra os infiéis, senhores da Península; a célebre vitória de Tolosa contra os mouros foi fruto de uma Cruzada pregada na Europa e principalmente na França, por ordem do soberano Pontífice. As expedições de além-mar serviram também para a causa dos espanhóis, retendo em seu país; os muçulmanos do Egito e da Síria, que teriam podido unir-se aos das costas da África. Vimos nesta história que o reino de Portugal, foi conquistado e fundado pelos cruzados. Os cruzados deram a idéia daquelas ordens de cavalaria que, à imitação das da Palestina, se organizaram na Espanha e sem o socorro dos quais a nação espanhola não teria talvez triunfado contra os mouros.

Devemos acrescentar que a Espanha é o país em que a memória das Cruzadas se conservou por mais tempo. No século passado, lia-se pùblicamente ain-

da, todos os anos, em tôdas as províncias, a bula chamada *Cruzada*. Essa publicação solene lembrava ao povo espanhol os triunfos que tinha conquistado outrora, contra os muçulmanos.

# CAPÍTULO VII

# OS PAPAS

Mostramos o estado das principais potências da Europa durante as Cruzadas. Resta-nos falar de uma potência que dominava a tôdas as outras e que era como o laço, o centro de tôdas as potências: a autoridade dos chefes da igreja.

Os papas, como poder temporal e como poder espiritual apresentavam um contraste singular na Idade Média. Como soberanos de Roma, não tinham quase autoridade e muitas vêzes eram exilados de seus próprios Estados: como chefes da cristandade, exerciam um império absoluto até os confins da terra e seu nome era respeitado por tôda a parte, onde se pregava o Evangelho.

Dissemos que os papas tinham feito as Cruzadas; os que sustentam essa opinião estão longe de conhecer o movimento geral que se apoderou de todo o mundo cristão. Nenhuma potência sôbre a terra teria sido capaz de produzir tão grande revolução; tocava sòmente àquele cuja vontade gera e dissipa as tempestades, lançar em todos os corações aquêle entusiasmo que fazia calarem-se tôdas as outras paixões e que arrastava a multidão como uma fôrça invisível. No primeiro livro desta história mostra-nos como o entusiasmo das guerras santas se desenvolveu pouco a

pouco e como explodiu pelo fim do século onze, sem outra influência que a das idéias dominantes; arrastou a sociedade inteira e os Papas foram levados como os povos. Uma prova de que os soberanos Pontífices não tinham produzido essa revolução extraordinária, é que êles jamais puderam reanimar o espírito das Cruzadas, quando êsse espírito veio a se extinguir, entre os povos cristãos.

Dissemos também que as Cruzadas tinham aumentado muito a autoridade dos Papas: veremos agora o que há de verdade nessa asserção. Entre as causas que puderam contribuir para o incremento da autoridade pontifícia na Idade Média poderíamos citar a invasão dos Bárbaros do Norte, que derrubou o império do Ocidente e os progressos dos Sarracenos, que não permitiram aos imperadores do Oriente elevar suas vistas e conservar seu domínio sôbre a Itália. Os Papas viram-se assim livres de duas potências de que dependiam, e ficaram de posse da cidade de Roma, que parecia não ter mais governantes. Outras circunstâncias puderam então aumentar a autoridade dos sucessores de São Pedro. Como quer que seja, todos sabem, que essa autoridade já tinha feito imensos progressos antes das Cruzadas; a fronte dos maiores monarcas já se havia curvado ante os castigos do Vaticano; e já a cristandade parecia ter adotado as máximas de Gregório VII, — *que o Papa na qualidade de Vigário de Jesus Cristo, devia ser superior a todo poder humano.*

Não duvidamos, no entretanto, de que uma guerra religiosa fôsse própria para favorecer o desenvolvimento da autoridade pontifícia, mas, essa guerra mesmo produzia fatos e fazia nascer circunstâncias que foram menos para o poder dos Papas, um meio de engrandecimento, do que um escolho, em que êsse poder veio se esfacelar. O que há de positivo, é que o fim das Cruzadas encontrou os Soberanos Pontífices menos poderosos do que no princípio das guerras santas.

Falemos agora das vantagens que os chefes da Igreja tiraram dessas expedições contra os infiéis. Recorria-se aos Soberanos Pontífices tôdas as vêzes que se tratava de uma Cruzada. Pregava-se a guerra santa em seu nome, continuava-se ela sob seus auspícios. Os guerreiros alistados sob os estandartes da cruz recebiam do Papa privilégios que os livravam de qualquer outra dependência, que não a da Igreja; os Papas eram os protetores dos cruzados, o apoio de suas famílias, os guardas de suas propriedades; era aos Papas que os Cruzados submetiam tôdas as suas questões e confiavam seus interêsses.

Os Soberanos Pontífices não souberam, a princípio, todo o partido que poderiam tirar das Cruzadas. Na primeira expedição, Urbano, que tinha inimigos a combater, não pediu o socorro dos guerreiros que tinha feito tomar a cruz; foi sòmente na segunda Cruzada que os Papas puderam perceber o ascendente que lhes deviam dar as guerras santas.

As Cruzadas tinham sido para os Papas um pretexto para usurpar em todos os Estados da Europa, os principais atributos da soberania. Êles apoderaram-se em nome da guerra santa do direito de recrutar por tôda a parte soldados e de cobrar impostos. Os legados que êles empregavam em todos os países da cristandade exerciam em seu nome uma autoridade suprema. A presença dêsses legados inspirava respeito e temor; suas vontades eram leis; armados da cruz, comandavam como senhores a todo o clero; e, como o clero tinha entre todos os povos cristãos um grande ascendente, o império dos Papas não conhecia oposição nem limites.

Vemos que nada deixamos esquecido das vantagens que os chefes da Igreja encontraram nas Cruzadas. Eis, por outro lado, os obstáculos e os escolhos que êles encontraram no exercício de seu poder.

Devemos dizer de início, que o império dos Papas teve pouco progresso na Ásia, durante as guerras santas; as querelas, as discórdias, que perturbaram sem cessar as colônias cristãs do Oriente, e nas quais êles se viam obrigados a intervir, multiplicaram-lhes os obstáculos, sem lhes aumentar o poder.

Sua voz, nem sempre foi ouvida na multidão dos cruzados. Às vêzes mesmo os soldados da cruz resistiram à vontade dêles e desprezaram os conselhos dos Pontífices. Os legados da Santa Sé muitas vêzes estiveram em oposição com os chefes do exér-

cito cristão e seu caráter nem sempre foi respeitado nos acampamentos. Como os Papas passaram a dirigir as Cruzadas, ficaram êles de algum modo responsáveis pelas desgraças e desordens que não tinham podido evitar. Essa responsabilidade moral os expôs, por vêzes, a serem julgados com rigor, e prejudicou a sua reputação de sabedoria e de habilidade.

Por um abuso do espírito das Cruzadas, os Papas se viram impelidos a guerras em que sua ambição estava muitas vêzes mais interessada que a mesma religião; êles pensavam, então, no poder temporal, e era o que êles tinham de mais fraco; êles eram fortes sòmente quando buscavam apoio mais alto. Os cruzados tornaram-se para êles como uma alavanca da qual se serviram para se elevar; mas podemos dizer que nela se apoiaram demasiado, e, quando a mesma lhes veio a faltar, sua autoridade acabou-se. Procurando encontrar o que tinham perdido, os Papas fizeram nos séculos quatorze e quinze incríveis esforços para renovar o espírito das Cruzadas. Não se tratava mais, então, de ir combater os muçulmanos na Ásia, mas de defender a Europa contra a invasão dos turcos. No meio dos perigos da cristandade, o proceder dos Papas mereceu grandes elogios, e o zêlo que êles desenvolveram não foi bastante apreciado pelos historiadores. Mas o tempo do fervor dos cruzados tinha passado. Os sucessos que obtiveram os Soberanos Pontífices não estiveram jamais em proporção aos seus esforços e a inutilidade de suas tentativas

enfraqueceu a idéia que se tinha de seu ascendente e de seu poder.

A Cruzada dos Albigenses deu-lhes poucas vantagens. A intolerância que gerou esta guerra, provinha das Cruzadas; a inquisição, que ali teve sua origem, despertou mais paixões do que reprimiu. A Igreja teve então neste mundo uma justiça que se ressentia muito da frágil humanidade e que nada tinha daquela jurisdição misteriosa e temível que tôdas as crenças colocaram na vida futura.

Nada iguala à enormidade dos tributos que se impunham ao clero para as guerras santas. Não se cobravam sòmente dízimos para a Cruzada, mas para tôda tentativa de Cruzada, não sòmente para as expedições ao Oriente, mas para todo empreendimento contra os inimigos da côrte de Roma; cobraram-se finalmente impostos pelos mais fúteis pretextos. Tôda a Europa dirigiu ao Papa vivas reclamações; queixavam-se a princípio do rigor com que os agentes do Pontífice cobravam os tributos; depois, de sua infidelidade no emprêgo dos tesouros recebidos dos fiéis. Nada foi mais funesto para a autoridade Pontifícia que aquelas queixas, que se ouviam de tôdas as partes e de que se armou, por fim, a temível heresia de Lutero.

A história dos Papas na Idade Média vem provar o que nós acabamos de dizer. Sua dominação foi sempre crescendo durante um século, até Inocêncio

III; foi depois declinando durante outro século, até o Pontificado de Bonifácio VIII, época em que terminaram as Cruzadas de além-mar.

Nos últimos tempos, os publicistas muito falaram do poder dos chefes da Igreja; mas, êles o julgaram mais segundo os sistemas, que segundo os fatos, segundo o espírito da Idade Média. Muito se louvou o gênio dos Soberanos Pontífices, louvou-se principalmente, com o fim de fazer crescer ainda mais a sua ambição. Mas, se os Papas tivessem tido o gênio e a ambição que nêles se supunham, devemos crer que se teriam ocupado em aumentar seus Estados e incrementar sua autoridade, como soberanos. No entretanto, nisso não tiveram êxito, ou não o tentaram. Com efeito, que podiam fazer homens na maior parte em idade avançada, príncipes, que só passavam pelo trono, para confirmar sua autoridade e dominar as paixões ardentes das novas sociedades? Na multidão dos Papas que se sucediam, muitos eram dotados de gênio superior, outros, tinham apenas uma capacidade medíocre, e todos por sua vez subiam à cátedra de Pedro, homens de todos os caracteres e de todos os gêneros de espírito; no entretanto, êsses homens tão diferentes pelos seus gostos, suas paixões e seus talentos, queriam e faziam todos a mesma coisa; seguiam então um impulso que não estava nêles, e do qual devemos procurar o móvel em outro lugar, que não na política vulgar dos príncipes.

Uma história interessante seria a que apresentasse no mesmo quadro o império espiritual e o império temporal dos Papas. Quem não ficaria surpreendido de ver, de um lado, uma fôrça à qual nada resiste e que vai modificar o mundo, uma vontade sempre idêntica, que se transmite de pontífice a pontífice, como um depósito ou como uma herança secreta: de outro, uma política frágil e inconstante, como o homem, um poder que mal se pode defender contra o último de seus inimigos e que a cada momento o sôpro das revoluções pode destruir? Nesse paralelo a imaginação ficaria perdida, quando se representasse um império como jamais se viu sôbre a terra e que faria crer que os Papas não pertenciam a êste mundo frágil e passageiro, uma potência, que o inferno não pode a história oferecer, dos impérios? Mas, na outra sem o auxílio de nenhum exército e pelo único ascendente de algumas palavras, subjuga mais reis e mostra-se mais formidável que a antiga Roma com tôdas as suas vitórias. Que espetáculo mais magnífico nos pode a história oferecer, dos impérios? Mas, na outra parte do quadro, quem não ficaria mudo de espanto, vendo um govêrno, sem fôrça, uma administração sem previdência, êsse povo, descendente do povo-rei, conduzido por um velho indolente e tímido, a vida eterna caíndo em ruínas e como escondida sob a erva? Quando vemos, tão perto de um poder quase sobrenatural, a fraqueza, a incerteza, a fragilidade das

coisas desta terra e a humanidade com tôdas suas misérias, porque não seria permitido comparar o duplo poder dos papas com o mesmo Jesus Cristo, de quem êles eram os vigários e a imagem sôbre a terra, com Jesus Cristo cuja dupla natureza nos apresenta de um lado um Deus resplandecente de glória e de outro, um simples mortal carregando a cruz e coroado de espinhos?

Se os principais traços dêste quadro não são faltos de verdade, como crer na política dos Papas, qual nos é representada? Não é mais natural pensar-se que os Soberanos Pontífices, no que êles fizeram de grande seguiram o espírito da cristandade? Na Idade Média, que foi a época de seu poder, êles foram bem mais dirigidos por êsse espírito, quanto não dirigiram, êles mesmos. Mais tarde, e quando os Papas tiveram projetos, como os que são atribuídos ao seu gênio e à sua ambição, seu poder declinou. Resta sòmente comparar Gregório VII, entregando-se ao espírito de seu século e apoiando-se sôbre o ascendente da Igreja, com Júlio II, a quem Voltaire chama de um grande príncipe e que usou dos manejos conhecidos da política.

A autoridade pontifícia foi a única que teve bases e raízes nas opiniões e nas crenças. Êsse poder dava ao mundo, ou melhor, o mundo lhe pedia leis, luzes, apoio. Justificava-se então a famosa comparação entre os dois grandes luminares. A autoridade

dos chefes da Igreja pesava muito mais para a civilização do que a autoridade dos príncipes. Para que o mundo cristão fôsse civilizado, importava-lhe que os Papas tivessem um grande poder e a necessidade que se tinha de seu poder, favoreceu-lhe o progresso.

Vemos assim, que, o soberano poder dos Pontífices veio da sua posição e não de sua vontade. A história no-los mostra a princípio procurando libertar a Igreja, e libertar-se a si mesmos do domínio temporal dos príncipes e principalmente dos imperadores da Alemanha. Aconteceu então o que acontece em quase tôdas as revoluções, que têm a liberdade ou a independência por objeto: só nos julgamos livres depois de nos tornarmos senhores e muitíssimas vêzes, de mêdo de sermos oprimidos por um poder contrário queremos derrubá-lo, para pormo-nos em seu lugar. A antiga Roma marchou para o império do mundo falando da liberdade; foi o destino da Roma nova. De resto, foi aos violentos debates entre a autoridade dos príncipes e a dos Papas, que os povos do Ocidente deveram talvez não terem conhecido aquêle despotismo sem limites que encontramos entre os antigos ou no Oriente. As contestações fizeram nascer a regra e a regra limitou, por fim, tôdas as potências.

Resumamos em poucas palavras nossa opinião. Enquanto o mundo foi governado por crenças religiosas, enquanto as sociedades não tiveram outras leis que as da Igreja, os Pontífices tiveram grande in-

fluência; quando os interêsses e os direitos dos príncipes e dos povos foram melhor regulados, quando o mundo passou do império das opiniões para o das leis e o poder temporal recebeu a organização que lhe era própria, os Papas perderam todo seu ascendente. É assim que podemos explicar a origem, o desenvolvimento e a decadência do poder pontifício nos séculos que nos precederam.

# CAPÍTULO VIII

# A NOBREZA

Em vão um espírito arrogante despreza a lembrança das épocas passadas e nós protestamos de algum modo contra nossa própria origem: somos a isso sem cessar levados por nossos gostos, por nossos sentimentos e algumas vêzes, por nossos prazeres. Com efeito, se, de um lado, nossa razão formada à escola das idéias novas, nada encontra de revoltante na Idade Média, porque, de outro, nossa imaginação comovida pelo espetáculo das paixões generosas gosta de se representar os velhos tempos e se compraz com os valentes e os paladinos? Enquanto uma filosofia severa censura sem medidas os costumes bárbaros da feudalidade e os costumes góticos de nossos antepassados, por que as lembranças que êsses costumes e êsses hábitos nos deixaram, inspiram ainda aos nossos poetas, quadros, que nos parecem cheios de encanto? Por que essas recordações são reproduzidas todos os dias, com o mesmo êxito, nos nossos poemas, nos nossos romances e nos nossos teatros? Seria verdade dizer-se que há mais patriotismo em nossa imaginação que em nossa razão, pois esta última quisera fazer-nos esquecer a história de nossa pátria e a outra, no-la lembra contìnuamente?

As Cruzadas contribuiram para destruir os abusos do sistema feudal, serviram para conservar o o que êsse sistema inspirava de sentimentos generosos e concorreram ao mesmo tempo para desenvolver o que havia de favorável para a civilização. Daremos a conhecer os costumes da feudalidade e os resultados das Cruzadas, apresentando a revolução que se operou nessa época nas diferentes classes da sociedade. Por primeiro, fixaremos nossa atenção na nobreza.

Encontramos a nobreza em todos os povos onde a recordação dos antepassados é tida em alguma conta. Não podemos duvidar de que a nobreza não fôsse conhecida entre os francos e entre os outros povos bárbaros que invadiram a Europa. Mas, sob que ponto de vista essa nobreza era considerada, antes dos séculos onze e doze? Como estava constituída, no princípio? Como se transmitia à ilustração das descendências? Restam-nos poucos monumentos, com o auxílio dos quais podemos responder a estas perguntas.

Quando imaginamos com que rapidez se passam as gerações e como nos tempos, mesmo da civilização, é difícil à maior parte das famílias, fazer sua própria história durante um século, devemos nos admirar, de que nos tempos de ignorância e de barbárie, tenhamos tido tão poucos meios de conservar a memória das famílias mais ilustres? Além de que os testemunhos escritos eram quase desconhecidos, a idéia da verdadeira grandeza, a idéia da ilustração histórica não impressionavam ainda bastante os espíritos. A crônica

de Tours nos diz com singela simplicidade que Carlos Magno foi chamado de — *grande* — por causa de sua — *grande felicidade* —; assim os historiadores confundiam, como o vulgo, a glória com a fortuna. Naqueles tempos bárbaros, não se distinguiam o mais das vêzes os homens, mesmo os príncipes, que por suas qualidades físicas ou pelos defeitos corporais. Para nos convencermos desta verdade, basta percorrer a lista dos reis da Idade Média, na qual encontramos os nomes de — *Pepino, o Breve,* — *Carlos o Calvo,* — *Guilherme, o Ruivo, Luís, o Gordo, Frederico Barbarroxa,* — e de vários outros, que seu século designava sòmente pelo que caía de baixo dos olhos e sob os sentidos grosseiros. Nada de mais esquisito para o observador, do que ver, como os velhos cronistas dão a conhecer os personagens de que narram os feitos. Não esquecem êles em seus quadros, nem a côr dos cabelos, nem a estatura, nem a fisionomia dos príncipes e dos heróis e os retratos que êles nos deixaram (seja-me permitida esta comparação) se parecem bem menos com a pintura traçada pela história, do que com as generalidades que se anotam, nos nossos dias, nos passaportes dos viajantes.

Quando a civilização lançou suas primeiras luzes, as idéias morais da grandeza uniram-se ao nome das famílias antigas e a grandeza foi verdadeiramente instituída, sòmente quando começamos a sentir o valor da glória. O que há de certo, é que nas Cruzadas a nobreza conquistou o renome que jamais

tivera até então. Seus feitos pela causa da cristandade eram bem outra coisa que aquelas guerras de castelo a castelo, de que se ocupavam na Europa. Ela encontrou desde então seus arquivos na história e a opinião que o mundo tinha de sua bravura tornou-se seu mais belo título.

Se consultarmos os fatos mais autênticos e as opiniões mais prováveis, devemos crer que as distinções da nobreza foram a princípio fundadas nos grandes ofícios e principalmente na propriedade. Era pela terra que no sistema feudal se prestava juramento de fé e de homenagem e que se reclamava a proteção dos soberanos. Para o homem não-proprietário, não havia contrato, nem privilégio; êle nada tinha a dar, nada a receber. Na França, um grande proprietário tinha o título de nobre; se êle ficava arruinado ou era despojado de tudo, seus descendentes voltavam para a classe do povo. Os cronistas falam-nos de um certo Gauthier — *sem haveres*, de um Guilherme, — *sem haveres*. É provável que assim fôssem designados, nobres, que a indigência tinha feito cair do estado anterior, dos quais o soberano conservava a lembrança de uma existência perdida ou de uma fortuna dissipada.

A propriedade territorial tinha então tal influência do estado social, que será suficiente conhecermos as mudanças que êle experimentou para julgarmos das modificações sobrevindas na sociedade. "Desde que se descobriu, diz Robertson, o estado da proprie-

dade, numa certa época, podemos determinar com precisão qual era ao mesmo tempo o grau de poder de que gozavam então o rei ou a nobreza." Durante as Cruzadas, as leis eclesiásticas e as leis civis permitiram aos nobres alienar seus domínios. Um grande número dentre êles usaram dêste funesto privilégio e não hesitaram em vender suas terras, o que descolocou a propriedade, e, por conseguinte o poder.

No entretanto, as Cruzadas não ficaram sem fruto para a nobreza: vimos gentis-homens conquistar principados no Oriente; a maior parte das cidades da Grécia e da Síria tornaram-se outras tantas propriedades que reconheceram por senhor, condes e barões alistados sob as bandeiras das guerras santas; alguns, mais felizes, subiram ao trono de Davi ou sôbre o de Constantino e tomaram lugar entre os maiores monarcas da cristandade.

As ordens militares também causaram alguns prejuízos à nobreza, pelas perdas que tinha sofrido em guerras fatais. Essas ordens tinham imensas propriedades no Oriente e no Ocidente; foram para a nobreza européia um asilo na paz e uma escola de heroísmo na guerra.

Foi então que se introduziu o uso dos sobrenomes e dos escudos de armas. Todo gentil homem acrescentou ao seu nome o nome da terra ou o título de sua propriedade; pôs em seu escudo de armas um sinal que distinguia sua família e lembrava sua nobreza. A genealogia tornou-se uma ciência e con-

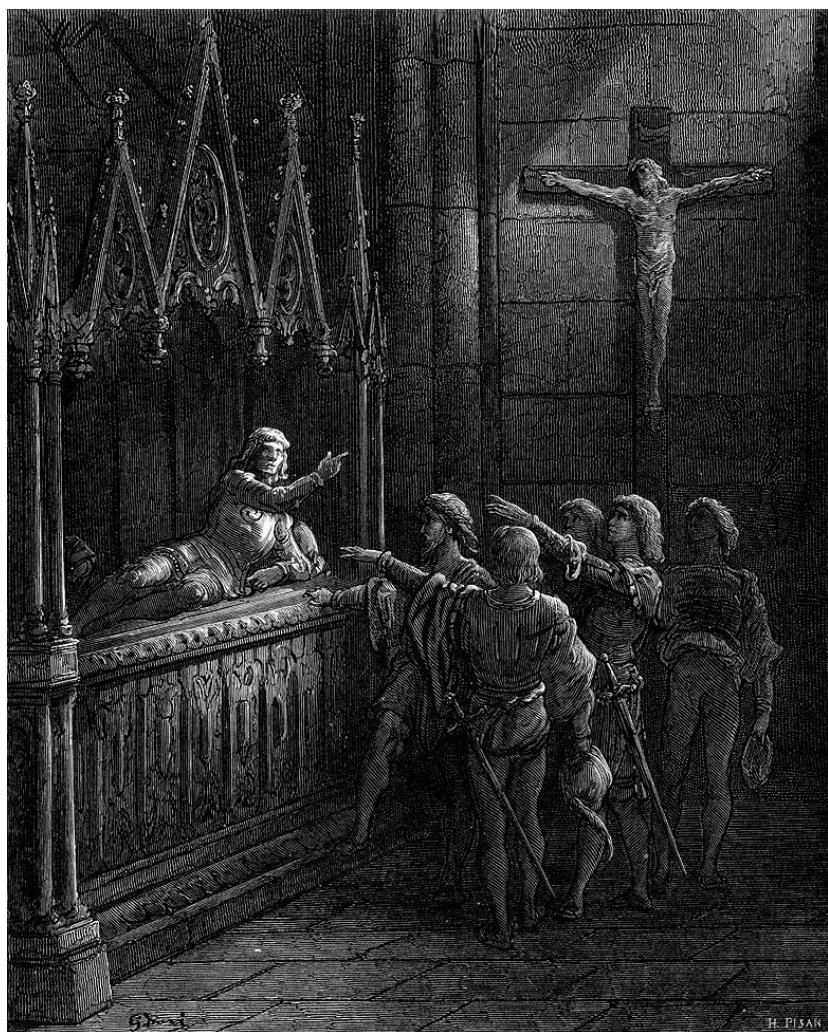
sagrou com suas indagações a ilustração das descendências. Seja qual fôr o valor que se dê hoje a essa ciência, devemos confessar que ela lançou muitas vêzes uma grande luz sôbre a história das famílias ilustres e às vêzes sôbre a história geral do país, ao qual essas famílias pertenciam.

Tudo nos leva a crer que a origem dos sobrenomes e principalmente dos escudos de armas, é devida às Cruzadas. O senhor não tinha necessidade de um sinal distintivo quando não saía do seu castelo; mas êle sentiu a necessidade de se distinguir dos outros, quando se encontrou longe de seu país, confundido na multidão dos cruzados. Um grande número de famílias se arruinaram ou se extinguiram durante a guerra santa. As que estavam arruinadas apegavam-se mais às recordações de sua nobreza, único bem que lhes restava; depois da extinção das famílias, sentiu-se a necessidade de as substituir: foi então que se introduziu, sob Filipe, o Ousado, o costume de criar nobres. Começando a haver nobres novos, deu-se mais valor ainda, em passar por antigo. A propriedade não lhes parecia mais suficiente para conservar e transmitir um nome que se tornava êle mesmo, uma propriedade consagrada pela história e reconhecida pela sociedade; foi então que a nobreza se preocupou mais com os sinais distintivos.

À queda do govêrno feudal, a nobreza, é verdade, era ainda uma grande parte da fôrça do exército; mas serviu ao Estado com um novo caráter; ela se

adatou mais ao espírito da cavalaria do que ao da feudalidade; um gentil-homem não fazia mais ao soberano a homenagem sôbre sua terra, mas jurava sôbre sua espada, ser-lhe sempre fiel.

Mudando, desde então, sua maneira de viver, a nobreza desceu das alturas a que se havia elevado de seus domínios ameaçadores, dos castelos construídos na planície ou no declive dos outeiros, que tendo ainda tôrres, pontes levadiças, tornaram-se moradias mais cômodas. Quando a aristocracia pareceu menos temível, os reis procuraram recebê-la; ela encontrou nas côrtes uma parte das vantagens que tinha perdido. Como tinha sempre o primeiro lugar na sociedade, como conservava grande ascendente sôbre as outras classes, continuou com seu exemplo a polir o espírito e as maneiras da nação e foi por ela principalmente, que se formaram os costumes elegantes, que por muito tempo distinguiram os franceses de todos os povos da Europa.

Todavia é difícil julgar de uma maneira precisa se a nobreza perdeu menos, que ganhou, com as mudanças que se operaram depois das cruzadas. As prerrogativas honoríficas que lhe restavam, sem lhe dar uma fôrça positiva, armaram contra ela mais paixões invejosas do que o fizera o poder territorial, pois pudemos notar que o amor-próprio do homem sofre mais de boa mente nos outros, a riqueza e o poder, do que as distinções. Mais tarde a nobreza reconheceu o êrro que cometera de não se pôr à

Os cavaleiros juram a Cruzada na tumba de seus antepassados.

frente da revolução das comunas, o que podia ter feito fàcilmente. "A nobreza, dizia um gentil-homem do século dezesseis, a nobreza cometeu um grande êrro e teve grande prejuízo em desprezar os cargos nas cidades; recusando os cargos, ou deixando que os da cidade os ocupassem, êstes apoderaram-se também da autoridade e, quando nós chegamos, foi preciso *bajulá-los e fazer-lhe a côrte.* Isso é uma séria advertência àqueles que disso foram culpados." Assim falava Blaise Montluc no reinado de Francisco I. A nobreza da França, então, arruinava-se por causa das guerras da coroa, como se tinha arruinado dois séculos antes por causa das guerras santas. Arruinava-se numa carreira que a afastava do govêrno e a mantinha na ignorância dos negócios, enquanto outros se enriqueciam nos empregos pacíficos, exerciam ùtilmente suas faculdades e se apoderavam exclusivamente do poder. Um dos grandes erros da nobreza nessa época, foi tomar a ilustração pela fôrça, o favor dos reis pelo poder, a opinião dos homens pelo auxílio. Rodeada de gloriosos restos e despojada do que tinha de mais sólido, ela se refugiou de algum modo na história; mas a história não levanta os que caem, conserva apenas a vã lembrança de sua grandeza passada.

Nos nossos dias, a nobreza foi por muito tempo apresentada como potência aristocrática; é preciso, de início, perguntar se tínhamos uma verdadeira aristocracia. Para esclarecermos as dúvidas sôbre

êste ponto, seria suficiente talvez estudar a aristocracia inglêsa e saber como ela se formou na Idade Média. Na conquista de Guilherme, sessenta mil feudos foram divididos entre os vencedores; os nobres inglêses uniram-se então pelo laço indissolúvel da terra e seu poder fundou-se sôbre o solo inalienável. Eis como se estabeleceu a aristocracia na Grã-Bretanha. A nobreza, pela associação, obteve cartas com o auxílio das quais se instituiu e tomou seu lugar no Estado. Por outro lado, que vemos na França nessa mesma época? Barões e senhores que fazem a guerra entre si, o que era contrário a todo espírito de associação, e vários grandes vassalos, verdadeiros soberanos, que faziam guerra à coroa, porém com o pensamento de fundar uma aristocracia. A nobreza francesa precipitou-se para junto do trono, onde se tornou a nobreza mais ilustre do universo, mas onde também acabou de perder as condições necessárias da aristocracia, quero dizer, o apoio do solo e o espírito de associação. Ela tinha conservado, é verdade, muito grandes privilégios; mas principalmente deu atenção aos que bajulavam sua vaidade, e desprezou os que lhe podiam dar a fôrça. Às vêzes nada há de pior que direitos e um poder que não se exerce. Aconteceu por fim que a nobreza francesa não teve mais ação real no sistema político de que devia dar as regras e dirigir o movimento, e encontrou-se sòzinha representada sòmente

nas assembléias nacionais que não se convocavam mais. Esta a aristocracia que vimos, há quarenta e cinco anos, cair numa só noite e que jamais se pôde levantar e que agora nos é apresentada por zombaria como um fantasma ameaçador. Não é aqui o lugar de continuarmos esta questão, nos tempos modernos; voltemos aos resultados das cruzadas.

# CAPÍTULO IX

# A CAVALARIA

Não devemos confundir a cavalaria de armas, com a cavalaria à qual, a posse de uma terra ou de um feudo impunha a obrigação de seguir o senhor suserano à guerra; os cavaleiros de que vamos falar formavam uma ordem distinta, tinham sua educação particular, e estatutos que lhes eram próprios. Devia-se ser nobre, é verdade, para ser admitido na ordem da cavalaria; mas não se era recebido a não ser com determinadas condições e qualidades pessoais. Os reis e os príncipes sentiam-se honrados quando admitidos nessa associação cujos liames eram juramentos e único distintivo, o valor.

Pouco nos importa conhecer a origem dessa instituição; basta-nos saber que ela era adotada em todo o Ocidente antes das cruzadas. A religião, que na Idade Média a tudo se unia emprestou, a princípio, à cavalaria, suas cerimônias sagradas; ela lhe inspirou algumas das suas máximas, e, embora então não tenha havido guerras religiosas, ela benzia a espada dos cavaleiros. Os nobres guerreiros percorriam o mundo, procurando perigos e aventuras gloriosas. Não conheciam outro soberano que aquêle ao qual tinham prestado seu juramento voluntário; por tôda a parte onde havia guerra, êles

eram vistos, imediatamente. Foi a essa cavalaria que se dirigiu o Papa Urbano dizendo: "Vós que levais a tôda parte o terror de vossas armas e que servis à ambição ou ao ódio de outrem na guerra, erguei-vos, novos macabeus, correi defender a casa de Israel, que é a vinha do senhor dos exércitos." Sabemos como a cavalaria cristã respondeu a êsse apêlo. Desde aquela época, as relações entre a cavalaria e a religião foram mais imediatas e múltiplas. Todo cavaleiro parecia ter tomado o compromisso de combater os inimigos de Jerusalém; êle trazia sôbre suas vestes os emblemas da fé cristã; durante o serviço divino, conservava sua espada desembainhada, como para prestar uma homenagem a Deus, de sua bravura. Por fim, a cavalaria tinha-se tornado uma instituição tão religiosa quão militar.

Um dos caracteres mais notáveis dessa instituição, o que hoje mais excita a nossa curiosidade e nossa admiração é a aliança dos sentimentos religiosos e da galanteria; a devoção e o amor, êsse o móvel dos cavaleiros: *Deus e as damas,* era sua divisa. Disseram que êsse espírito da cavalaria vinha dos germanos ou dos povos do Norte: se isso fôsse verdade, a história ter-lhes-ia achado vestígios nas épocas anteriores. Podemos pedir a outros povos, leis e usos, não, ilusões e sentimentos. Para conhecermos a verdade, seria preciso saber o que há de oculto e de misterioso no coração humano na

Idade Média. Como quer que seja, podemos afirmar que a fidelidade a Deus e a fidelidade às damas eram recomendáveis como uma mesma virtude e um mesmo dever.

Quando um cavaleiro morria pela dama de seus pensamentos, não se devia duvidar de sua salvação, segundo a teologia dos castelos; devemos crer no entretanto que o clero era mais severo. Um cavaleiro não pronunciava um juramento onde não se tratasse de religião e de amor: Luís IX não quis concluir um tratado com os muçulmanos, sem o consentimento da rainha Margarida, que era *sua dama;* segundo uma lei de Tiago II de Aragão, a presença de uma mulher era como um direito de asilo, em um lugar santo; a instituição da ordem do *Escudo de Ouro* prescrevia que se respeitassem as damas, *porque segundo Deus, elas eram a fonte de tôda honra que os homens podiam conquistar.*

Nas guerras da Idade Média, a história nos mostra muitas vêzes os cavaleiros levando as côres da beleza para o meio dos combates. Devemos convir, entretanto, que nas guerras santas encontramos poucos exemplos dêsses amôres heróicos e cavaleirescos. Veremos que essa cavalaria, tão dedicada na Europa, ao amor das damas, tomou outro caráter no reino de Jerusalém, perto do túmulo de Jesus Cristo.

De resto, as virtudes que a cavalaria ensinava no Ocidente eram precisamente as que mais deviam

contribuir para a destruição do reino da barbárie. Não se podia fazer mais cruel injúria a um cavaleiro do que considerá-lo suspeito de traição e de mentira. A deslealdade, o perjúrio, eram para êles os mais vergonhosos de todos os crimes. Quando a inocência oprimida implorava os socorros de um nobre guerreiro, ai! daquele que não respondesse prontamente ao apêlo! O opróbrio seguia tôda ofensa ao mais fraco, tôda agressão a um homem desarmado. Não falaremos daquela cortesia cavaleiresca pela qual os costumes deviam se tornar mansos e suaves, nem daquela modéstia dos heróis que sem ser absolutamente a humildade cristã, era, no meio dos troféus da guerra, como o pudor da glória. Para lembrar, numa só palavra tôdas as virtudes da cavalaria, ser-nos-á suficiente citar aquela velha honra, que jamais se definiu bem e que foi para um século bárbaro, como outra religião com seus mistérios e principalmente com seus milagres.

Para fazermos uma idéia justa da cavalaria, devemos estudá-la nos torneios, que tiveram sua origem e que eram como as escolas da cortesia e as festas da bravura. Nessa época, a nobreza estava dispersa e ficava isolada nos castelos. Os torneios davam-lhe ocasião de se reunir e era nessas reuniões brilhantes que se lembrava a memória dos antigos valentes, que a juventude tomava por modelos e se formava às virtudes cavaleirescas, recebendo o prêmio das mãos da beleza.

Como as damas eram os juízes das ações e da bravura dos cavaleiros, elas exerceram um império absoluto sôbre a alma dos guerreiros; e eu não tenho necessidade de dizer o que aquêle ascendente do sexo mais suave pôde dar de encanto ao heroísmo dos valentes e dos paladinos. A Europa começou a sair da barbárie desde o momento em que o mais fraco governou o mais forte, em que o amor da glória, os mais nobres sentimentos do coração, as mais ternas afeições da alma, tudo o que constitui a fôrça moral da sociedade, pôde triunfar de tôda outra fôrça.

Não cremos que a cavalaria errante com suas bizarras extravagâncias tenha existido em algum lugar, a não ser nos romances; devemos crer, no entretanto, que, se o amor de Deus tinha armado os cavaleiros cristãos contra os infiéis, o amor das damas podia também levá-los às vêzes a defender a beleza infeliz. Não devemos esquecer além disso que a cavalaria de armas, como nós dissemos, não se fixava no lugar e a pátria de um cavaleiro era por tôda a parte onde êle podia mostrar sua fôrça, sua habilidade e seu valor. Assim um resto do espírito nômade dos bárbaros unia-se ao caráter da cavalaria e êsse espírito cosmopolita poderia dar alguma verossimilhança às narrações dos romancistas. A história conta as aventuras e os feitos daqueles guerreiros normandos que, voltando de Jerusalém, libertaram a Calábria da invasão e do jugo dos sarracenos.

Joinville nos fala de vários cavaleiros que êle tinha visto chegar à Palestina, e que, segundo o quadro que êle nos pinta, poderiam ser verdadeiros cavaleiros errantes. Partindo do norte da Europa, êles tinham vivido por muito tempo entre os romanos e os povos selvagens da Ásia Menor. Os cruzados e o povo de Tolemaida escutavam com avidez as narrações de suas aventuras longínquas; compraziam-se em imitar no exército cristão os costumes que êles tinham adquirido dos bárbaros; admiravam-se suas maneiras cavaleirescas e principalmente sua habilidade intrépida com a qual perseguiam os tigres e os leões nos desertos da Síria. Depois de ter percorrido o Oriente e o Ocidente, êles vinham dar sua palavra a Jesus Cristo, dedicando-se ao seu serviço, alistando-se sob as bandeiras de Luís IX.

Vimos na antiguidade, heróis que percorriam o mundo para libertá-lo dos flagelos e dos monstros. Mas êsses heróis não tinham por móvel a religião que eleva a alma, nem aquela cortesia que ameniza os costumes. Uma outra diferença entre o espírito da antiguidade e os sentimentos dos modernos, é que entre os antigos o amor amolecia a coragem do herói e nos tempos da cavalaria, as mulheres, que eram os juízes do valor, lembravam sem cessar à alma dos guerreiros o entusiasmo da virtude e o amor da glória. Lemos em Alan Cartier, uma conversa entre várias senhoras que exprimem seus sentimentos sôbre o proceder dos seus cavaleiros, que tinham tomado parte

na batalha de Azincourt. Um daqueles cavaleiros tinha procurado sua salvação na fuga e a dama dos seus pensamentos exclama: *Segundo a lei do amor, eu o teria preferido morto, que não vivo.*

Aquela instituição, tão engenhosamente chamada *Fontaine de courtoisie e de Dieu vient,* fonte de cortesia e que vem de Deus, é bem mais admirável ainda, quando ela se apresenta sob a influência onipotente das idéias religiosas. A caridade cristã reclama todos os afetos do cavaleiro e pede-lhe uma dedicação perpétua para a defesa dos peregrinos e para o cuidado dos enfermos. Foi assim que surgiram as Ordens de S. João e do Templo, a dos cavaleiros teutônicos e várias outras, tôdas instituídas para combater contra os muçulmanos e aliviar as misérias humanas. Os infiéis admiravam-lhes as virtudes, quando temiam-lhes a valentia. Nada é mais comovente que o espetáculo dêsses nobres guerreiros que eram vistos, ora nos campos de batalha, ora nos asilos de dores, ora, terror do inimigo, ora, consolação de todos os que sofriam. O que os paladinos do Ocidente faziam pela beleza, os cavaleiros da Palestina faziam para a pobreza e para a infelicidade. Uns dedicavam a vida às damas de seus pensamentos; outros consagravam-na aos pobres e aos enfermos. O grão-mestre da ordem militar de S. João tinha o título de *guarda dos pobres de Jesus Cristo,* e os cavaleiros chamavam aos doentes e aos pobres de *nossos senhores.* Uma coisa estranha: o

grão-mestre da ordem de S. Lázaro, instituída para a cura e o alívio da lepra, devia ser escolhido entre os leprosos. Assim a caridade dos cavaleiros, para entrar mais além nas misérias de seus semelhantes, tinha enobrecido de algum modo o que há de mais abjeto e de repelente nas enfermidades do homem. Êsse grão-mestre de Lázaro, que deve ter também a mesma enfermidade, que é chamado a aliviar nos outros, não imita talvez, quanto possível à fraqueza humana, o exemplo do Filho de Deus, que se revestiu de nossa forma humana para salvar a humanidade?

Poderíamos crer que havia ostentação em tão grande caridade. Mas o cristianismo, como já o dissemos, tinha dominado o orgulho dos guerreiros, e foi isso, sem dúvida, um dos mais belos milagres da religião na Idade Média. Todos os que então visitavam a terra santa, não se podiam cansar de admirar nos cavaleiros do Templo, de S. João, de S. Lázaro, a resignação em sofrer tôdas as penas da vida, a submissão aos rigores da disciplina e a docilidade à menor vontade de seu chefe. Durante a permanência de S. Luís na Palestina, os Hospitalários, tiveram uma questão com alguns cruzados, que caçavam no monte Carmelo; êstes levaram sua queixa ao grão-mestre. O chefe dos Hospitalários mandou virem à sua presença os irmãos que tinham ofendido os cruzados, e, para castigá-los, condenou-os a comer por terra, sôbre seus mantos. *Acon-*

*teceu,* — diz Joinville, — *que eu me encontrava presente com os cavaleiros, que se haviam queixado e pedimos ao grão-mestre que mandasse levantarem-se os irmãos de sôbre seus mantos, o que êle se recusou fazer.* Assim o rigor dos claustros e a humildade austera dos cenobitas nada tinha de repelente para os guerreiros: tais eram os heróis que a religião formara segundo o espírito das cruzadas. Os cavaleiros de S. João e do Templo tinham aprendido a desprezar as vaidades desta vida: era nessas ordens militares e religiosas, segundo um poeta contemporâneo, que se retiravam os guerreiros que estavam cansados do mundo e *que tudo tinham visto e tudo tinham gozado.* Não devemos esquecer que nas idades bárbaras, a moderação dos que usavam armas e a humildade da fôrça são um comêço de civilização.

Sabemos que não se deve sempre julgar os homens segundo a moral que êles proclamam e segundo as regras que êles devem seguir. As ordens militares da terra santa, pelo escândalo de seus costumes mereceram às vêzes a censura dos chefes da Igreja; seu espírito de ambição e de rivalidade perturbou muitas vêzes a paz das colônias cristãs no Oriente. Quando vemos as desordens da Idade Média, devemos crer também que a cavalaria do Ocidente era pelo menos impotente para deter o mal e que ela se uniu às vêzes também aos excessos, que devia reprimir; mas o espírito de sua instituição

subsistia e suas máximas presidiam à educação de uma nobreza ainda bárbara. Como quer que se possa pensar da corrupção humana, será sempre verdade dizer-se que a cavalaria, aliada ao espírito de cortesia e ao espírito do cristianismo, despertou entre os povos modernos sentimentos e virtudes ignoradas pelos antigos. Foi nessa escola que os jovens guerreiros aprenderam as lições da civilidade, da bravura e da generosidade; admirável escola, onde a vitória depunha seu orgulho, a grandeza, seu desprêzo soberbo, onde nada era mais vergonhoso que a perfídia e a mentira, onde nada mais glorioso, que proteger a fraqueza e socorrer a desgraça!

Como a educação dos povos formava-se sôbre o exemplo das primeiras classes da sociedade, os generosos sentimentos da cavalaria se espalharam pouco a pouco em tôdas as classes e se uniram ao caráter das nações européias. Erguia-se contra os que faltavam aos seus deveres de cavaleiros, uma opinião geral, mais severa que as mesmas leis, que era como um código de honra, como o grito da consciência pública.

Quando a instituição da cavalaria caiu pelo abuso que dela se fêz, e principalmente por uma seqüência de mudanças sobrevindas no sistema militar da Europa, ficaram ainda às sociedades européias alguns sentimentos que ela tinha inspirado, como resta aos que esqueceram a religião na qual nasceram, alguma coisa de seus preceitos e princi-

palmente impressões que dela receberam na infância. No tempo da cavalaria, o prêmio das boas ações eram a glória e a honra. Essa moeda, que é tão útil aos povos e que não lhes custa nada, não deixou de ter algum curso nos séculos seguintes. Tal o efeito de uma gloriosa recordação, que os sinais e as distinções da cavalaria cristã servem ainda nos nossos dias para recompensar o mérito e a bravura.

Pois que é verdade dizer-se que os cruzados deram à cavalaria êsse ascendente que amenizou a barbárie e a rudeza dos costumes, devemos convir que elas prestaram um verdadeiro serviço à humanidade.

# CAPÍTULO X

# O CLERO

O ascendente e a riqueza do clero tinham-no colocado ao lado da nobreza no sistema feudal; mas devemos convir que a posição que lhe haviam dado nessa ordem de coisas, repugnava ao mesmo tempo ao seu caráter e ao estado da sociedade. Não tememos dizer que o sistema feudal tendia a corromper a instituição da ordem eclesiástica como o clero tendia a corromper o sistema da feudalidade. O clero, criado para a paz, não era próprio para as exigências do regime militar; por outro lado, o regime militar devia mudar ou alterar os costumes pacíficos do clero. Não era raro verem-se prelados revestidos de capacete e de couraça; algumas vêzes mesmo padres dos campos, levavam à guerra o rebanho que a religião de paz lhes havia confiado. Êsse espírito militar nos eclesiásticos aumentou ainda mais, com as cruzadas, onde suas armas eram santificadas pelo objeto da guerra. No entretanto o clero não se tornou assaz guerreiro, para cumprir todos os compromissos feudais e podemos acrescentar que não foi sempre bastante pacífico para cumprir todos os deveres religiosos.

O que há de certo, é que à medida que a feudalidade fazia progressos, o clero perdia alguma

coisa de sua regularidade e de suas antigas tradições. Os francos, quando entraram a fazer parte da Igreja, levaram a ela seus hábitos. Êsses hábitos não concordavam com o espírito do sacerdócio. Os barões e os príncipes invocaram às vêzes as armas espirituais do clero para garantir a obediência de seus súditos e de seus vassalos; por outro lado, o clero invocava também as armas dos senhores para a defesa de seus direitos e nós vemos na história que cada partido que vinha em socorro do outro acabava por vender caro seus serviços. Acrescentai a isso que o clero, nos dias de opressão e de miséria, foi considerado como um asilo onde todos eram recebidos, uns para sua salvação, na outra vida, o maior número, para escapar à indigência ou à escravidão neste mundo terrestre. Todos os que se apresentavam eram recebidos, mesmo às vêzes, filhos de servos, e foi por isso principalmente que vieram o esquecimento da disciplina e a decadência dos estudos, que todos os historiadores da Igreja deploraram.

Não era fácil fazer-se observar a disciplina naquela multidão de clérigos esparsos pelos castelos, onde tinham o ofício de capelães, de tesoureiros, de secretários; nas cidades, onde êles exerciam a profissão de advogados, de notários, de coletores, de negociantes, etc. Como então tudo era processo, mesmo as penitências da Igreja, cada qual podia fazer-se julgar pelo tribunal de Roma; aconteceu que os bispos cujo poder tinha sido excessivo nos

séculos precedentes, pois depunham os reis, não podiam mais mesmo julgar os clérigos em suas dioceses. Abandonaram o estudo das doutrinas para se entregar à chicana e aos meios de se subtrair à hierarquia eclesiástica. Não havendo mais ordem e justiça entre os pastôres, não havia mais também, em coisa alguma. As trevas penetraram na Igreja e espalharam-se por tôda a parte.

Não se acusou o clero da Idade Média de se ter descuidado dos seus interêsses; no entretanto vimos, na França, prelados abandonarem à coroa os privilégios de um bispo, e, o que nos deve mesmo causar admiração, paróquias, com suas rendas, serem dadas aos senhores que partiam para a primeira cruzada. Nenhum poder tinha então regras fixas, nem limites reconhecidos; não nos devemos portanto admirar de que o século se intrometesse nos negócios da Igreja e a Igreja também nos assuntos do século. A confusão entre o espiritual e o temporal foi levada ao máximo; São Bernardo dizia aos bispos, que êles não tinham sido chamados para governar o mundo, mas para dêle extirparem as más ervas. Era de uma enxada que êles precisavam e não de um cetro. Os abusos de que o abade de Claraval se queixava, vinham sobretudo da confusão de que acabamos de falar e indicavam a desordem das sociedades muito mais do que êles mesmos, eram a desordem.

O Papa Gregório VII que tentou mudar o mundo cristão e cuja máxima era *bater para curar,* tinha concebido duas grandes idéias: submeter os príncipes à autoridade de Roma e reformar os costumes do clero. Podemos dizer que êsse Pontífice conseguiu muito no que havia de mais difícil e de mais perigoso, a submissão dos tronos da terra, e não conseguiu quase nada do que havia de mais útil e de mais necessário, a restauração da disciplina e o triunfo da moral evangélica. As paixões humanas resistiram mais tempo que os príncipes e, enquanto os imperadores e os reis se inclinavam diante dos Papas, as desordens que a Igreja queria reprimir não deixavam de escandalizar a Europa cristã. A maior parte dos Concílios que se reuniram no comêço do século doze atestam que a lei do celibato não era ainda escrupulosamente observada pelo clero secular e que a serpente da simonia continuava a rastejar pelo santuário.

O abade de Nogent fala de quatro Bispos que se sucederam na Sé de Laon, e cuja eleição foi fruto de corrupção e de astúcia. O primeiro dêsses prelados era acusado de ter traído, no mesmo dia da sexta-feira Santa, o único príncipe que restava da família de Carlos Magno; o último, Baudri, tinha entregue Roberto, duque da Normandia, um dos heróis da primeira cruzada, ao seu irmão Henrique, vencedor de Tinchebray. Não repetiremos o que Guibert diz sôbre os costumes dêsses quatro Bispos;

não repetiremos do mesmo modo o que do clero de seu tempo diziam S. Bernardo, Tiago de Vitri, Pedro de Blois e tantos outros piedosos reformadores, acostumados na cátedra evangélica a verberar acremente seu século e naturalmente levados a exagerar as côres da corrupção e do vício. Devemos nos guardar também de tomar ao pé da letra as sátiras dos trovadores e dos romancistas, aceitas pela malignidade popular, sempre pronta a se rebelar contra o grave ministério do sacerdócio. Confessamos, todavia, que o poder e as riquezas do clero deviam excitar inveja. Eis porque, pela metade do século doze, a nobreza formou uma liga contra as pretensões dos eclesiásticos, e na revolta dos *Pastouraux,* o povo via com prazer que se ultrajavam os padres. No entretanto, o clero, não perdeu seu império sôbre as almas. Há muito êle reinava pela fé religiosa e continuou a reinar com ela.

Os abusos contra os quais se insurgira Gregório VII, a simonia e principalmente o casamento dos clérigos, não afligiam mais a Igreja cristã, antes do fim das guerras santas. Pouco a pouco restabeleceu-se a disciplina; as trevas da ignorância começaram a se dissipar. Inocêncio III e seus sucessores animaram os estudos. O clero reconquistou seu antigo brilho e num século ainda bárbaro espalhou as primeiras luzes da civilização, semelhante às colunas luminosas do deserto.

Devemos fazer notar que o clero jamais apareceu nas guerras santas, que não, em seguimento dos barões e dos cavaleiros da cruz. A história nô-lo apresenta uma única vez dirigindo as manobras militares de uma cruzada: foi no cêrco de Damietta. Também os assaltos e os combates estavam sempre unidos às cerimônias religiosas. A bravura não conhecia outro encorajamento que as bênçãos do céu; a licença, outro freio, que os castigos da Igreja. Já dissemos que se reconhecia principalmente a influência do clero numa cruzada, na temeridade das emprêsas; o clero, nas circunstâncias difíceis da guerra, acreditava talvez demais nos milagres e não acreditava bastante nos perigos. Sabemos quais foram depois da tomada de Damietta as conseqüências de sua excessiva confiança na vitória.

Em cada expedição, partia um grande número de Bispos e de Abades seguidos por seus vassalos e dos que tinham vindo se alistar sob suas bandeiras. Não havia barão ou conde que não levasse consigo um ou dois capelães, o que aumentava o número dos eclesiásticos, sob os estandartes da cruz. Numa guerra religiosa, a influência moral do clero devia ser onipotente. Sabemos que confiança o Bispo de Puy inspirava aos primeiros peregrinos da primeira cruzada; mas se acreditarmos em Guilherme de Tiro, os eclesiásticos que sobreviveram a êsse venerável prelado, não tiveram no exército cristão o mesmo prestígio nem a mesma consideração; mal pudemos

encontrar nesse clero viajantes pontífices capazes de ocupar as sêdes principais da Palestina e da Síria. Nas cruzadas seguintes, principalmente na terceira, um grande número de Bispos serviu à causa da cruz, com suas luzes e deu aos peregrinos exemplos de virtudes evangélicas.

Não seguiremos o clero latino nas colônias cristãs do Oriente, onde êle, por vêzes, quis exercer um domínio temporal. Lembramos que o Patriarca Daimbert aspirava à posse de Jerusalém e a cidade santa viu numerosas divisões surgirem entre a autoridade dos príncipes e a do clero. Ora, os reis de Sião pediam auxílios à Igreja, ora o Patriarca pedia ao sucessor de Davi e de Salomão os dízimos devidos aos servidores de Deus. Os dois partidos cediam ou resistiam por sua vez, segundo as circunstâncias, não pondo jamais medida nem ao ódio nem à submissão. Balduino pediu humildemente perdão ao Concílio de Naplusa pelas injúrias que êle e seus predecessores tinham feito contra o clero da Palestina. Numa outra ocasião, o rei Balduino, tendo tido uma viva questão com o Patriarca Estêvão, a respeito da posse de Joppé, êste caiu doente e morreu de morte prematura. Embora a insinuação pouco caridosa que a êste respeito faz o Arcebispo de Tiro, nos pareça sem fundamento, ela nos mostra não menos a infeliz animosidade com a qual se disputavam as conquistas dos guerreiros cristãos e a herança de Jesus Cristo. Os Papas foram muitas vêzes soli-

citados a se pronunciar nessas questões; mas êles, quase nunca deram uma satisfação inteira ao clero, pois o clero latino do Oriente não podia servir aos seus desígnios, nem aquém nem além dos mares e a prudência ordenava-lhes que não desanimassem os príncipes que defendiam com armas na mão o reino de Jerusalém.

Dizia-se que o clero se tinha enriquecido durante as cruzadas. Essa afirmação, que foi tantas vêzes repetida pelos escritores do século passado, tem necessidade de ser examinada com atenção imparcial. O clero era muito rico na época da primeira cruzada; seus inimigos acusavam-no, há muito tempo, de ter usurpado propriedades imensas. Sob as duas primeiras descendências, suas riquezas tinham projetado sombra sôbre os barões e os reis, que o tinham muitas vêzes despojado com o pretexto de que êle não defendia o Estado e que as propriedades de que gozava pertenciam àqueles cuja bravura velava pela salvação do reino.

Se as cruzadas tivessem enriquecido o clero, êle deveria ser mais rico nos países que mais tinham tomado parte nas cruzadas; ora, o clero da Alemanha e de vários outros Estados da Europa sobrepujavam em riqueza ao do reino da França, onde as expedições do Oriente tinham excitado tanto entusiasmo e reunido tantos guerreiros sob suas armas.

O clero, é verdade, adquiriu novas possessões nos países conquistados pelos cruzados, mas disso,

nada lhes restou depois das guerras santas. Nós dissemos que no fim das cruzadas o número dos fiéis tinha diminuído muito na Ásia Menor, na Síria e no Egito. Foi isso sem dúvida uma das conseqüências mais deploráveis dessas guerras, que tinham irritado os muçulmanos sem os ter vencido. Todos aquêles Bispados em função dos quais o clero conserva ainda hoje os títulos, vãos e pomposos, testemunham assaz as perdas da Igreja católica nas regiões do Oriente.

A primeira guerra santa, como vimos, deve ter sido muito útil ao clero, pois êle não foi obrigado a lhe custear as despesas. O zêlo dos fiéis pagou tudo. No entretanto, êle mesmo tomou parte nessa cruzada e os padres que partiram com os outros cruzados não enriqueceram nessa peregrinação. Na segunda cruzada, começaram a impor contribuições às Igrejas, sem ter em consideração as vivas reclamações dos eclesiásticos. Estabeleceu-se então no mundo cristão uma opinião que se tornou funesta para o clero; foi, que as guerras empreendidas para a glória de Jesus Cristo e a libertação dos santos lugares, deviam ser pagas pela Igreja. Criaram-se então a princípio, impostos sôbre o clero, sem se consultar outra autoridade e se seguirem outras regras que as da necessidade e das circunstâncias. A partir da terceira cruzada, depois da publicação dos *dízimos saladinos,* criaram-se impostos mais regulares, que eram fixados pelos Papas ou pelos Concílios, e que eram

cobrados com tanto rigor que as Igrejas foram despojadas de seus ornamentos e por vêzes, os mesmos vasos sagrados foram a leilão.

É verdade que o clero recebia às vêzes ofertas e legados dos que partiam para a terra santa ou que tinham feito voto de partir; mas, que era êsse tributo da piedade, comparado com os tributos que êle era obrigado a pagar? Não tememos afirmar que, no espaço de duzentos anos, o clero deu para as guerras santas mais dinheiro do que teria sido necessário para comprar a maior parte de suas propriedades. Também se viu, pouco a pouco esfriar-se o zêlo dos eclesiásticos pela libertação dos santos lugares e a indiferença que se sucedeu entre os povos cristãos, ao ardor das cruzadas, começou pelo clero. Na Alemanha e em vários outros países, seu descontentamento foi levado tão longe, que por fim, os Papas não ousavam mais confiar nos Bispos para a pregação das cruzadas e só davam essa missão às ordens mendicantes, que nada possuíam e nada tinham a pagar para as expedições contra os infiéis.

Dissemos que o clero tinha-se aproveitado das cruzadas para comprar por pouco preço propriedades da nobreza, como nos nossos dias vimos muita gente aproveitar-se da revolução para comprar por um preço módico os bens do mesmo clero. Achamos com efeito, exemplos dessa espécie de aquisições na primeira cruzada; mas êsses exemplos deviam ser mais raros nas outras guerras santas das quais o clero

foi obrigado a pagar as despesas. A grande vantagem que o clero então teve sôbre a nobreza, foi, que os nobres podiam alugar ou alienar suas propriedades; e jamais foi permitido aos eclesiásticos fazer o mesmo com as suas. Uma outra vantagem do clero é que êle formava um corpo sempre animado pelo mesmo espírito e sempre dirigido pelas mesmas leis; enquanto tudo se modificava em tôrno dêle, êle mesmo em nada se mudava. Foi assim que êle resistiu à revolução que se operava nas propriedades. Acrescentaremos que a jurisdição do clero, que todos os dias fazia novos progressos, era para êle uma fonte de riquezas. Estava na natureza das coisas como já fizemos notar, que a classe mais esclarecida tornou-se a mais rica. O clero então não teve necessidade de se aproveitar da ruína dos cruzados para se enriquecer: suas luzes, seu espírito de ordem e de economia, o ascendente que êle tinha sôbre os povos, lhe ofereciam muitos meios para aumentar ou para conservar suas possessões.

# CAPÍTULO XI

—— —— —— ——

## OS MOSTEIROS

Vimos que a exaltação dos espíritos que gerou as cruzadas tinha aumentado o número dos cenobitas. Guilherme de Tiro diz, começando sua história das guerras santas, que o mundo, entregue a tôdas as desordens, estava prestes a ruir por completo. Estava-se persuadido de que o mundo, assim ameaçado de seu fim, só podia ser renovado por meio de acontecimentos e de sacrifícios extraordinários. A religião que dirigia tudo então, mostrou a uns o Oriente para ser conquistado, a outros, o deserto, onde a penitência os esperava. Na opinião dos sábios e dos doutôres, nada havia mais perigoso sôbre a terra que o *século* e tôdas as cidades, para os cristãos, pareciam estar cheias de uma devoção ardente como as cidades malditas pelo céu, as quais deviam ser abandonadas imediatamente. Foi assim que ao mesmo tempo muitos tomaram o caminho de Jerusalém e o dos lugares retirados, que eram considerados como o caminho da Jerusalém celeste. Nós já falamos dos guerreiros da cruz e dos peregrinos da terra santa; que nos seja permitido deter um momento nossa atenção sôbre a milícia dos claustros e sôbre os cruzados do deserto.

As fundações de mosteiros não são fatos menos conhecidos da história: os cronistas que eram quase todos monges a isso não dão menos valor que aos fatos mais importantes da política. Orderico Vital fala no mesmo tom, da invasão de Guilherme na Inglaterra, da conquista da Apúlia pelos normandos e da fundação ou da glória do mosteiro de São Évroul.

Os conventos estabeleciam-se de várias maneiras. Às vêzes era um só homem que se retirava a um lugar solitário e de que os fiéis vinham admirar a santidade. Êsses anacoretas, segundo as narrativas das lendas contemporâneas, eram como os reis da solidão, pois os pássaros do céu obedeciam à sua voz e a natureza lhes era submissa. O historiador da Normandia, depois de ter narrado a vida santa de um anacoreta, assim nos conta a sua morte, mais milagrosa ainda que a mesma vida: "Uma doce melodia elevava-se no ar, um perfume divino encheu os lugares selvagens; uma nuvem brilhante se elevou no horizonte e fêz empalidecer o astro do dia." A narração dêstes prodígios e de mil outros semelhantes se espalhou por todos os lugares vizinhos; bem depressa a multidão acorreu e o deserto via cumprirem-se as palavras de Isaías: "Êsse lugar é demasiado apertado para mim; dai-me espaço, a fim de que aí possa habitar." Uma outra origem dos claustros eram o arrependimento dos pecadores e a devoção dos grandes e dos príncipes. Dando uma parte de

seus bens a cenobitas que passavam os dias e as noites em oração, os ricos e os poderosos do século esperavam apressar numa outra vida a libertação de seus amigos e julgavam adquirir para si mesmos os tesouros do céu. Vários institutos monásticos tiveram sua origem das colônias de monges, mandados a outras solidões para ali fazerem florescer as austeras virtudes da vida religiosa. Mais de uma ordem de cenobitas tinha mosteiros espalhados por tôda a terra; e êsses mosteiros, segundo a mesma regra, praticando as mesmas austeridades, obedecendo a um só chefe, formavam como uma confederação piedosa que sobrepujava às vêzes a riqueza, o poder dos grandes da terra e de florescentes cidades.

O zêlo pela vida monástica foi tão grande no século doze, que a França e a Europa temeram que lhe faltassem solidões. As mães escondiam os filhos, as mulheres, os maridos, os amigos, seus amigos, para afastá-los do proselitismo dos claustros. Um irmão de S. Bernardo hesitava em tomar o hábito religioso, alegando que sua mulher não o consentiria. "Ela consentirá, disse Bernardo, ou morrerá." Palavras cruéis que mostram como as leis da sociedade *e as da família eram imoladas sem escrúpulo à paixão invejosa pela qual se povoavam os desertos.*

Os historiadores eclesiásticos descreveram longamente a vida interior dos mosteiros, a jornada dos monges, dividida entre o trabalho e a oração, os longos êxtases de uma devoção ascética e os prodí-

gios da penitência. Outros, repetiram o que se dizia já na Idade Média da corrupção dos cenobitas e das desordens que reinavam nos claustros. Nós apresentaremos aos nossos leitores outros quadros. Enquanto a sociedade se entregava a todos os excessos da anarquia feudal, comprazemo-nos em ver à sombra dos altares, formarem-se associações religiosas regulares, que eram como pequenos Estados, com seus costumes, suas leis, seus governos; é sob êste aspecto que falaremos dos mosteiros no tempo das cruzadas. Cada claustro tinha sua regra e seus privilégios: uma prerrogativa geral e comum a todos era a liberdade. Essa liberdade exercia-se principalmente no govêrno interno do mosteiro, na eleição dos superiores da comunidade, sôbre a qual nenhuma autoridade religiosa ou civil, podia exercer influência alguma. Várias abadias vangloriavam-se de não depender da Santa Sé; muitos mosteiros suportavam com má vontade a jurisdição espiritual dos Bispos. Os monges de Rebais recusaram-se reconhecer seu abade, que se tinha submetido ao Bispo de Méaux e os anátemas do Concílio de Beauvais mal puderam reconduzí-los à submissão.

Um mosteiro colocava-se, primeiro, sob a proteção de um santo. O bem-aventurado patrono que os cenobitas invocavam em suas orações era o senhor dessa piedosa milícia e, por assim dizer, sob suas luzes, êles se entregavam aos combates espirituais ou defendiam os interêsses temporais de sua associação.

*O respeito que tinham pela memória de seu fundador ou daqueles que os tinham precedido no claustro* e que eram para êles como antepassados ou avós, oferecia uma verdadeira imagem dos sentimentos e das recordações da pátria. Muitas vêzes os leigos ricos e poderosos pediam uma parte nas orações dos monges e consideravam uma glória, ter inscritos seus nomes nos registros do convento; êsses irmãos externos tinham de algum modo o direito de cidadania ou da burguesia na comunidade monástica; depois de ter servido durante tôda a vida aos interêsses do mosteiro, seu último voto era morrer com o hábito dos cenobitas e obter uma porção da terra que devia cobrir seus irmãos da solidão. Não podemos fazer uma idéia do espírito de emulação que animava os monges para aumentar os domínios ou a fama da ordem. "É cultivar a vinha do Senhor, dizia o abade Suger, prodigalizar às moradas dos solitários, ouro, prata e pedras preciosas." A história nos apresenta vários cenobitas exercitando uma santa violência para com suas famílias e arruinando seus parentes para enriquecer os mosteiros. Quando a liberalidade dos fiéis dava terras a um convento ou um bem qualquer, os monges para lá levavam suas relíquias com a maior solenidade, a fim de que seus santos patronos tomassem posse, como êles, das novas conquistas. Todo mosteiro tinha em seus arquivos cartas e contratos que atestavam seus títulos e direitos de propriedade; e tal era o zêlo dos religiosos para

aumentar os limites de seus domínios, que, se acreditarmos em certos documentos da Idade Média, não houve escrúpulo da parte dêles em apoiar algumas vêzes suas pretensões em doações irregulares e documentos apócrifos.

Os monges, segundo a opinião do tempo, eram os depositários dos bens do pobre e dos bens de Deus; tôda tentativa para revogar uma doação ou contestar um privilégio, era, a seus olhos, um verdadeiro sacrilégio. Todo mosteiro era como uma Igreja, assim êles o consideravam, bem como a santa família de Cristo; essa convicção dava aos cenobitas incrível ardor pela defesa dos direitos que êles tinham adquirido e que o tempo tinha consagrado. Sabemos da viva contestação surgida entre os burguêses e os monges de Vézelay, pela metade do século doze. Os burguêses, levados pelo conde de Nevers, queriam se eximir da jurisdição da abadia. Nada é mais interessante que a história dessa revolução escrita por um monge, testemunha ocular. O historiador cenobita nos diz que o abade Pons tomando a defesa da casa de Israel, a princípio, contra o Bispo de Autun, depois, contra o duque de Nevers, chegou, *à fôrça de trabalhos e de perigos, a tornar mais brilhante e mais visível a todos os olhos a pureza das liberdades da Igreja.* Devemos notar aqui, que a abadia de Vezélay, *dedicada a Madalena, amiga e serva de Deus, tinha a pretensão de ser independente, tanto no temporal como no espiritual e se*

*vangloriava de ser uma herança hereditária do Bem-aventurado Pedro.* Sustentando essa pretensão, os discípulos de Pons viam apenas *salteadores e ímpios* em todos os seus adversários. Se o conde de Nevers se comovia pela sorte dos burguêses de Vézelay, *eram lágrimas de impiedade que corriam de uma fonte de corrupção.* O abade Pons invocava ora as potências da terra, ora os anátemas da religião; a miserável aldeia de Vézelay sucumbiu por fim nessa luta que durou vários anos. Não podemos julgar nem os erros, nem os excessos dos burguêses, que não tiveram historiador; mas, lendo a história da abadia, somos obrigados a convir que os cenobitas fizeram guerra sem moderação e não usaram da vitória, com caridade.

O poder e as riquezas dos mosteiros não provinham ùnicamente de seus domínios ou de seus privilégios senhoriais; a maior parte tinha em suas Igrejas os ossos de algum apóstolo ou mártir que lhes obtinham numerosas ofertas e que os protegiam nos maus dias. Desde o século nono, os habitantes dos claustros, quando se tinham de queixar da injustiça ou da usurpação dos homens poderosos, depunham por terra ou *entre as moitas,* as relíquias dos santos e as deixavam assim abandonadas até que o santuário invadido ou ameaçado fôsse livre de todo temor. Quando êles temiam os ataques de ladrões e de inimigos, levavam os despojos dos eleitos de Deus para a cidade próxima; todo o mosteiro ia em

procissão, implorando com cânticos lúgubres a misericórdia do Senhor. Desde os primeiros tempos das peregrinações ao Oriente, procuraram-se as santas relíquias e desde então, não havia uma só Igreja, um mosteiro, que não tivesse seu relicário, que os monges chamavam de seu tesouro. Os ossos dos santos curavam os enfermos, convertiam os pecadores, obtinham as graças do céu para todos os que os visitavam e jamais um peregrino venerou restos mortais de um mártir, sem depor sôbre o altar o tributo de sua piedade. Depois que as cruzadas começaram, vinham das regiões orientais grande número de relíquias, que eram colocadas nos mosteiros, como um asilo seguro. Enquanto os guerreiros da cruz saqueavam as cidades dos infiéis ou dos hereges, monges e clérigos ocupavam-se dos despojos que êles consideravam mais preciosos e mais dignos das vitórias obtidas, em nome de Jesus Cristo. Vimos no historiador Gunther, as violências empregadas pelo abade Martin, para despojar uma Igreja de Constantinopla e para se apoderar das relíquias, com que adornou e enriqueceu seu mosteiro, perto de Basiléia. Temos uma narração, na qual um cavaleiro chamado Dalmas conta, êle mesmo, como se apoderou, numa Igreja Grega, da cabeça de S. Clemente que foi levada em triunfo à abadia de Cluny. A multidão dos fiéis corria para contemplar êsses troféus da guerra santa. Acontecia muitas vêzes que os cenobitas levavam seus relicários de cidade em cidade,

de aldeia em aldeia, a fim de recolher maior quantidade de óbulos. No meio dessas transladações, às quais a ambição e a avareza presidiam, talvez muito mais do que a piedade, a iniqüidade e a fraude muitas vêzes abusaram da credulidade do vulgo. Desde o comêço do século doze, o abade Guibert insurgiu-se contra o costume de se fazerem viagens assim com os santos. "O êrro que há nisso, dizia êle, é de não se deixarem os *bem-aventurados* gozarem num túmulo fixo, do descanso que lhes era devido." Êsses abusos que o abade Nogent indicava subsistiram por muito tempo; a devoção para com as relíquias, aumentou durante as cruzadas e essa devoção não cessou de ser uma fonte de prosperidade para a maior parte dos mosteiros.

# CAPÍTULO XII

# CONTINUAÇÃO DO MESMO ASSUNTO

Aumentava ainda a fôrça de uma comunidade religiosa, o fato de que um mosteiro, se tornava rico e cada habitante do claustro continuava pobre. Muitas vêzes as artes mais suntuosas eram chamadas a construir um mosteiro e nesse claustro, que era como um palácio, cada monge ocupava uma estreita cela. O historiador de S. Bernardo nos diz que o Papa tinha vindo à abadia de Claraval e tudo se fêz para receber dignamente Sua Santidade; serviram à mesa um peixe de qualidade; mas ao mesmo tempo, os cenobitas comeram um pão semelhante ao do profeta e fôlhas de faia, cozidas com sal. Assim estavam reunidas sob o mesmo teto, o esplendor dos grandes da terra e a pobreza dos eremitas. O voto de pobreza era o que mais rigorosamente se observava nos claustros. O abade Guibert fala-nos de um monge da abadia de Flavingy, no qual se haviam encontrado, depois da morte, duas moedas, escondidas debaixo das axilas: houve tão grande escândalo no mosteiro, que o capítulo se reuniu, como por um assunto em que a salvação da Igreja estava interessada, e recusaram a sepultura santa, ao cenobita culpado do *vício da propriedade*.

Jamais estas palavras, *isto é meu,* foram pronunciadas num claustro e os monges não podiam empregar o adjetivo possessivo, senão para dizer *meu pai* e *minha mãe.* O mesmo amor da glória era proibido aos cenobitas que deviam deixar seu nome para tomar o de um mártir ou de um eleito de Deus. Sôbre tôda essa abnegação firmava-se o poder de um mosteiro. Enquanto cada monge se julgava um nada, poeira dêste mundo, não havia convento que não tivesse o orgulho da vida eterna e não julgasse subsistir até o fim dos séculos. Também, na multidão de solitários sobressaía um único homem e êsse homem era o abade, que os monges tinham escolhido. Todos se compraziam em lhe obedecer, com a condição, no entretanto, de que êle não obedecesse a ninguém. Mais o poder de seu abade era grande mais êles se julgavam livres. Tal era o respeito que se tinha por êle que os cenobitas se inclinavam tôdas as vêzes que ouviam pronunciar seu nome. As penas e as recompensas que êle decretava vinham de Deus; quando êle empregava a severidade de sua justiça todo o mosteiro respondia pela execução de seus juízos. Os mais culpados, os que êle julgava indignos de sua misericórdia, era por vêzes batidos com varas, na presença do capítulo. Êles deviam ficar de pé diante da porta da Igreja, durante os ofícios e viviam separados de seus irmãos. Nos dias de discórdia, as palavras do chefe supremo exerciam o mais das vêzes um império absoluto; se êles se

insurgiam contra seu poder, com resistência obstinada, então, sacudindo a poeira dos pés, êle amaldiçoava os filhos indóceis e procurava um asilo em outro mosteiro. A maldição paterna e sobretudo a ausência, que era considerada como um abandono do céu, quase sempre eram suficientes para trazer de novo a obediência e a paz.

No entretanto, essa autoridade soberana nada tinha de arbitrário, pois tudo era regulado de antemão. Tradições e costumes dirigiam as menores ações dos cenobitas; prescrevia-lhes a maneira de se entrar no capítulo e no refeitório, a maneira de sair, como deviam assistir às orações da manhã e da noite, como deviam cortar a barba e o cabelo. Havia leis para a conversa, para o silêncio, para a forma e a côr das vestes, para a vida e a manutenção habitual dos religiosos. O código monástico tudo tinha regulado; mesmo as mortificações da penitência e os inocentes passatempos do claustro; a história nos diz em que época do ano, no mosteiro de Cluny temperavam-se as faias e as ervas com óleo ou com gordura, em que tempo se serviam aos monges frutas, ovos ou peixe; vemos também na história que o prior de Vézelay era obrigado, sob pena de excomunhão, a mandar servir aos monges, um esplêndido banquete no dia da festa de Santa Madalena, patrona da abadia.

Também nada era mais regular do que a vida dos cenobitas. Todos os que habitavam no mosteiro

tinham o mesmo pensamento; podemos mesmo dizer, que nos desertos habitados pela multidão dos monges, havia uma solidão para cada um. No mosteiro, entretanto, havia diferentes misteres, a serem desempenhados e a divisão do trabalho era tão bem ordenada como na cidade mais industrial. Uns eram encarregados de velar pelos interêsses do claustro, e presidiam, por isso, às colheitas e às vindimas; recolhiam os tributos ou as contribuições dos vassalos da abadia. Um, guardava o vinho, outro, cuidava da alimentação dos monges, um terceiro ia verificar no refeitório se as porções de cada cenobita eram iguais. Havia enfermeiros encarregados de cuidar dos doentes, vigilantes, que, dia e noite, percorriam o claustro. Cada mosteiro tinha, entre os religiosos, jardineiros, lenhadores, pescadores, cozinheiros, padeiros. Na comunidade havia monges que recebiam os viajantes e os peregrinos; outros, que socorriam os pobres e distribuíam todos os dias, os dons da caridade. Os monges iam para o trabalho dois a dois em procissão, tendo à frente o abade cantando salmos, versículos e hinos. Fala-se muito hoje dos benefícios que os mosteiros prestaram à agricultura e às letras. As crônicas nos dizem que nos claustros honravam-se àqueles que sabiam ler e salmodiar. Oderico Vital, louvando a vida de três anacoretas que tinham aparecido como três estrêlas no firmamento, diz estas palavras: "Êles possuíam a ciência da arte musical nas suas modulações mais suaves

e entoavam cânticos cheios de doçura para as antífonas e os responsórios." Os monges que transcreviam os manuscritos julgavam prestar um serviço muito agradável a Deus; na opinião dos cenobitas, tôda letra traçada no pergaminho devia apagar-lhes uma falta, diante do juiz supremo. Os mosteiros mais célebres tinham ao mesmo tempo uma biblioteca e uma escola, que defendiam as doutrinas da verdade, conservavam a língua do povo-rei e tinham em depósito, as memórias do passado. Os cenobitas exerciam ao mesmo tempo o império da religião, da riqueza e do saber: assim os desertos iluminavam as cidades e, dominavam as opiniões do século. Nada prova melhor o ascendente da Igreja e o espírito do tempo, que ver-se, de um lado, a nobreza encerrada nos castelos e nas fortalezas e, de outro, os solitários morando nos claustros mal fechados e protegidos sòmente pela fé. A paz que reinava em redor dos claustros atraía para as vizinhanças dos mosteiros uma numerosa população; várias aldeias e mesmo cidades tiveram assim sua origem da proximidade de um mosteiro do qual ainda conservam o nome. Lemos na *História da Normandia* que um grande número de monges estabeleceu-se na Inglaterra, depois da conquista de Guilherme, e que, os piedosos retiros que êles tinham fundado tornaram-se como outras tantas fortalezas, onde sua santa milícia combatia pela autoridade dos reis normandos. Muitas vêzes os príncipes e os grandes pediram, na sua última

hora, que suas cinzas repousassem na igreja dos cenobitas, a fim de que a oração pairasse noite e dia sôbre seu túmulo. Segundo um uso antigo os restos mortais dos poderosos monarcas eram confiados à guarda dos monges e a França tinha visto as duas primeiras descendências de seus reis extinguirem-se e acabar à sombra dos claustros; não havia nessas recordações alguma coisa de santo e de real, que devia rodear de respeito as moradas dos solitários?

Embora o espírito de exaltação que tinha gerado as cruzadas tivesse contribuído para povoar um grande número de solidões, nós no entretanto, não sabemos, até que ponto os mosteiros puderam, por sua vez, contribuir para o progresso das guerras santas. Os desertos tornando-se férteis pelo trabalho dos monges, não ficaram isentos do tributo, impôsto para o sôldo e a manutenção dos exércitos cristãos. Um grande número de monges, não obstante a proibição do Papa Urbano, deixou o convento para seguir as bandeiras da primeira cruzada. Nas outras expedições, alguns cenobitas, a exemplo de Pedro, o Eremita e de S. Bernardo, exortaram muitas vêzes os fiéis a tomar a cruz, mas vimos partir para o Oriente sòmente os que podiam conseguir o dinheiro necessário para uma viagem longínqua. A história contemporânea trata com severidade os monges que fizeram a peregrinação a Jerusalém e que se estabeleceram na terra santa. O abade de Claraval, cuja pregação tinha levado tantos cristãos a morrer

na Ásia, não quis que nenhum de seus discípulos atravessasse os mares; êle alegava para isso as invasões dos bárbaros e a insalubridade do clima; mas tudo nos leva a crer que a corrupção dos costumes do Oriente foi o verdadeiro motivo. Todos estavam persuadidos, os monges, de que o retiro do claustro era tão agradável a Deus, como os lugares santos, que os peregrinos iam visitar no Oriente. A história narra que um peregrino, indo para a terra santa, deteve-se no mosteiro de S. Bernardo e resolveu tomar o hábito dos monges. S. Bernardo, que tinha levado o peregrino a essa resolução, pediu que o novo cenobita fôsse livre do voto, alegando que sua peregrinação estava realizada e que a abadia de Claraval era uma outra Jerusalém.

Pelo fim das cruzadas, a maior parte dos mosteiros começou a perder o prestígio e a fama. Como as sociedades políticas, êles elevaram-se pela virtude e cairam pela corrupão. Muitos daqueles asilos da piedade, tornaram-se semelhantes às cidades amaldiçoadas de que a Escritura fala e à decadência dos estudos seguiu a da disciplina. Por fim, a Igreja encontrou nos cenobitas servidores menos fervorosos, e Roma, uma milícia, menos dedicada.

Formaram-se novas ordens, que foram ao mesmo tempo encorajadas pelo respeito dos fiéis e pelo favor dos Pontífices. À frente das Congregações religiosas que se formaram nessa época, devemos colocar a dos Irmãos da Misericórdia ou da Trindade, que se

originou depois da terceira cruzada e cuja instituição tinha por objeto libertar ou resgatar os escravos. Êsses veneráveis cenobitas iam procurar, longe, os que gemiam nas prisões dos infiéis, e, verdadeiros cavaleiros da fé e da liberdade, não descansavam enquanto não tivessem partido os ferros de algum prisioneiro cristão. Foi durante a sexta cruzada que surgiram as duas Ordens dos Frades Menores e dos Irmãos Pregadores, que, segundo a expressão do abade Usberg, renovaram a juventude da Igreja; essas duas novas instituições trouxeram grandes modificações no regime monástico. Não se tratava mais, para os monges, de conquistar domínios, construir edifícios, mas de viver como as aves do céu; não era mais a vida pacífica e contemplativa, mas uma vida entre as atividades dos trabalhos apostólicos que era preciso tomar como modêlo; não se admirava mais o silêncio da solidão, mas o milagre da palavra; e a voz dos novos apóstolos de Cristo, verdadeira trombeta evangélica, devia proclamar a lei cristã nas aldeias e nas cidades. Os discípulos de S. Francisco e de S. Domingos entregaram-se aos deveres da educação pública, fundaram um grande número de colégios, e vários dêles, como S. Tomaz de Aquino e S. Boaventura, ocuparam com distinção a cátedra de filosofia escolástica. Não os seguiremos nas lutas que sustentaram com o clero, que se mostrou muitas vêzes invejoso de seu prestígio e de sua influência, nem naquelas guerras religiosas em que a

caridade, nem sempre lhes inspirou a pregação. Preferimos seguir suas piedosas excursões sob os céus ardentes da África, ao norte da Ásia e nas regiões mais remotas do Oriente. Enquanto os mouros ainda devastavam a Espanha, os tártaros abalavam os tronos dos mais poderosos monarcas, devastavam os confins da Europa e ameaçavam tôda a cristandade; pobres padres visitavam os habitantes das margens do Níger, percorriam os vastos desertos da Tartária e penetraram até o Rio Amarelo, como conquistadores pacíficos, armados com o Evangelho, aumentando o império do cristianismo, chantando o estandarte da cruz nos confins do mundo conhecido. As colônias cristãs que êles fundaram entre as nações pagãs ou entre os povos selvagens, duraram muito mais que as colônias fundadas pelas Cruzadas.

# CAPÍTULO XIII

---

# OS SERVOS

Vimos o lado brilhante da feudalidade; resta-nos falar do estado em que gemia o povo das cidades e dos campos. O homem reduzido à servidão não tinha lei alguma que o protegesse contra a opressão; o produto de seu trabalho, o prêmio de seus suores, não lhe pertenciam; êle também era uma propriedade que por tôda a parte se reclamava, quando vinha a sair de seu domicílio. Prêso à terra, êle tinha muitas vêzes que invejar o animal que o ajudava a fazer os sulcos na terra ou o cavalo, nobre companheiro de seu senhor. O servo, não tinha outra esperança que a que lhe dava a religião e só deixava aos filhos o exemplo de sua paciência no sofrimento. Não podia fazer um contrato qualquer durante a vida, nem um testamento, na hora da morte. Sua última vontade não era reconhecida pela lei e morria com êle. Para desculpar a barbárie dessa idade grosseira devemos nos lembrar da sorte espantosa e ainda mais terrível dos escravos entre os gregos e os romanos. Não temos necessidade de dizer como êsse estado de coisas devia pôr obstáculos ao desenvolvimento da indústria e das faculdades sociais do homem. Também a maior parte dos campos estava coberta de florestas e muitas de nossas

cidades apresentavam o aspecto de pobreza e de desolação.

Quando vemos tôdas as misérias que oprimiam os servos presos à terra, não temos dificuldade em crer que um número enorme dêsses infelizes tenha procurado um asilo sob as bandeiras da cruz. Os que foram feitos prisioneiros ficaram na escravidão dos muçulmanos e sua sorte não se modificou muito. Uma multidão inumerável dêles, sem dúvida, pereceu, pois quase não andavam armados e não tinham nem víveres, nem vestes, e os senhores aos quais êles seguiam nem sempre lhos podiam dar.

Os servos que fixaram sua moradia na Palestina foram empregados no cultivo da terra; as Assembléias de Jerusalém muito mal se ocuparam de sua sorte e sòmente falaram de sua escravidão, para declarar que se podia reclamar um servo ou um camponês fugitivo, como um falcão. Temos poucas notícias sôbre os que voltaram à Europa; a história, que não omite nenhuma circunstância sôbre a partida dos peregrinos, quase sempre guarda silêncio, quanto ao seu regresso. O despovoamento de algumas províncias veio melhorar a sorte dos servos, que não tinham deixado seus lares: mais os homens eram necessários, mais foram respeitados; assim as cruzadas puderam amenizar a sorte dos camponêses nos lugares que elas tinham despovoado. Êsse, porém, não é um resultado que a humanidade pode aplaudir. Boulainvilliers diz, que, se as cruzadas não tivessem

feito partir uma multidão de servos, teria sido mais tarde necessário exterminá-los, como animais ferozes. Essa reflexão bárbara não se funda nem na verdade, nem na razão; é certo que, se todos os servos que partiram para a cruzada tivessem voltado, seu número teria causado sérios embaraços e a sociedade mesma, poderia ser perturbada; mas, o que prova que não se julgava grande bem a partida dos camponêses, é que a terceira cruzada lhes proibiu partir, sem a permissão de seus senhores. A maior vantagem que as cruzadas proporcionaram aos servos da gleba, foi a cessação momentânea dos assaltos e roubos e a paz que reinava nos campos, durante todo o tempo que durava a guerra contra os muçulmanos. A trégua de Deus que era obra do clero e que as guerras santas tornavam ainda mais sagradas, colocavam sob a custódia da Igreja, o lavrador, sua charrua, seu ancinho e os bois, companheiros de seu trabalho.

A população dos campos não era tôda composta de servos: havia também uma grande quantidade de homens que eram chamados *vilões*, e que não eram de todo livres, nem de todo escravos. Ninguém nessa multidão miserável aspirava à independência e o único bem que os homens, sem apoio, podiam pretender, era escolher a própria escravidão. Como a Igreja inspirava mais confiança que os senhores, uma multidão de infelizes havia-se refugiado de algum modo, ao pé dos altares e consa-

grava sua liberdade e a de seus filhos, ou à Igreja ou a um mosteiro, de que esperavam proteção. Nada é mais interessante que as fórmulas pelas quais o clero recebia êsse sacrifício da liberdade individual. Felicitavam-se os novos servos por terem preferido o *domínio de Jesus Cristo à liberdade do século;* acrescentavam que *servir a Deus era reinar* e que *uma santa servidão era verdadeira independência.* Era bem preciso que essas palavras estivessem em harmonia com os costumes e as idéias do tempo, pois todos os dias via-se uma multidão de homens e de mulheres correr para os mosteiros e rogar à Igreja que os recebesse entre os *servos de Jesus Cristo.* Se êles com isso se julgavam mais livres que os outros homens, muito nos admiraríamos disso; mas não havia, na verdade, uma espécie de liberdade, prendendo-se êles a cadeias que haviam escolhido e que haviam dado a si mesmos?

Segundo o fato que acabamos de citar, devemos crer que os servos das igrejas não fizeram grandes esforços para se tornar livres. No entretanto o clero pregou às vêzes a libertação dos servos; a história cita vários exemplos de libertação e de resgate na época de que falamos; mas eram meras exceções, que não, atos isolados. Nada era mais difícil que romper as cadeias de um homem ou de uma família presa à gleba; muitas vêzes era preciso o consentimento do senhor, do suserano e do rei. O clero mesmo não podia dar o exemplo, pois não lhe

era permitido alienar seus bens e os servos que dependiam dêle, eram sua propriedade. Assim os resgates particulares não serviam mais à causa da liberdade, do que a libertação dos escravos entre os romanos. Havia ainda na antiga Roma uma legislação para os libertos, ao passo que não havia nada disso sob os governos feudais.

Apenas uma circunstância extraordinária bastava para que os servos dos campos pudessem obter sua liberdade. Os camponeses de uma parte da Zelândia, afastados de seu território pela enchente do mar, refugiaram-se na baixa Alemanha e obtiveram com a independência, pântanos, para secar e para cultivar. Outros camponeses vieram habitar nas margens do Reno, devastadas pelos vendes e pelos eslavos e a liberdade foi o prêmio de seus esforços.

Algumas cidades livres da Alemanha contribuiram para o resgate dos camponeses de seus territórios. A mesma coisa aconteceu na Itália e na Espanha, onde o território das cidades era considerável. Na Inglaterra, os camponeses esperaram por mais tempo uma melhoria em sua sorte. De resto, nada é mais difícil que conhecer com exatidão os destinos que teve, durante vários séculos aquela multidão de homens que cobriam os campos da Europa. Nas trevas da Idade Média, inúmeras gerações de servos passaram pela terra, sem deixar vestígios na história. Mal encontramos nas velhas crônicas e nos

atos de administração, algumas luzes esparsas, que nos podem esclarecer aqui, as nossas indagações.

A história nos fala dos servos, apenas nos momentos de perturbação e de agitação, ou nas grandes desordens da sociedade, como a rebelião dos *Pastoureaux*, a revolta dos camponêses da Suábia e naquela guerra civil que, no começo do século dezesseis rebentou na Hungria por ocasião de uma cruzada contra os turcos.

Um historiador alemão conta que, sob o Pontificado de Leão X e no reinado de Ladislau II, exortou-se a nação húngara a tomar a cruz e as armas. O legado do Papa quis que todos fôssem aceitos na cruzada e o rei consentiu-o, apesar da opinião de vários de seus conselheiros. Correu então para os estandartes da cruz, uma multidão de camponêses que tinha abandonado o cultivo das terras. A nobreza, que via com espanto todos os campos abandonados, empregou a violência para reconduzir os desertores e a violência acendeu a guerra. O exército dos cruzados, quase todo composto de camponeses, tornava-se sempre mais numeroso; seu chefe, nomeado pelo rei, tinha recebido do legado, um estandarte bento pelo Papa. Com êsses sinais, dignos de respeito, de uma guerra santa, e sob o estandarte mesmo dado pela Igreja, os camponeses que tinham tomado a cruz, impuseram-se a devastar as terras dos nobres, queimaram-lhes os castelos, e cometeram horríveis crueldades. Essa guerra, ou melhor essa

revolução, que fêz correr rios de sangue, terminou nas planícies da Ulíssia, onde os camponêses húngaros foram vencidos e seus chefes, aprisionados. Os nobres da Hungria tinham ficado muito assustados com essa revolta; e quiseram por sua vez atemorizar os camponeses e para isso, inventaram suplícios dos quais apenas a idéia faz estremecer.

A êste quadro, pergunta-se naturalmente o que teria acontecido se semelhantes movimentos tivessem surgido nas grandes cruzadas do Ocidente. Que teria sido da Europa se a multidão que se havia reunido à palavra de Pedro, o Eremita, em vez de saquear os judeus e algumas cidades, que se encontravam à sua passagem, tivesse escrito nos estandartes da cruz a palavra *liberdade* e feito guerra à nobreza, em nome de Jesus Cristo? Todos sabem que êste pensamento não ocorreu então a ninguém; mas, se a *jacquerie* que rebentou dois séculos mais tarde, se tivesse pôsto ao lado de uma cruzada, se a revolta dos pastôres e dos aldeões, se tivesse podido aliar às idéias tão poderosas das guerras santas, quem nos poderia dizer hoje, até onde teria chegado uma revolução animada por semelhante móvel e secundada por tais auxiliares? Não temos documentos históricos que nos provem que os grandes e os senhores feudais tenham temido sèriamente uma revolta dos servos durante as cruzadas de além-mar; mas nós vemos, pelo menos, que se tomavam então precau-

ções e que se evitava principalmente irritar êsse povo que ocupava todo o território. Temos sob nossos olhos uma carta na qual o conde de Forez, dispondo-se a partir para o Oriente, proibia severamente em todo seu condado que se injuriassem os servos e que se desse a quem quer que fôsse a designação de escravo.

A história louva a firmeza com que a Rainha Branca defendeu os camponeses de Varrières, que o capítulo de Notre-Dame tinha mandado encerrar em escuros calabouços. Souberam então dos revezes de Luís IX e a prudência fazia temer, que a multidão das cidades e dos campos perturbasse a paz pública. Vimos, como, a princípio usaram-se de tantos meios para reprimir a revolta dos *Pastoureaux*; sòmente depois de grandes excessos resolveram persegui-los. Tudo nos leva a crer que se êles tivessem tido chefes hábeis e lhes tivessem obedecido, aquelas reuniões de pastôres e de camponêses teria fàcilmente perturbado um reino arruinado pela Cruzada e tê-lo-ia privado de seus mais valentes defensores. A França salvou-se de maiores desordens, porque os servos, armando-se para o triunfo da cruz, não pensaram em sua liberdade e insurgindo-se contra a opressão, não invocaram a influência das idéias religiosas.

Os camponeses, esparsos pelo território, não podiam organizar associações como nas cidades.

Acrescentamos que êles eram pobres e embrutecidos pela ignorância. O amor da independência veio com as luzes e principalmente com a riqueza; eis porque êle nasceu primeiro, nas cidades, e mais depressa nas cidades florescentes do que nas outras. Pela metade do século doze, muitos servos da Bélgica tinham enriquecido e confundiam-se com os burgueses ou homens livres. Um edito de Carlos, o Bom, Conde de Flandres, que perseguia como pertencendo a êles, os homens tidos como servos, lançou a perturbação em todo o país. A vergonha de ser servo ou de passar por tal, inspirava paixões tão violentas, que o preboste de Bruges, reclamado como propriedade do príncipe, organizou uma conjuração contra êle e o matou na Catedral, na presença de todo o povo. Não vemos nada de semelhante entre os servos dos campos, que suportavam a escravidão mais pacientemente e não conheciam pelo menos, o orgulho, pai de grandes crimes; sempre às voltas com a miséria, êles não teriam sabido o que fazer da independência. Quando Luís X quis que *no reino dos francos, a coisa, na verdade estivesse de acôrdo com o nome,* e que se desse *a liberdade aos que a pedissem,* com a condição de pagarem os direitos de servidão que competiam à coroa, ficaram todos surpreendidos pela oposição que se encontrou, ou pelo menos, pela indiferença com que o benefício real fôra recebido. "Havia servos, diz uma carta do monarca, que não queriam ser

livres, ou por maus conselhos, ou por falta de bons avisos." A coisa parece-nos simples: queria-se submeter os camponeses ao impôsto e era o impôsto, o que mais êles temiam. A liberdade para êles consistia em não pagar nada: qual devia ser pois, sua surprêsa quando lhes pediam o dinheiro, como preço da liberdade!

# CAPÍTULO XIV

# O RESGATE DAS COMUNAS

O regime feudal, que no fundo era uma verdadeira anarquia, caminhava para a decadência e as luzes da civilização nascente se espalhavam entre os povos: isso trouxe ao resgate das comunas. Algumas idéias de ordem pública e de legislação começavam a prevalecer, e essas idéias, embora muito confusas ainda, voltavam-se contra a feudalidade, que o instinto dos povos não considerava mais como um govêrno, mas como um obstáculo ao bem público. Tôda cidade, à medida que aumentava sua população e se tornava mais industrial e mais rica, devia pensar ou melhor, ter a preocupação de sacudir o jugo dos senhores, que não a protegiam e de se libertarem de um regime que considerava como inimigo de sua tranqüilidade e prosperidade.

As cidades da Lombardia e de uma grande parte da Itália, foram as primeiras que escaparam à dominação feudal. Os imperadores da Alemanha, como nós dissemos, estavam quase sempre em luta com os Papas. Muitas daquelas cidades aproveitaram-se dessas dissensões para se arrogarem com direitos que ninguém lhes contestava; outras, obtiveram-no ou melhor compraram-no dos imperadores, que julgavam fazer bom negócio, vendendo o que

não podiam recusar. Pela metade do século onze, o clero e a nobreza não tinham mais influência sôbre as cidades da Itália. Segundo o testemunho de Oto de Freisingen, autor contemporâneo, a Itália estava cheia de cidades livres, que haviam obrigado o seu bispo a residir em seus muros. Não havia nobre que não estivesse sujeito às leis e ao govêrno de uma cidade. Dissemos, num outro capítulo, que as Cruzadas enriqueceram as repúblicas italianas, mas, que as riquezas do Oriente contribuíram para corrompê-las. A maior parte das cidades livres da Alemanha, deveram sua emancipação à decadência do Império; tiveram menos brilho que as da Itália, mas o que haviam conquistado, conservaram-no por mais tempo; longe de fazer a guerra a si mesmas, elas procuraram fôrça e apoio em associações, que as defenderam ao mesmo tempo das discórdias interiores e dos empreendimentos de seus poderosos inimigos. Alguns tomaram parte nas expedições da Síria, sem vantagem alguma para seu comércio. A Inglaterra, oprimida pela conquista de Guilherme, não viu nenhuma de suas cidades reclamar a independência na época das primeiras Cruzadas. As cidades da Grã-Bretanha, com exceção de Londres que tinha obtido vários privilégios, não pensavam em se resgatar, do poder feudal. Os bretões, como nos tempos de Virgílio, pareciam ainda separados do resto do mundo. Podemos dizer que nesse reino a liberdade não era assunto, nem de uma cidade,

nem de uma aldeia, mas da nação inteira e mais tarde tôda a Inglaterra ficou livre. Na Espanha, a guerra contra os mouros favoreceu como dissemos, a independência das comunas. Temos monumentos históricos, do comêço do século onze, que provam que várias cidades espanholas gozavam nessa época de certas imunidades. Mas, as primeiras dessas cidades que mais tarde se chamaram às côrtes, levadas por um espírito de inveja, não quiseram admitir as outras, o que veio prejudicar muito o desenvolvimento e o progresso da liberdade na Espanha.

Na França, examinaremos o resgate das comunas. Êsse resgate começou nas províncias meridionais; as tradições romanas que ainda subsistiam deram-lhes a primeira idéia, ou melhor, as cidades da Provença e o Languedoc, jamais haviam deixado de ser independentes e de gozar dos benefícios do regime municipal. Poderíamos crer que seu exemplo exerceu influência sôbre as cidades do leste e do norte da França; mas era tal então a falta quase absoluta de comunicações entre os povos, que não se sabia, no norte do reino, se havia cidades livres do sul. Nas regiões situadas entre o Somme, o Mosa e o Oceano, tôdas as cidades começaram, pelo fim do século onze, a reclamar sua independência e tudo nos leva a crer que a idéia lhes veio do estado de prosperidade a que haviam chegado. A fabricação de lãs inglêsas e a das fazendas tinha enriquecido as cidades da Bélgica e êsse gênero de

indústria se havia estendido às cidades de Artois, da Picardia e da Champanha. As manufaturas de sarjas de Reims, eram célebres no tempo das Cruzadas e êsse pano grosseiro servia para vestir os pobres peregrinos. Froissard fala de várias outras manufaturas, como a de Arras, onde se haviam fabricado aquêles ricos tapêtes que representavam as batalhas de Alexandre e que foram mandados a Bajazet, para o resgate dos cavaleiros franceses, prisioneiros em Nicópolis. As principais cidades das províncias do Norte enriqueceram assim por meio da indústria, coisa quase tão nova no século doze, como a liberdade; êles quiseram ter a faculdade de gozar dos bens adquiridos e foi então que começou para a França a grande revolução das comunas.

A instituição das comunas outra coisa não era que a reunião aprovada pelos burguêses para a defesa de seus direitos e interêsses. A comuna era um pacto de amizade, de paz, de concórdia, pelo qual os habitantes das cidades juravam socorrer e ajudar-se mùtuamente, como irmãos. Cada localidade reclamava privilégios ou garantias, segundo a natureza de suas necessidades ou segundo o temor que podia ter. Três objetos ocupavam principalmente a atenção e a solicitude das comunas: como os senhores não pensavam em manter a ordem nas cidades, os habitantes quiseram encarregar-se êles mesmos da defesa de suas cidades e velar pela paz em seus lares; por outro lado, como a justiça feudal se tinha tornado

um motivo de temor e receava-se contìnuamente a iniqüidade ou a ignorância dos juízes, os burgueses reclamaram o direito de serem julgados por seus pares ou pelo menos, de se associarem às funções da justiça senhorial, no que se referia às comunas: mas, o maior problema para êles era garantir o fruto de seu trabalho, poder dispor de sua fortuna, regular por si mesmos seus interêsses, aliviar o pêso dos tributos, ou pelo menos que fôssem exigidos de uma maneira regularmente estabelecida. Para saber o que pediam, principalmente, as comunas, basta ouvir seus adversários. "Eis, diz o Abade Guibert, que escrevia no comêço do século doze, eis o que se entende hoje por essa palavra *nova e detestável de comuna*: os indivíduos sujeitos ao impôsto só pagam uma vez por ano a renda que devem a seus senhores; se êles cometem algum delito, são castigados com uma multa legalmente fixada e quanto à cobrança do dinheiro que se tem costume de infligir aos servos, disso estão êles isentos." Tal era a maior pretensão das comunas e era essa, sem dúvida, que muitos senhores perdoavam menos.

As comunas, que tinham sua origem do progresso do comércio, não deixavam de proteger a indústria; e, nos contratos de associação, disposições formais punham sempre os negociantes estrangeiros a salvo da perseguição e dos assaltos. Invocava-se assim o rigor das leis contra a fraude e a má-fé no comércio. Numa palavra as cartas das comunas eram

úteis decretos e podiam suprir, sob vários aspectos, o que faltava à legislação dos tempos bárbaros.

O resgate das comunas deu-se com desordens. A comuna de Cambrai, que foi a primeira a reclamar sua independência, teve longas contestações com o clero; e entre os prelados que ela teve de combater, encontramos, com surprêsa, o piedoso Bispo Liethert, que partira para Jerusalém pela metade do século onze, seguido por três mil peregrinos que compunham o *exército do Senhor*. Em outras comunas, grandes atentados se uniram às revoluções que tinham por objeto a liberdade. A cidade de Laon viu um de seus pastôres espirituais tornar-se cúmplice de homicídio, cometido no lugar santo; viu depois seus cidadãos culparem-se com o assassínio de seu Bispo. Movimentos sediciosos, revoltas populares, perturbaram por muito tempo as cidades de Beauvais, de Reims, de Amiens. Entre as cidades que então foram teatro das discórdias civis, não esqueceremos a aldeia de Vézelay. Nada é mais interessante do que ver-se na história aquela longa dissensão entre os monges, que falavam em nome das liberdades de sua igreja e alguns burgueses, que reclamavam os privilégios de sua comuna, revolução que durou vários anos, da qual participaram Bispos, senhores, a côrte de Roma e o Rei da França, e que terminou com a ruína e a sujeição de uma infeliz aldeia.

As Cruzadas, tiveram sem dúvida, parte, no resgate e na libertação das comunas. Não devemos, porém, exagerar. Se acreditarmos em alguns escritores modernos, nada teria sido mais favorável à independência das cidades que a morte dos grandes vassalos, na guerra santa; mais morriam condes e barões no Oriente, mais a liberdade devia fazer progressos na Europa; opinião, que não é mais razoável que a dos piedosos contemporâneos, que viam nos funerais de uma Cruzada um meio, de que Deus se servia para povoar o reino dos eleitos. Pereceram mais nobres nas batalhas de Poitiers e de Azincourt do que em várias guerras de além-mar e ninguém jamais disse que a liberdade tenha tirado disso alguma vantagem. Se senhores pereceram na Ásia, devemos crer que êles tiveram sucessores e que sua morte não mudou muito o regime feudal.

A história nos oferece meios mais simples e mais naturais para explicarmos a libertação das comunas: como os senhores levavam consigo todos os que pegavam em armas e quase ninguém ficava nas cidades, era preciso confiar no pequeno número dos que não partiam. Devia-se assim deixar-lhes o direito de velar pela ordem pública e de se defenderem contra os assaltos dos ladrões, que sòmente êles podiam reprimir. Os que exerciam a autoridade pelos condes ausentes, tendo um poder apenas passageiro e incerto, procediam com moderação e procuravam obter pela confiança e pelo amor o que não

teriam podido fazê-lo pela fôrça. Depois que as Cruzadas terminaram, os senhores que tinham perdido seus homens de armas no Oriente deixavam as coisas como estavam, e, quando queriam retomar seus direitos, encontravam resistência, à qual eram obrigados a ceder. Acrescentaremos que à sua partida os condes e os barões tinham necessidade de dinheiro e para consegui-lo eram obrigados a fazer concessões. Êles tinham ainda mais necessidade de dinheiro ao seu regresso e mostravam as mesmas disposições em ceder alguma coisa de seus direitos.

Quando os príncipes e os reis deixavam a Europa, tinham o costume de fazer seu testamento e suas últimas vontades não consagravam a opressão e a iniqüidade. Nem quando iam combater pelo triunfo do Evangelho, êles se descuidavam em socorrer os pobres e em proteger os fracos; vimos a solicitude que S. Luís mostrava antes de embarcar para o Oriente; vimos que meios empregou seu zêlo infatigável, para que a justiça fôsse feita em sua ausência e a justiça era então tudo o que se pedia.

Restam-nos alguns privilégios de comunas, concedidos por senhores e príncipes que partiam para as Cruzadas e a circunstância da santa peregrinação está quase sempre mencionada nas cartas outorgadas pelos cavaleiros da cruz. O reino de Jerusalém apresentava aos peregrinos vários modelos da legislação comunal. As assembléias de Godofredo tinham

concedido uma jurisdição particular aos burgueses da terra santa; e era isso, como sabemos, o privilégio que as comunas procuravam na maior parte dos reinos do Ocidente. O Rei Balduino II deu uma carta de comuna à cidade de Davi e de Salomão e Guilherme de Tiro nos diz que êsse príncipe conquistou com isso a estima e a confiança dos povos. As nações da Europa que habitavam em cidades marítimas da Síria e que se governavam por si mesmas, ofereciam o espetáculo de várias comunas reunidas na mesma cidade. Êsse espetáculo não devia ser inútil para os peregrinos; e do mesmo modo que no Ocidente se construíam igrejas sob o modêlo da Basílica do Santo Sepulcro, assim a Europa cristã às vêzes tomou como modêlo as comunas estabelecidas na herança de Jesus Cristo.

# CAPÍTULO XV

----

## CONTINUAÇÃO DO MESMO ASSUNTO

No meio de tôdas estas mudanças operadas nos Estados do Ocidente e principalmente na França, pergunta-se quais foram a atitude e a política da realeza. Alguns escritores deram muita importância em nos persuadir de que os reis tinham contribuído pouco para a libertação das comunas e que a isso tinham sido levados pela avareza apenas, e pela necessidade de dinheiro. Não perderemos tempo em examinar semelhantes asserções; pois é suficiente conhecer o estado da sociedade no século doze, para apreciarmos os motivos que faziam agir os monarcas; e a verdadeira questão é sabermos o que os reis fizeram para enfraquecer ou para destruir aquela anarquia feudal, que oprimia o trono e o povo. Parece-nos que Luís, o Gordo, e seus sucessores serviram melhor à liberdade combatendo a feudalidade acoitada em seus torreões ameaçadores, do que concedendo privilégios às aldeias e às cidades. O que há de certo, é que a realeza estava mais interessada na queda do regime feudal do que as mesmas comunas; não podia pois ficar neutra nas questões que surgiam de tôdas as partes, em nome da liberdade. As cidades, quando se tratava de obter a independência, tinham os olhos fitos na coroa; depois

que a obtiveram, procuraram pô-la sob a proteção dos monarcas. Assim a autoridade dos reis tornava-se a esperança de tôdas as comunas do reino e a liberdade nascente apoiava-se na realeza. Eis porque as cidades da França, para defender suas regalias, não formaram confederações, como em outros países, pois encontravam uma defesa natural no poder real.

Se a realeza favoreceu a independência das comunas, estas ofereceram seu socorro à coroa, tôdas as vêzes que ela teve necessidade de dinheiro ou de soldados para o serviço do território ou para a defesa do reino. As crônicas de S. Dionísio celebraram a dedicação das cidades de Corbie, Amiens, Arras, Beauvais e Compiègne, que mandaram suas legiões para a batalha de Bouvines. "*As comunas,* dizem as crônicas, *atravessaram tôdas as lutas dos cavaleiros e se puseram diante do rei, contra Oto e sua batalha.*

Representaram a sociedade dessa época numa guerra perpétua com os senhores. Essa afirmação é muito exagerada; não nos devemos esquecer, como dissemos começando o capítulo precedente, de que a aristocracia feudal, chegava ao seu têrmo e de que seu poder se enfraquecia, em razão mesma do progresso da civilização. Muitos proprietários de feudos tentaram, sem dúvida, resistir ao movimento geral;

mas um grande número dêles deixou-se arrastar pelo mesmo. Devemos crer que as luzes e a marcha dos espíritos que eram como o sinal da liberdade das comunas, não tinham começado pelos servos, mas pelas primeiras classes da sociedade; havia então uma necessidade geral de melhoria, à qual os senhores não eram estranhos; tal necessidade tendia, por tôda a parte, a amenizar o rigor da servidão. Havia mesmo em vários países tão pouca diferença entre o estado dos servos e a independência de que podiam gozar, que várias cidades, várias aldeias, desprezaram os privilégios que lhes eram oferecidos. Temos cartas nas quais os senhores feudais convidavam seus mesmos vassalos para gozar de liberdade, ora lembrando-lhes a riqueza do país, ora falando das vantagens da indústria e do comércio. A história nos dá o exemplo de várias comunas resistindo ao benefício que se lhes queria conceder e pleiteando, contra seus senhores, para ficarem como estavam. A maior resistência às idéias dominantes veio do clero, que tinha por regra não alienar nem suas terras nem seus direitos senhoriais; vemos ainda vários Bispos dar cartas às comunas, sôbre as quais êles tinham um direito de jurisdição e dirigir ao mesmo tempo os fiéis no caminho da religião e da liberdade.

Um século depois de Luís VI, uma opinião geral se havia estabelecido, de que tudo o que escapava ao jugo feudal caía, ou melhor, voltava

ao domínio da realeza; segundo outra máxima que se divulgou no mesmo tempo, tudo o que não dependia do rei, era livre. Resultou da primeira dessas opiniões, que os monarcas pretenderam ter e exerceram realmente um direito de soberania imediata sôbre tôdas as comunas; resultou da segunda, que as comunas, aproximando-se do poder real, afastaram-se de todo espírito republicano, que teria dividido o território, a sociedade e quebrado a unidade política tão necessária à glória e à grandeza da França. Essa direção dos espíritos era suficiente para destruir sòzinha a feudalidade. Todavia, é provável que ninguém no reino, nem os reis, nem os senhores, nem as comunas, compreendiam a grande revolução que se operava; e é talvez porque não se compreendia, que caminhava tão depressa. Por fim, apressou de tal modo sua marcha, que a história mal pode seguir-lhe o progresso e não se pode indicar, a parte que nela tiveram as Cruzadas.

Afligimo-nos, às vêzes, pela rapidez imprevisível com a qual as comunas se estabeleciam e se multiplicavam. As grandes revoluções quase sempre se preocuparam apenas com uma coisa, por vez, e pouco se importaram de consolidar suas próprias obras. O principal interêsse era então que houvesse muitas comunas livres; pouco se inquietavam com o resto. Não é vergonhoso, que ao lado dessas liberdades e dessas regalias que pareciam nascer de

si mesmas e de tôdas as partes, não se tenham formado sábias instituições, para lhes dirigir o desenvolvimento e garantir-lhes os benefícios? Quantos males teriam sido evitados, se no tempo de felizes reformas, se houvesse organizado uma aristocracia forte, que tivesse podido temperar a ação da realeza e defender a democracia contra seus próprios excessos! A França não pensou nisso e ninguém o pensou, por ela. Que quadro nos apresenta as conseqüências dessa revolução, até os tempos modernos! A monarquia, saindo das ruínas da feudalidade e sucumbindo numa nova revolução! Que motivo de graves pensamentos para o historiador, quando, envolvendo num rápido olhar, os tempos antigos e os modernos, vê as duas fôrças que mais agitaram a sociedade, para a renascença da civilização, a realeza e a liberdade, caminhando sempre uma para a outra, pedindo-se sempre apoio, derrubando tôdas as barreiras que as separavam, destruindo tudo o que se encontrava à sua passagem; finalmente, depois de vários séculos de esforços, chegando a se encontrar, face a face, sôbre as ruínas acumuladas em redor delas, tomando o primeiro espectro por inimigos, declarando-se guerra, e caindo juntas no mesmo campo de batalha!

Não queira Deus, que eu apresente aqui imagens desoladoras e cheias de desânimo, mas é sempre útil lembrarmos as grandes lições da história.

# CAPÍTULO XVI

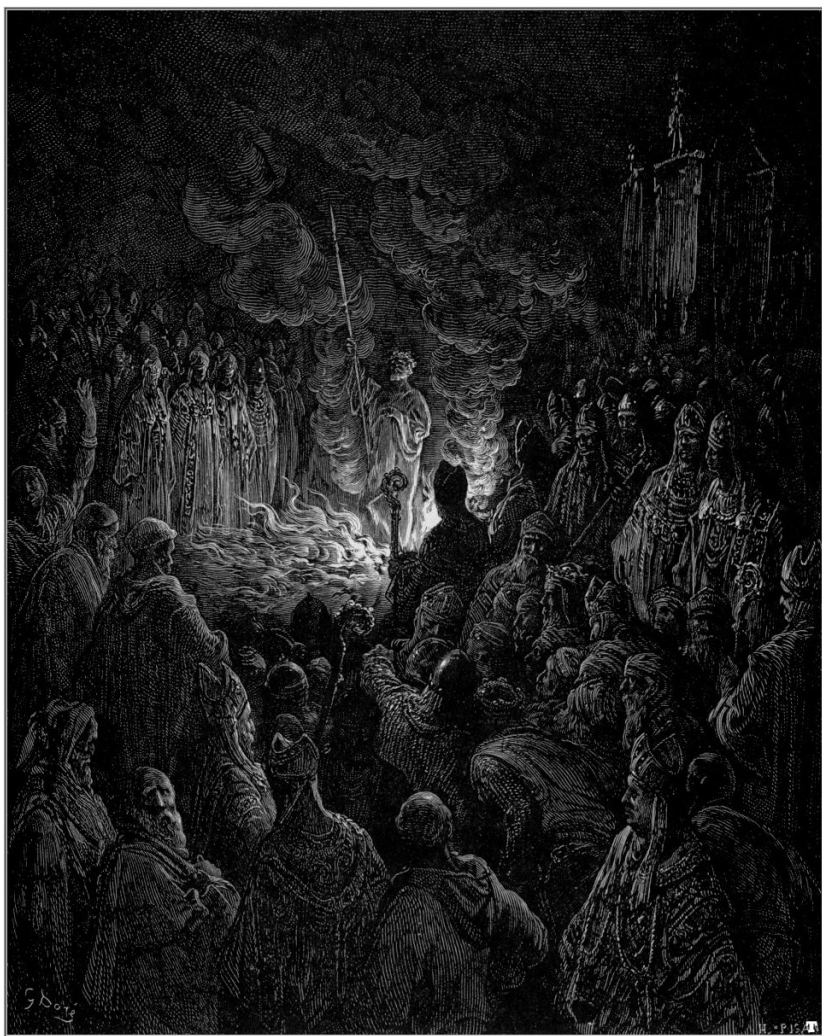
— — — —

## A ORDEM JUDICIÁRIA

Para sabermos qual é num século e num povo o espírito de civilização, é suficiente conhecermos nesse mesmo século e nesse mesmo povo a administração da justiça. De todos os monumentos que pode o espírito humano elevar, um código civil e penal é o que exige mais luzes e mais conhecimentos da história e das paixões do homem.

Antes das Cruzadas, a sociedade, mergulhada nas trevas, tinha perdido as lições e os exemplos da antiguidade e estava de algum modo reduzida à experiência dos bárbaros. Quando os barões usurparam à coroa o direito de administrar a justiça, houve tantas jurisdições, quantas senhorias havia na França, ou melhor, não havia mais ordem judiciária. Uma das coisas mais notáveis da Idade Média é que a França, depois de Carlos Magno, ficou mais de dois séculos sem reconhecer poder algum, ao qual levar suas queixas e reclamações, sem ter, nem na pessoa do monarca, nem na assembléia dos grandes, uma autoridade que fizesse leis e decretos, que reparasse às injustiças, que corrigisse os abusos, que consagrasse as lições do tempo e da experiência. Assim o tinha querido a aristocracia feudal a qual, por êsse estado de anarquia, que mantinha no reino,

protestava, por assim dizer, de antemão, contra tôda melhoria que se teria podido obter no futuro e renunciava ela mesma, aos meios de regularizar e de conservar o próprio poder. Era preciso que a consciência dos juízes procurasse suas decisões nas tradições incertas, nos costumes muitas vêzes mal interpretados e às vêzes mesmo opostos entre si. Na ausência de tôda legislação regular, recorreu-se, para confundir a iniqüidade e triunfar da fraude e do perjúrio, às provas do fogo e da água e, o testemunho cego dos elementos, a que chamavam de justiça de Deus, veio em socorro da justiça dos homens. Essa instituição bárbara estava espalhada por todo o Ocidente e vemos na história, que ela seguiu os guerreiros da primeira Cruzada, até no longínquo Oriente. Que leitor poderia esquecer aquêle clérigo de Marselha, que julgava ter descoberto a lança do Salvador e que, acusado de impostor, atravessou uma fogueira, na presença de quarenta mil peregrinos? Todavia, devemos acrescentar que não vimos algo de semelhante nas outras guerras santas e foi um progresso da civilização, pelo menos, entre os cruzados.

Não sòmente se administrava a justiça por meio das provas da água e do fogo, mas havia-se ainda adotado o combate judiciário, que se tornou, por fim, privilégio dos nobres e dos homens livres. Não se contentavam de ordenar o combate, para as causas criminais, mas às vêzes faziam-no também para as

Barthelem, passando pelo meio das chamas.

civis. Um acusador ou um acusado, podia desafiar seu adversário, podia também chamar ao campo fechado, as mesmas testemunhas e forçar os juízes a descerem com êle à arena. Assim, a justiça, não podendo ser encontrada, no meio da barbárie, rodeou-se de um aparato temível e quis que todos se aproximassem de seu santuário com temor. Assim evitaram-se muitas contestações e isso foi uma vantagem: não se tratava sòmente, então, de fazer julgamentos, mas também de apaziguar as questões, que se poderiam trocar em guerras civis; importava, sem dúvida, à sociedade, que se terminassem os debates de uma maneira equitativa, mas importava-lhe principalmente que êsses debates terminassem logo.

A história da terra santa fala de um combate ordenado pelos barões entre Gauthier, Conde de Cesaréia e o Conde de Joppé, acusado de traição para com o rei. Não encontramos outro exemplo de combate judiciário nas colônias cristãs do Oriente. As Assembléias de Jerusalém tinham pôsto, a essa justiça, feita pelas armas, tantas restrições, que não podia ela ser freqüentemente invocada; quando na Europa determinaram modificar a lei do combate judiciário, o primeiro pensamento dessa melhoria, foi devido à legislação de Godofredo.

No meio dessa ordem de coisas, em que a água, o ferro e o fogo ditavam os decretos, perguntamos, como os advogados e os legisladores deviam proceder; mas, devemos fazer observar que nem tôdas as

causas terminavam por um combate, nem por uma prova e que essas espécies de julgamento tinham também suas formalidades, que eram observadas. Acrescentaremos, que muitos processos se desenvolviam perante a jurisdição eclesiástica, a qual não tolerava que a espada se misturasse com a sua justiça. Para sabermos o que eram os processos e os queixosos pela metade do século doze, devemos ouvir S. Bernardo em seu livro *De Consideratione*. Depois de ter censurado com acrimônia a maneira de se fazer justiça, adotada em seu tempo, o Abade de Claraval, dirige-se ao Papa Eugênio, ocupado êle também dia e noite, em julgar contestações e litígios, trazidos ao seu tribunal, de tôdas as partes do mundo cristão. "Eu admiro, dizia-lhe êle, de como vossos ouvidos religiosos podem suportar as discussões com advogados, êsses eternos combates da palavra, em que a inocência é muitas vêzes imolada, em que o crime encontra um refúgio seguro, em que a verdade perde todo seu candor. Fazeis calar, acrescenta o cenobita, essas línguas de víbora, que destilam o fel da sátira e o veneno da calúnia; fechais aquêles lábios impuros, de onde correm rios de iniqüidade." S. Bernardo não fala sòmente aqui dos processos que se desenvolviam na côrte de Roma: êle vê por tôda parte os mesmos abusos e em sua cólera santa suplica ao chefe da Igreja que sufoque, por fim o monstro da chicana e livre todos os fiéis daquela *peste geral que devorava o mundo*.

Em todos os Concílios daquela época, repetiam-se as mesmas queixas. Tiago de Vitri, que vivia no comêço do século treze, julga os legisladores com mais severidade que S. Bernardo. É provável que os advogados, como a história no-los apresenta, não apareceram nas Cruzadas; que vantagens teriam êles encontrado, seguindo aquêles exércitos em que todos eram miseráveis, em que a justiça, ademais, se devia ministrar de uma maneira expedita, para dar lugar a longos processos? Lembramos que na contestação relativa aos despojos da mesquita de Omar, Arnould de Rohès expôs suas mágoas diante dos chefes reunidos e que Tancredo defendeu êle mesmo sua causa. As *Assembléias de Jerusalém* recomendavam aos juízes que fôssem sensatos, leais, bons, justiceiros; aos advogados e aos litigantes, que tivessem *espírito são, e não fôssem suspeitosos, nem arrojados, nem rancorosos, nem se irritassem demasiado, nem se alterassem quando falavam.*

Os que se aproveitavam dêste estado de coisas e que constituíam a classe mais esclarecida da sociedade não pensavam em reformar os abusos; os que manejavam a espada também não pensavam nisso, visto que não se podia impunemente ser injusto para com êles e êles tinham sempre os meios de fazer justiça. A nobreza guerreira da Europa não teria sobretudo aceito uma justiça, que não apresentasse uma imagem da guerra. Os barões não podiam imaginar, que a legislação fôsse uma salvaguarda

para a sociedade, como para êles mesmos. Êles só reconheciam a justiça quando tinham que se submeter a ela e o ressentimento pessoal era o único motivo que os poderia levar à perseguição dos culpados. Com êsses costumes e êsse caráter, os barões não podiam renunciar ao uso das guerras particulares, que os francos e os outros bárbaros tinham trazido à Europa. Cada senhor, que se julgava ofendido em sua honra ou em seus bens, tomava as armas para defender seus direitos ou vingar sua querela. Todos os parentes e os vassalos dos dois partidos beligerantes eram obrigados a tomar parte na guerra. Durante vários séculos, a Europa foi desolada por essas lutas intestinas. As sangrentas discórdias que se transmitiam de geração em geração, tornaram-se quase como um estado habitual, pelo qual se invocavam costumes e decretos, e, enquanto a sociedade vivia sem leis, a guerra civil tinha sua jurisprudência.

Não era fácil remediar a tão grandes desordens. Como desarmar a fôrça e despojá-la dessa prerrogativa, que ela estava sempre pronta a defender? A sociedade, como era então, só tinha um poder capaz de contrabalançar o das paixões guerreiras que desolavam a Europa: era a fôrça das idéias religiosas e o ascendente do cristianismo. Invocou-se contra tôdas as guerras a autoridade dos Concílios; fizeram os santos falar, empregou-se a mesma superstição, recorreram a visões, a revelações, a prodígios. A Igreja empregou tôdas as suas ameaças e lançou todos

os seus castigos. Êstes meios suspenderam por vêzes o progresso do mal, mas o princípio da discórdia sempre continuava. Obtiveram dos senhores, não, que êles renunciassem às guerras particulares, mas que as interrompessem durante alguns dias da semana; e todo o bem que a religião tão poderosa pôde obter, foi fazer adotar a trégua de Deus. Foi aqui que as Cruzadas secundaram maravilhosamente o zêlo do clero; tôdas as vêzes que se declarava guerra aos muçulmanos, as discórdias se acalmavam de repente, como por milagre e a Europa ficava em profundo silêncio, diante do estandarte da cruz.

Por aí vemos que o clero tinha mais poder sôbre os espíritos, do que os condes e os barões; também a jurisdição eclesiástica fêz progressos rápidos. Vendo a princípio o clero tomar sob sua proteção especial as viúvas e os órfãos, o estrangeiro e o pobre, os doentes, os leprosos, acreditou-se que sua justiça tinha algo da misericórdia de Deus. O privilégio concedido aos cruzados de serem julgados segundo as leis eclesiásticas e o cuidado que se havia confiado ao clero, de velar pelos mais caros interêsses dos peregrinos, durante sua ausência, pareciam ter colocado todos os fiéis sob sua poderosa jurisdição. Como a moral evangélica podia se introduzir em todos os processos, tiraram a conclusão, de que a jurisdição do clero ou da Igreja era chamada a se pronunciar em tôdas as causas. Devemos acrescentar que a jurisdição eclesiástica tinha mais regularidade em

suas formas que a dos senhores; e o que conquistou sobretudo a confiança do povo, foi que a espada não presidia às suas decisões. Essa jurisdição, com tôdas as vantagens de que acabamos de falar, conquistou por fim tão grande influência e se estendeu de tal modo, que despertou a inveja da nobreza francesa.

Pela metade do século treze, os senhores formaram uma liga contra o clero; num manifesto que nos ficou, êles pediram que *se desse, por fim, a César, o que era de César*. Proibiram aos seus vassalos apresentarem-se aos tribunais eclesiásticos a não ser por causa de heresia, de casamento, de usura e ameaçaram os que desobedecessem, com a confiscação dos bens e a mutilação de um membro. "Os clérigos, acrescentavam, enriquecidos à vossa custa, serão reduzidos ao estado da primitiva Igreja e à vida contemplativa, deixando-nos a ação, que nos convém e dedicando-se a edificar os fiéis com milagres, que não vemos há muito tempo." A nobreza vangloriava-se de ter convertido os gauleses com suas armas e censurava aos filhos dos servos, (é assim que ela chamava os eclesiásticos) usurparem o fruto de seus trabalhos e se imiscuirem como *a rapôsa*, no poder temporal. As Cruzadas nas quais os guerreiros eram então encarregados de converter ou de combater, com a espada, os hereges e os muçulmanos, podiam desculpar essa pretensão simplória dos barões. Dissemos num dos capítulos precedentes que o clero e a nobreza colocados juntos na hierarquia feudal, deviam

acabar por se prejudicarem um ao outro; o que se passava então, é uma prova desta verdade. Não sòmente o clero tinha sua jurisdição, mas também êle era senhor de algum modo da dos senhores, que não podiam fazer coisa alguma sem os clérigos. Por outro lado, os filhos dos nobres possuíam um grande número de benefícios eclesiásticos e a aristocracia feudal enriquecia-se com os bens da Igreja. Para apaziguar essas contestações, a côrte de Roma ameaçou a nobreza de privá-la de tôdas as vantagens de que partilhava com o clero, e os abusos ou as usurpações recíprocas ficaram como estavam antes. Os chefes da confederação formada contra a justiça eclesiástica não tardaram, além disso, em partir com São Luís para a Cruzada; vários lá receberam a palma do martírio; a história não diz que aquêles que voltaram para seus lares ou que ficaram no Ocidente, tenham feito novas tentativas para limitar a jurisdição do clero.

Parece-nos que, em vez de proferir assim inúteis ameaças, os condes e os barões tinham um meio mais simples e muito mais seguro de conservar sua jurisdição, e era, melhorar as leis e conformar sua justiça com a marcha geral das idéias; mas êles puseram demasiada confiança em sua espada, e, enquanto reclamavam os privilégios de uma ordem de coisas que ia cessar, uma ordem de coisas novas estabelecia-se sem sua intervenção e seu concurso. No entretanto as sociedades que caminhavam, de todos

os lados, para as mudanças, eram violentamente agitadas; as opiniões novas e as antigas, declaravam-se guerra obstinada; os povos, que não acreditavam mais nos poderes que ruíam e que também não acreditavam nas instituições nascentes, pareciam, ao mesmo tempo, correr para as novidades e assustar-se ao seu aparecimento. No fim das Cruzadas, fêz-se sentir uma crise universal, na Europa e o Ocidente perturbado pelas revoluções e pelas guerras civis, estêve a ponto de recuar para as trevas e o caos do século décimo. Foi então que a Alemanha pediu a instituição de uma câmara imperial contra a desordem, sempre crescente, que perturbava o Império, e Aragão criou a autoridade do *Justiza* que se armou com a ditadura suprema contra a licença. Em todos os países, formaram-se confrarias e associações contra os excessos da anarquia universal. Foi na França principalmente, que se sentiu mais a necessidade de chamar a justiça em socorro da paz e da ordem pública. Uma nova ordem judiciária nasceu das necessidades, ou melhor, dos perigos da sociedade; do meio das ruínas saiu o regime do parlamento, diante do qual desapareceram ou se enfraqueceram tôdas as jurisdições rivais, e tornou-se como a constituição do reino; os monarcas reconquistaram a autoridade legislativa, que tinham perdido e que lhes era tão necessária para proteger e dirigir a civilização nascente. Então, a coroa ficou sendo o centro

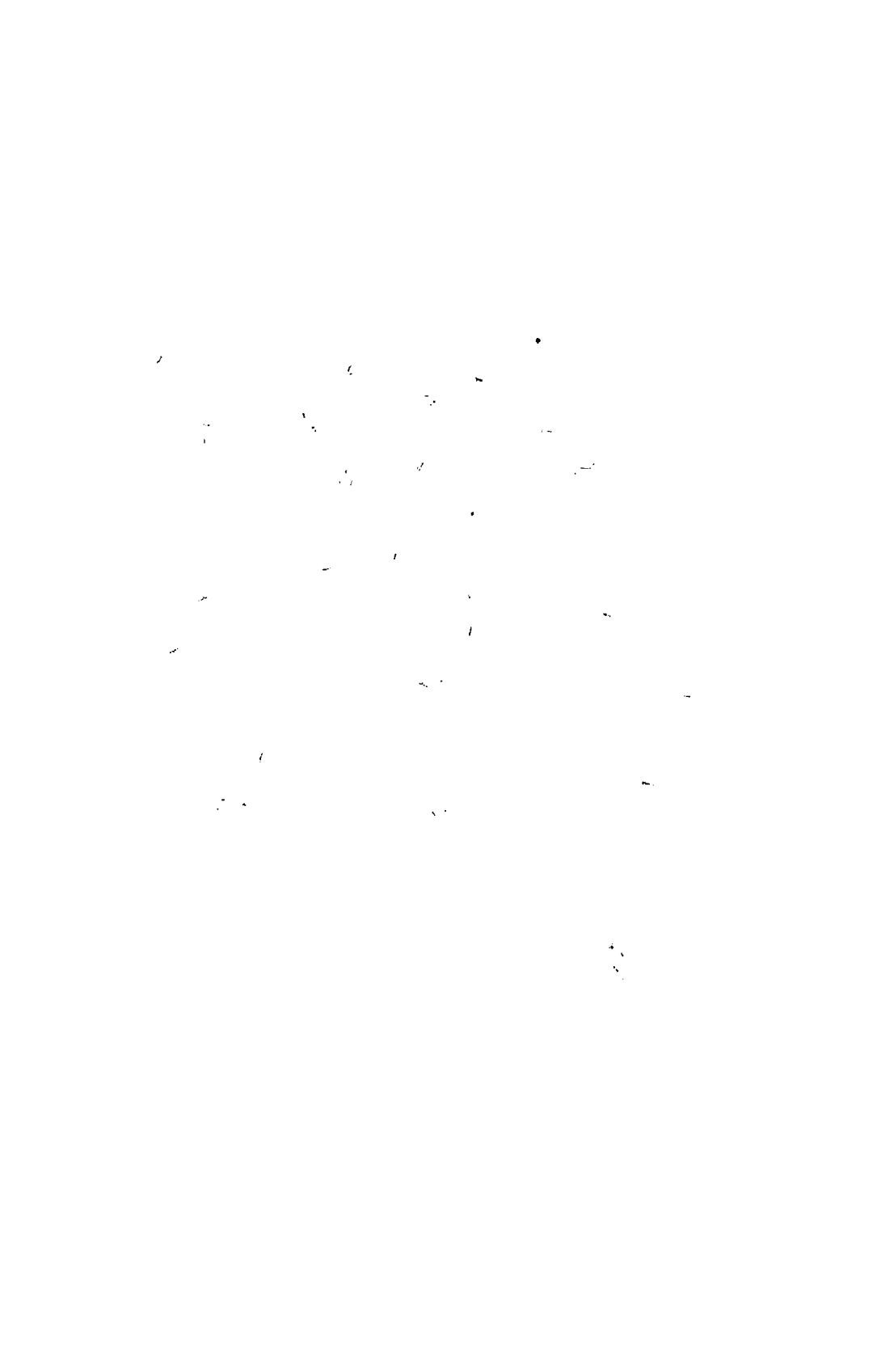
de tudo e o povo voltou suas vistas para essa realeza, de onde lhes vinham a liberdade e a justiça.

Será difícil dizer-se com precisão que parte compete às Cruzadas nessas grandes mudanças. Todavia, a partida dos cruzados, tinha dado lugar a um grande número de contratos; multiplicaram-se as precauções contra a fraude; o número de notários aumentou, seus atos tiveram mais autenticidade e seu testemunho inspirou mais confiança; adotou-se, ou melhor, renovou-se o uso das cartas chamadas *quirógrafos* ou *cartas partidas.* As precauções que os simples peregrinos tomavam, à partida, para salvaguardar seus interêsses, ou os de sua família, os reis e os príncipes tomavam-nas também, para manter a ordem e a paz nas províncias durante sua ausência. O prefácio das Determinações de S. Luís, nos diz que o bom rei o mandou redigir, *antes de ir para Túnis,* para servir de regra *a tôdas as côrtes do Reino e a todos os prebostados da França.* A libertação das comunas e a instituição de tribunais municipais para o que contribuíram muito as guerras do Oriente, secundaram o progresso da legislação e da administração judiciária. Os peregrinos, percorrendo as regiões longínquas, observaram sábios costumes que trouxeram para sua pátria. Villehardouin nos diz do espanto dos senhores franceses quando, em chegando a Veneza, viram o senado, o doge e o povo, deliberando em sua presença. Se os francos, senhores de Constantinopla, impuseram ao império grego

as instituições feudais do Norte, podemos pensar que, o que restava das luzes da Grécia antiga e da legislação dos Césares, devia iluminar um povo novo e dar-lhe no exercício mesmo de sua dominação bárbara, alguma coisa da experiência dos antigos. As colônias cristãs da Síria tinham um govêrno que os mais ilustres dentre os peregrinos não deviam ver com indiferença, nem sem vantagem para seu próprio país. As leis de Jerusalém tinham estabelecido ou regulado o poder e as prerrogativas da realeza, as dignidades do reino, os cargos e os privilégios dos feudos, os serviços e os rendimentos militares dos condados e das cidades; mas o que se devia principalmente notar era a instituição de uma ordem judiciária e a de três jurisdições, uma para os barões, outra para os burgueses e a terceira para os sírios. Depois das capitulares de Carlos Magno nenhum império dos francos tinha visto promulgar uma coleção de editos e de regras comparável à legislação escrita do reino de Godofredo; nenhum povo da Europa, há muitos séculos, tinha recebido leis que se pudessem comparar àquelas *cartas do Santo Sepulcro*, segundo as quais, na expressão de um nobre jurisconsulto, da terra santa, *os homens do rei e seu povo e tôda a classe de pessoas, indo e vindo, ou permanecendo no reino foram defendidas e governadas, mantidas e protegidas e levadas à justiça, ao direito e à razão.* Devemos acrescentar que tôda nação da Europa estabelecida em Jerusalém ou nas

cidades marítimas, tinha levado consigo suas instituições particulares e numa só cidade, como Tiro, Tolemaida ou Trípoli, viam-se reunidas não sòmente as leis da Palestina, mas também os usos e os costumes que regiam então os povos mais civilizados do Ocidente.

# CAPÍTULO XVII

## A NAVEGAÇÃO E O COMÉRCIO

Depois que começaram as Cruzadas, o espírito de devoção unido ao do comércio, deu uma direção nova e mais extensa às viagens e ao trabalho dos navegantes. Os habitantes da Dinamarca chegaram até os mares da Síria; os noruegueses, vindo por mar, assistiram à tomada de Sidon. No cêrco de várias cidades marítimas, foram vistos cidadãos de Lubeck e de Bremen, na Palestina. De tôdas as costas do Ocidente partiam então, navios e frotas que transportavam peregrinos, víveres, armas, ao reino de Jerusalém e a outros principados cristãos, estabelecidos na Ásia, depois das vitórias dos cruzados.

Assim, os navegantes de todos os países encontraram-se nos mares do Oriente. Foi, de algum modo, sob os auspícios da cruz, que começaram a se entabolar úteis relações entre os povos marítimos da Europa. No começo do século doze, uma frota de pisanos reunidos a algumas outras italianas, veio ajudar os aragoneses a conquistar as ilhas Baleares. Os navegantes da Itália conheciam tão pouco as paragens da Espanha, que êles tomaram as costas de Aragão pelo país dos Mouros. Essa primeira aliança entre povos distantes foi obra de uma Cruzada pre-

gada pelo Papa Pascoal II, secundado por um grande número de senhores e de cavaleiros da Provença e do Languedoc.

Os navegantes de Lubeck, de Bremem e da Dinamarca, depois de ter experimentado sua fôrça nas viagens distantes, serviram-se da experiência que tinham adquirido para visitar as regiões desconhecidas do Báltico. Essas novas emprêsas apresentaram ao seu zêlo piedoso e à sua ambição, um mar mais próximo e nações selvagens, que êles podiam conquistar para a religião e para o seu império comercial. Expedições marítimas uniram-se às Cruzadas pregadas contra os povos, ainda imersos no paganismo. À vista da cruz e do pavilhão dos navegantes, ricas cidades ergueram-se e regiões bárbaras começaram a conhecer os benefícios da civilização.

Foi nessa época que a navegação teve diante de si uma nova carreira e viu aumentar o campo de seus úteis trabalhos. Nada podia favorecer seu progresso como a comunicação estabelecida então, entre o Báltico, o Mediterrâneo, o Oceano espanhol e os mares do Norte. Reunindo os povos, para a consecução das mesmas vantagens, multiplicou as relações, seus bens e interêsses e duplicou-lhes a emulação. Naquela rota aberta a tôdas as nações da Europa os conhecimentos práticos retificavam-se, acumulavam-se e se espalhavam por tôda a parte. Determinou-se a configuração das costas, a posição

dos cabos, dos portos, das baías, das ilhas, etc. Explorou-se o fundo do mar, observou-se a direção dos ventos, das correntes, das marés; esclareceu-se em muitos pontos a hidrografia e logo dissipou-se a ignorância dos séculos onze e doze, aquela ignorância que tinha ocasionado tantos naufrágios, que os cronistas do tempo das primeiras Cruzadas contam, fremindo e de que êles não encontram a causa, a não ser na cólera celeste.

Falaríamos aqui da invenção da bússola, se a época dessa invenção pudesse ser indicada de uma maneira precisa. Uma passagem de Tiago de Vitri, que demos a conhecer nos extratos das antigas crônicas, não permite duvidar de que se conheciam, no tempo das Cruzadas, as propriedades do imã e que desde aquêles tempos os navegantes, disso tirassem grande vantagem, em suas viagens longínquas; mas, por outro lado, nada prova que então o uso da bússola fôsse geral. Podemos crer, que tão preciosa descoberta era ainda um segrêdo para o vulgo e que os que estavam de posse dêsse segrêdo procuravam sòmente usá-lo em proveito próprio, sem pensar nas vantagens que daí se poderiam auferir para o progresso da navegação. Acrescentaremos que, o que aconteceu com a bússola aconteceu também com a maior parte das invenções da indústria, de que a história pode raramente indicar a época, porque seus autores, pelo espírito de ambição e de inveja, não

os divulgaram e mesmo algumas vêzes os furtaram ao conhecimento de seus contemporâneos.

A engenharia naval aperfeiçoou-se durante as Cruzadas. Aumentou-se o tamanho dos navios para transportar os peregrinos. Os perigos inerentes às viagens longínquas, fizeram dar uma construção mais sólida aos navios destinados ao Oriente. A arte de erguer vários mastros, no mesmo navio, a de multiplicar as velas e dispô-las de maneira a navegar contra o vento, foram o feliz resultado da emulação que animava os navegantes.

No tempo da terceira Cruzada, a ciência náutica já tinha feito muitos progressos. Gauthier Vinisauf, historiador da peregrinação de Filipe Augusto e de Ricardo, dá, sôbre a construção naval entre os antigos e os modernos, explicações sábias que poderiam aumentar as luzes do tempo presente. Quinze anos depois da terceira guerra santa, numerosas frotas saindo do pôrto de Gênova e do de Veneza, assombraram o Mediterrâneo. Entre os navios que levavam ao Oriente os companheiros do Conde de Flandres e do Marquês de Monferrato a história notou um navio tão grande, que foi chamado *Le Monde*. O veneziano Sanuto, em sua obra intitulada *Secrets des fidèles de la Croix*, consagrou vários capítulos à construção de navios, aos meios de abastecer e de armar uma frota; as observações e os projetos que êle submeteu ao Pontífice de Roma

dizem que a arte da navegação estava já muito adiantada no comêço do século quatorze.

Assim a atividade e o gênio do homem triunfavam de todos os obstáculos, davam ordens aos elementos e tomavam posse do império do mar. Mas, na Idade Média êste império, como o de terra, estava às voltas com ladrões, piratas, assaltantes e entregue a violência. As tempestades, os ventos contrários, os naufrágios não eram os únicos males que êles tinham a temer nas viagens longas: no mar só se conhecia o direito do mais forte, e a ausência de um código marítimo aumentava os perigos de uma longa viagem.

Sentiu-se a necessidade de uma legislação que garantisse os interêsses e a liberdade dos navegantes; foi a Espanha que para isso deu o primeiro passo. Desde o comêço do século doze, um código de direito marítimo foi redigido por antigos fidalgos do mar de Barcelona. Êsse código foi em seguida adotado pelos venezianos, pelos pisanos e pelos genoveses, e, sob o nome de Consulado do mar tornou-se o direito comum do Mediterrâneo e do Oceano. Entre as leis marítimas da Idade Média, a história cita ainda os *Decretos de Wisby*, os *Juízos de Damme*, e principalmente os *Rôles de Oléron*, que foi considerado como o tipo de outras legislações. Não se sabe de maneira certa e precisa quais os autores dêsses códigos nem em que época foram promulgados. É provável que tenham sido apenas tradições

conservadas entre os navegantes, que se tornaram leis escritas à medida que lhes foram reconhecendo as vantagens e a necessidade. Podemos crer que as guerras santas, especialmente quando se preferiu a via marítima à terrestre, contribuíram para o progresso dessa legislação marítima. Restam-nos vários regulamentos redigidos por Ricardo Coração-de-Leão e alguns outros príncipes cruzados, para manter a ordem em suas frotas. As *Assembléias de Jerusalém* encerram algumas disposições que tinham por objetivo garantir os interêsses do comércio marítimo. Como essas disposições eram feitas principalmente para a terra santa, traziam penas severas contra os navegantes cristãos que fornecessem aos muçulmanos, armas, munições de guerra e víveres.

Os séculos das Cruzadas viram nascer outras leis que tinham por objeto reprimir a pirataria e os crimes que se cometiam nas solidões do mar. A execução daquelas leis sem dúvida encontrou grandes obstáculos. Cada cidade, cada associação, cada indivíduo, percorrendo o Mediterrâneo ou o Oceano, podia se pôr em guerra com todos os que encontrasse em seu caminho; nas contestações que não tinham árbitro, onde a fôrça opunha-se à fôrça, a violência à violência, que autoridade podia fazer respeitar o direito das gentes? Por outro lado, como punir êsses piratas ousados, que muitas vêzes não tinham mais pátria e se haviam dado à vida errante sôbre os mares, onde nenhum poder os podia alcançar?

A fim de reprimir criminosos excessos, os Pontífices de Roma fizeram muitas vêzes ouvir suas vozes e as excomunhões da Igreja reuniram-se às ameaças da justiça humana. Êsse aparato formidável e a reunião das justiças da terra e do céu, sem deter o mal, proporcionou, pelo menos, alguma segurança aos negociantes, aos peregrinos e aos navegantes, tanto que o entusiasmo das peregrinações subsistiu nos espíritos, enquanto o comércio obteve grandes vantagens, para multiplicar suas transações com outros países e a navegação não cessou de fazer progressos; por fim, o mar cobriu-se de navios que se protegeram uns aos outros e as rotas do Oceano, como as de terra, tornaram-se menos perigosas à medida que eram freqüentadas.

O poder de vários Estados marítimos, foi a verdadeira salvaguarda da navegação; como êsses Estados tinham grande interêsse em que a marcha dos navegadores não fôsse perturbada, êles ficaram sendo, se assim podemos dizer, a polícia dos mares; podemos acrescentar que, se a Itália e várias outras regiões do Ocidente não foram subjugadas pelos sarracenos, deveram sua salvação mais à superioridade de suas frotas do que à dos exércitos.

Falamos no livro vigésimo, da descoberta da América, da passagem às Índias pelo cabo de Boa Esperança. É provável que, sem as Cruzadas, o gênio dos navegantes não teria podido vencer, senão muito mais tarde, o espaço imenso e os escolhos sem

número que separam o Báltico e o Mediterrâneo do Oceano Índico e o velho mundo, do novo. Podemos dizer, pelo menos, que as expedições longínquas e os empreendimentos perigosos, tentados sob as bandeiras da cruz, prepararam os últimos prodígios da navegação, abrindo por tôda a parte, rotas novas para a indústria, e principalmente favorecendo o progresso do comércio, liame natural e necessário entre as diversas nações e os diferentes países do globo.

Cada clima tem seus produtos e essa diversidade de riquezas dá aos homens a obrigação da permuta. Essa obrigação da permuta produz as relações entre dois povos, de tal sorte, que as regiões, mesmo mais longínquas não poderiam ficar por muito tempo desconhecidas. Poderíamos dizer que a Providência criou assim em vários climas produtos diferentes, e recusou a outras regiões, o que a muitas deu em abundância, a fim de pôr os homens, dispersos sôbre a terra, na necessidade de se procurar, reciprocamente, de comerciar entre si, para suas necessidades, de comunicar suas luzes e de caminhar juntos para a civilização.

Na Idade Média, os gregos, indolentes e moles, não procuraram levar ao Ocidente as mercadorias da Ásia; os sarracenos vinham às costas da Europa, sòmente para espalhar o flagelo da guerra. O comércio do Ocidente foi procurar o que não lhes era trazido e as freqüentes viagens ao Oriente, foram tôdas proveitosas para os Ocidentais.

Muito tempo antes das Cruzadas as mercadorias das Índias e da Ásia chegavam à Europa, às vêzes por terra, atravessando o império grego, a Hungria e o país dos búlgaros; o mais das vêzes, pelo Mediterrâneo, que servia a todos os portos da Itália. Êsses dois caminhos tornaram-se fáceis pelas guerras santas e então nada pôde deter a rápida difusão do comércio, protegido em sua marcha pelo estandarte da cruz.

A maior parte das cidades marítimas do Ocidente não se enriqueceu sòmente fornecendo à Europa os produtos do Oriente, mas teve ainda uma grande vantagem, no transporte dos peregrinos e dos exércitos cristãos. Várias frotas seguiam as costas do país onde os cruzados combatiam e vendiam-lhes munições de guerra e os víveres de que êles precisavam sempre, para a alimentação. Assim o comércio trazia à Europa uma parte dos tesouros que tinham levado para a Ásia os príncipes e os barões, que se haviam arruinado para poder ir combater contra os infiéis.

Tôdas as riquezas das cidades marítimas da Síria e mesmo da Grécia pertenciam a negociantes do Ocidente. Êles eram os senhores de uma grande parte das cidades cristãs da Ásia. Sabemos qual foi a parte dos venezianos, depois da tomada de Constantinopla; êles possuíam tôdas as ilhas do Arquipélago e a metade de Bizâncio; o império grego

foi como outra Veneza, com suas leis, suas frotas e seus exércitos.

Os latinos não tardaram em perder Constantinopla, Jerusalém e a maior parte dos países sujeitos às suas armas. O comércio, mais feliz, conservou as conquistas depois das Cruzadas. A cidade de Tana, construída na embocadura do Tanais, tornou-se para Veneza uma colônia que lhe proporcionou úteis relações com a Pérsia, a Tartária e que dominou no mercado de Tauris, de Trebizonda, de Bagdá e de Bassora. Os genoveses reunidos numa pequena cidade da Criméia, (Caffa), mesmo quando os turcos ameaçavam a Europa, exploravam as minas do Cáucaso e recebiam os tesouros das Índias, por Astracan. O comércio europeu tinha estabelecido escritórios até mesmo entre os povos que faziam guerra cruel aos cristãos. O terror que inspiravam os mamelucos não impedira que as multidões de negociantes se estabelecessem no Egito: a África, sôbre tôdas as costas do Mediterrâneo, estava sujeita à sua ambição mercantil e os lugares que S. Luís não tinha podido conquistar, tornaram-se tributários de sua indústria.

Enquanto o comércio de tôdas as partes do mundo encontrava-se nas mãos de algumas cidades marítimas, muitos grandes reinos da Europa, a êle se conservaram estranhos. A Inglaterra que não tinha outra riqueza, que suas lãs, recebia com gratidão na sua capital as mercadorias da Ásia que lhe eram

trazidas pelos negociantes italianos e espanhóis. As cidades da França tomaram pouca parte no comércio do Oriente: as Cruzadas eram obra dos franceses, outros, porém, lhe recolheram os frutos. Marselha foi na Idade Média a única cidade francesa que manteve relações com os povos longínquos. Essa cidade, fundada pelos fócios, para o comércio dos gauleses, jamais tinha deixado de lançar suas vistas aos lugares de sua origem e de ter relações comerciais com a Síria e a Grécia. A Espanha, cuja indústria se tinha desenvolvido bem cedo, aproveitou-se melhor das Cruzadas, e, pelo fim das guerras santas, os espanhóis tinham escritórios em tôdas as costas da Ásia. Nenhum país no entretanto, tirou mais vantagem que a Itália, do comércio do Oriente. Essa região, que dominava o Mediterrâneo e que se limitava com tôdas as partes do universo comum, estava colocada em posição mui vantajosa, o que outrora facilitou as conquistas dos romanos e secundou os povos da Itália em suas novas emprêsas, submetendo o mundo às suas especulações, como o tinha submetido às suas armas.

# CAPÍTULO XVIII

## A INDÚSTRIA, ALGUMAS PRODUÇÕES DO ORIENTE, GEOGRAFIA

Para sabermos o que a indústria pôde obter pelas relações com o Oriente, bastará talvez saber, em que estado, essa fonte de prosperidade se encontrava então no Oriente. Entre os viajantes havia alguns, sem dúvida, que tinham interêsse em observar os usos e as práticas das regiões distantes que êles visitavam. Nós sabemos que nas expedições dos cruzados alistavam-se de preferência os que tinham um ofício ou exerciam uma profissão mecânica; êsses hábeis peregrinos nem sempre faziam uma viagem inútil para seu país; e, nessas guerras santas onde os cavaleiros da cruz só procuravam a vitória e a fama, a indústria, se assim posso falar, tinha também sua Cruzada, cujos troféus pacíficos consistiam em preciosas descobertas, obtidas dos gregos e dos sarracenos, e na feliz imitação do que se havia admirado nas artes do Oriente.

Os sarracenos já tinham manufaturas de panos, antes das Cruzadas. Em Damasco e nas cidades do Egito, trabalhava-se em metais com mais perfeição do que no Ocidente. As velhas crônicas nos dizem que os cristãos da Palestina iam às vêzes a Damasco para comprar armas. Joinville narra que tendo ido em peregrinação a Notre-Dame de Tortosa, comprou

em Trípoli alguns tecidos confeccionados naquela mesma cidade. Mandou algumas peças dêle à Rainha Margarida, que, êle nos diz, a princípio os tomou por relíquias, pôs-se de joelhos para os receber e levantou-se dizendo: *Ai! do Senescal, que me fêz ajoelhar diante de seus panos!* Joinville tinha sido encarregado por Luís IX de comprar uma certa quantidade dêsse pano, o que prova que a tecelagem, onde era feito, já tinha fama.

Havia, naquela época, na mesma cidade de Trípoli e em várias cidades da Grécia, um grande número de indústrias de sêda cujos produtos deviam atrair a atenção dos negociantes e dos peregrinos, que visitavam o Oriente. Pela metade do século doze, Rogério II, Rei da Sicília, mandou levar a Palermo vários daqueles operários: foi o fruto de uma expedição às costas da Grécia. A amoreira multiplicou-se sob os céus da Itália, como sob os da Moréia e essa útil conquista deu aos sicilianos a ocasião de sobrepujar bem depressa a indústria dos gregos. A principal oficina foi colocada no palácio dos reis, como para mostrar a riqueza e a magnificência da nova arte.

Várias invenções úteis nos vieram nessa época das regiões do Oriente. Alguns escritores afirmaram que os moinhos de vento eram conhecidos na Europa antes das Cruzadas; mas devemos considerar que essa invenção pode ter vindo por meio das primeiras

peregrinações à Ásia, o que não podemos separar das guerras santas.

Tiro era então afamada por sua indústria de vidros. A areia que se encontrava nas suas vizinhanças dava à fabricação do vidro uma perfeição, que não se conhecia em nenhum outro país. O uso do vidro era muito mais conhecido na Palestina do que no Ocidente. Os venezianos devem ter trazido de Tiro a idéia de tôda sua arte em vidro, tão célebre na Idade Média.

Os cruzados, como vimos nesta história, demonstraram sempre uma grande surprêsa ante a explosão do fogo grego; mas, o que nos deve causar admiração, pareceram não ter inveja de tão grande vantagem dos muçulmanos. Os guerreiros francos preferiram no campo de batalha a espada e a lança a um meio de combate que parecia tirar alguma coisa da bravura pessoal. É provável, no entretanto, que o fogo grego deu, ao depois, a idéia da pólvora, invenção funesta à humanidade, mas que proporcionou uma arma temível à sociedade européia, ameaçada pelos turcos e pelos tártaros.

Sabemos da alegria dos cruzados, quando viram pela primeira vez a cana-de-açúcar no território de Trípoli. A planta foi transportada para a Sicília na metade do século doze; não é exato, no entretanto, dizer-se, que de lá ela passou para o novo mundo. Se os espanhóis transportaram depois a cana-

de-açúcar para a ilha da Madeira, devemos pensar que a encontraram no reino de Granada, para onde os mouros a tinham levado, da África. Mas também é provável que se ocuparam dessa planta só porque o gôsto pelo açúcar se havia espalhado e essa substância, que provinha do Egito tornava-se um ramo importante do comércio. É assim que podemos fazer honra às Cruzadas.

A história natural, que se une ao progresso da indústria e da agricultura, enriqueceu-se então com algumas noções úteis. Não sòmente os climas distantes trocaram seus produtos vegetais, mas, algumas circunstâncias das Cruzadas deram à Europa ocasião de conhecer vários animais da África e da Ásia. Dissemos que os mamelucos do Egito mandaram a São Luís um elefante, de que o monarca francês fêz presente ao Rei da Inglaterra. Pouco tempo depois da primeira expedição de Luís IX, Bibars mandou a Manfredo, filho de Frederico II, vários prisioneiros mongóis com seus cavalos, que eram de raça tártara. Entre os produtos orientais, que os embaixadores egípcios estavam encarregados de oferecer ao Rei da Sicília, notava-se uma girafa, animal que jamais se havia visto no Ocidente.

Com as grandes emigrações dos povos, que passavam do Oriente para o Ocidente, é interessante vermos plantas e flôres mudarem também de clima e passarem do Oriente para a Europa, levadas na sacola dos peregrinos ou transplantadas de jardim

em jardim, de província em província. Já falamos do milho e do grão da Turquia, mandado à Itália por Bonifácio de Monferrato, depois da queda de Constantinopla; a ameixa de Damasco foi trazida pouco depois, mais ou menos no mesmo tempo à Europa, pelo Duque de Anjou, que tinha visitado Jerusalém. Não há cabana na Europa que não conheça hoje os *echalotes,* que têm seu nome e sua origem de Ascalon. Em tôdas as regiões do Ocidente, encontramos produtos exóticos que as tradições populares fazem vir da Ásia com os cruzados e as observações recolhidas a êsse respeito são tão numerosas que um de nossos sábios teve a idéia de publicar uma *Flore des Croisades.*

Pudemos julgar, pelo que acabamos de dizer neste capítulo e no precedente, que a geografia fêz progressos na época das expedições do Oriente. Antes das Cruzadas, essa ciência era desconhecida e pouco estudada; em Paris, mal se conhecia a Borgonha; na Borgonha considerava-se Paris como uma região muito afastada. Os cruzados que seguiram Pedro, o Eremita, não sabiam os nomes das cidades da Alemanha e da Hungria, que atravessavam; sofreram uma derrota em Semlin e os cronistas contemporâneos que disso falaram, contentam-se em chamar aquela cidade húngara de *Malleville,* ou seja *Cidade da desgraça.*

Se os francos mal conheciam seu país, qual não devia ser sua ignorância com relação às regiões do

Oriente? Podemos julgá-lo pela necessidade que tinham de contratar guias, entre os gregos, dos quais, porém, desconfiavam, e por seu extremo embaraço, tôdas as vêzes que êstes os abandonavam. Vários exércitos cristãos pereceram por falta de conhecimento dos lugares a que a vitória os levava. Queriam encontrar na Palestina e no Oriente todos os lugares citados na Escritura; e, sem consultar os habitantes do país, procuravam ainda aquela Babilônia, cujas mesmas ruínas haviam desaparecido; dava-se êsse nome ora a Bagdá, ora ao velho Cairo, uma e outra construídas pelos muçulmanos.

Uma coisa notável, é que, sôbre mais de duzentas crônicas dos séculos doze e treze, que falam do Egito, só encontramos uma em que se faz menção das Pirâmides. Tiago de Vitri, que morou por muito tempo na Síria e que parece ter tido todos os conhecimentos que então se tinham, repete, na sua descrição do Oriente, as fábulas de Heródoto, como a história das Amazonas e a do fênix. Não podemos deixar de rir da singela credulidade de Joinville, que nos diz, com seriedade, em suas Memórias, que as árvores do paraíso terrestre produziam canela, gengibre, cravo e que se pescavam essas especiarias nas águas do Nilo, para onde eram levadas pelo vento.

Os cruzados, sempre ocupados em combater, não tinham mesmo a idéia de estudar o país conquistado com suas armas. No entretanto, depois dêles,

a religião e o comércio, levados, uma, pelo desejo de difundir o evangelho e o outro, pela esperança de arrecadar tesouros, abriram-se algumas rotas novas e obtiveram-se úteis noções sôbre o Oriente, durante as Cruzadas. Os missionários mandados pela côrte de Roma e por S. Luís percorreram as mais vastas regiões da Ásia; o comércio seguiu-os e até mesmo os superou em suas viagens longínquas. As relações de Rubruquis, de Asselin, de João Duplan du Carpin, de Marco Polo, encerram observações das quais ainda hoje se reconhecem a verdade e a exatidão.

Devemos acrescentar que os cruzados, que partiam de tôdas as regiões da Europa, começaram a se conhecer a si mesmos, sob o estandarte da cruz. Os povos não eram mais estranhos uns aos outros, o que dissipou a ignorância em que se encontravam, a respeito dos nomes das cidades e das províncias do Ocidente.

Os mapas geográficos dessa época não dão nem a configuração do globo nem a extensão dos países, nem a posição e os limites dos impérios: traçam apenas, com designações vagas, o que mais impressionava os viajantes, as curiosidades de cada região, animais, edifícios, homens diversamente vestidos. Tivemos sob nossas vistas um mapa-mundi que está anexo à crônica de S. Dionísio e que parece ter sido feito no século quatorze: como nos mapas modernos, não encontramos nêle indicados os pontos cardeais, mas nos quatro cantos, estão escritos os

O veterano.

O veterano.

nomes dos ventos principais em número de doze. Jerusalém, segundo a opinião do tempo, está colocada no centro das três partes do mundo conhecido; um grande edifício, encimado por uma cruz, representa a Cidade Santa. Em redor dessa rainha das cidades, o autor do mapa representou outros edifícios, cidades da Palestina, da Síria, do Egito, etc.: as distâncias são marcadas sem exatidão; tudo parece lançado confusamente, como ao acaso; êsse amontoado de edifícios ou de casas parece menos uma representação do universo, do que a imagem informe de uma grande cidade, construída sem plano e sem simetria.

Julgamos, por isso, que a Geografia ainda estava na infância; mas, pelo menos, dela se ocupavam, o que até então não se havia feito. Assim, podemos crer que ela não se deteria nesse ponto e que os conhecimentos geográficos fariam mui depressa grande progresso. No século quatorze, conheciam-se já muito melhor as regiões do Oriente, se o julgarmos pelo mapa que Sanuto apresenta ao Papa e que podemos ver na coleção dos historiadores das Cruzadas, por Bongars.

Não terminaremos êste capítulo sem falar do estado da Geografia entre os árabes na Idade Média. A obra de Edrizzi, composta entre a segunda e a terceira Cruzadas, prova-nos que os muçulmanos estavam então muito mais adiantados do que os francos e os gregos. Essa obra é preciosa mesmo nos

nossos dias, pelos particulares geográficos que contém, sôbre certas regiões do interior da Ásia, que ainda não foram bem descritas. Aboulfeda e Makrisi, que vieram depois, são superiores a todos os escritores do Ocidente, que se ocupavam de geografia na mesma época. Não temos bastantes documentos para explicar essa superioridade; mas poderíamos encontrar uma causa verossímil nesse caráter impaciente, nessa ambição inquieta, que levou, a princípio, os povos muçulmanos a estender por tôda a parte a sua dominação. Desde os primeiros tempos da Héjira, o proselitismo belicoso dos árabes persuadiu-os de que o mundo lhes pertencia. Assim sendo, não nos devemos admirar de que êles tenham procurado conhecer as regiões longínquas que Maomé prometia às suas armas. A história no-los mostra, nos séculos sétimo e oitavo, invadindo a Ásia e a África e percorrendo as mais ricas regiões da Europa. Êles conheceram os países que tinham conquistado e os que queriam conquistar. Assim a Geografia fêz progressos entre os orientais depois das vitórias do islamismo, como fêz também mais tarde entre os ocidentais, depois dos cruzados e dos missionários.

# CAPÍTULO XIX

## AS ESCOLAS E UNIVERSIDADES; AS CIÊNCIAS DO DIREITO, A FÍSICA E A MEDICINA

Poderão nos censurar por sairmos mui freqüentemente de nosso assunto e por têrmos nossa atenção sôbre muitas coisas que não têm relação direta com as Cruzadas. Nós imitamos os peregrinos, que, partindo de seus lares, para visitar o túmulo de Jesus Cristo, olhavam, no entretanto, à direita e à esquerda de seu caminho. Voltando à pátria, o que êles diziam dos países que tinham atravessado, dos povos que tinham visto, interessava também, e muito, aos seus ouvintes, na narração da peregrinação a Jerusalém. Talvez obteremos a mesma indulgência de nossos leitores, pelas digressões a que nosso espírito se deixa, por vêzes, levar.

O progresso da arte e das ciências do século doze não deve sem dúvida ser atribuído sòmente à influência das Cruzadas. Devemos notar, no entretanto, que a paixão pelo saber, a necessidade de se instruir, nasceram e manifestaram-se ao mesmo tempo que o piedoso entusiasmo que arrastava os povos para a Ásia. Essa exaltação, essa impaciência dos espíritos, que tinha armado a Europa para as crenças e a espiritualidade, e de alguma maneira, à mesma guerra, não deviam despertar a inteligência do homem e pôr em ação tôdas as suas faculdades? Como

explicar, de outro modo, essa multidão de escolas que surgiram então em todos os reinos do Ocidente, as universidades de Paris, de Bolonha, de Praga, de Oxford, de Salamanca, às quais acorriam mais estudantes *do que outrora a Atenas, ao Egito e a outra qualquer parte do mundo?*

Foi, a princípio, para o ensino da teologia, que se criaram as célebres escolas; mas, como se exigia que um teólogo conhecesse gramática, lógica, retórica, resultou que todos os estudos foram animados, ao mesmo tempo. As vantagens concedidas às universidades bastam para mostrar que valor os reis e a sociedade mesma davam então ao progresso das ciências. As universidades, fiel expressão de um século, ávido de saber e de liberdade, eram como cidades literárias, que tinham seus regulamentos, seus privilégios e estavam investidas dos mesmos direitos que as comunas. Por vêzes mesmo a autoridade dos reis dobrava-se às suas pretensões e sua independência foi até à impunidade da desordem. O rei da Inglaterra, Henrique II, quis tomar como árbitro num assunto importante a côrte dos pares de França, o clero galicano, e *os reitores das escolas de Paris.* Quase todos os monarcas franceses, desde Filipe Augusto, tinham sempre protegido a universidade de Paris, o mais belo ornamento de sua capital e de seu reino; a proteção de Luís IX mostrou-se mais ativa e mais generosa que a de seus predecessores. Deixaremos falar a história contemporânea.

"Numa sangrenta querela, diz Guilherme de Nangis, que se originou entre os burgueses e os clérigos da universidade de Paris, êstes deixaram a capital, o que causou grande aflição a S. Luís, quando veio a sabê-lo, porque o estudo das letras e da filosofia se retiravam assim de seu reino. O rei ordenou então aos clérigos, que voltassem e depois obrigou os burgueses a dar-lhes satisfação plena e inteira, cumulando-os ainda de tôda sorte de gentilezas e de honras." O cronista louvou a generosidade esclarecida de Luís IX e não teve receio de dizer que, se o tesouro da sabedoria se tivesse retirado do reino da França, o lírio, emblema da realeza, teria perdido muito do seu esplendor: Pois os reis, diz êle, tinham o costume de usar uma coroa de flor-de-lis pintada com três fôlhas, como para manifestar claramente que a fé, a ciência e a cavalaria, brilhavam mais no reino da França do que em todos os outros países do mundo."

Não foi o estudo das letras romanas, que fêz então maiores progressos. Podemos nos admirar de que, numa sociedade que avança para a civilização, os homens não comecem sempre pelas idéias mais simples, mas se lancem, de início, ao que há de mais complicado e de mais difícil de se compreender. Nossos bons antepassados, procurando sacudir o jugo da barbárie, começaram pelas abstrações da metafísica e as altas questões das ciências morais ocuparam sua razão nascente. Apaixonavam-se por

aquelas discussões em que os mestres e os discípulos podiam, todos os dias, se não encontrar a verdade, pelo menos fazer demonstração de habilidade e de saber. Foi então que reapareceu Aristóteles, semelhante àquelas constelações que se perderam de vista durante vários séculos e que são depois encontradas, de repente, no firmamento. Traduzido, segundo alguns sábios, da língua dos sarracenos, atacado com ardor, defendido com paixão, autorizado e proscrito pelos Papas e pelos Concílios, protegido, por fim, por Tomás de Aquino e pelos discípulos de Domingos e de Francisco de Assis, a filosofia de Stagiro, reinou na escola e equilibrou por vêzes a autoridade da Escritura e a dos Padres da Igreja. Não entra em nosso assunto lembrar os vivos debates que surgiram então sôbre o livre arbítrio, nem as longas querelas dos realistas e dos nominais, nem aquelas intermináveis lutas sustentadas com as armas da palavra e a espada da argumentação. Parece que num século em que tudo se decidia pela violência, o espírito também queria ter sua guerra; do mesmo modo que a espada, nos assuntos do mundo era então a verdadeira justiça, o silogismo vitorioso, foi para as escolas tôda a verdade e tôda a razão.

Essa paixão pelas discussões tinha dois inconvenientes: encorajar o espírito de contradição e exaltar o amor próprio dos doutôres. O espírito de contradição fêz nascer novas heresias e o amor próprio ferido, dos mestres e dos discípulos, não teve receio

de invocar contra êles a espada das guerras santas. Na primeira expedição à Ásia, vimos peregrinos, armados de bordão e de sacola, ameaçar os reinos da Arábia e do Alcorão: essa confiança dos peregrinos tinha passado ao espírito dos fogosos atletas da filosofia escolástica; foi então que sábios argumentadores, cheios de desprêzo pelos exércitos da cruz quiseram vencer os infiéis sòmente com a fôrça de sua dialética; foi então que os papas, desprezando a cavalaria cristã ou, não esperando mais reanimar o entusiasmo piedoso dos guerreiros, dirigiram aos príncipes muçulmanos mensagens cheias de argumentações e de sutilezas, por meio das quais julgavam vencê-los e submetê-los à fé de Cristo. Fizemos notar várias vêzes, na história das últimas Cruzadas, esta presunção dos doutôres e êsse orgulho da escola, que foram um caráter distintivo dos séculos treze e quatorze.

Podemos julgar pelo que acabamos de dizer que a filosofia escolástica nem sempre fortaleceu as crenças religiosas e favoreceu pouco às verdadeiras luzes. Devemos, no entretanto, dizer que, se ela às vêzes desviou o espírito humano, não lhe deteve também de modo algum a marcha; pôs em ação as faculdades do homem e por isso mesmo serviu ao seu desenvolvimento. No começo das sociedades, é menos o extravio do espírito, que não sua inatividade que retém o povo nas trevas da barbárie.

A ciência que mais se cultivou depois da teologia escolástica, foi a jurisprudência. O conhecimento do direito civil e do direito canônico oferecia grandes vantagens aos que o possuíam e era o caminho da fortuna e das honras. Inocêncio III, Inocêncio IV, Honório III, Gregório IX e vários outros pontífices, deveram ao estudo profundo das leis, os meios de estender e de aumentar seu poder. Em várias escolas da França e da Itália, brilharam professôres que ensinaram as leis dos gregos e dos romanos. Invocou-se o nome de Justiniano como se havia já invocado o de Aristóteles; mas as luzes que difundiram os mais célebres jurisconsultos ficaram por muito tempo em poder dos sábios e foram como os primeiros raios do crepúsculo, que só iluminaram os lugares elevados. A diversidade dos códigos, a multiplicidade dos comentários e das glosas, tornaram-se em certas ocasiões uma dificuldade a mais. A anarquia se havia introduzido na ordem judiciária, porque faltavam luzes legislativas; subsistiu ela ainda pela multidão das opiniões diversas e das explicações contraditórias. A justiça, é verdade, começava a perder suas formas bárbaras; mas a chicana, no meio da confusão das leis e dos costumes encontrou talvez mais meios de embaraçar os juízes e de complicar os processos. Foi então que o direito de julgar tornou-se prêmio da paciência e do laborioso saber, e o poder judiciário caiu de fato nas mãos dos legisladores, ou melhor, daquela *cavalaria*

*das leis* que se chamou em seguida de nobreza de toga.

As outras ciências, como a química, a física, as matemáticas, tinham feito pouco progresso durante as Cruzadas; só se conhecia a álgebra e a geometria, na sua aplicação na arquitetura, na mecânica e na astronomia. Foi naquela época que se introduziu na Europa o uso dos algarismos arábicos, os quais não extinguiram é verdade, a ciência dos números, mas facilitaram muito seu estudo. A astronomia teria podido ser cultivada com sucesso durante as guerras santas: o Oriente foi o berço dessa ciência e os príncipes da Ásia, desde os primeiros séculos da héjira, deram-lhe ardoroso incitamento. Vimos que Frederico II e o sultão do Cairo mandavam um ao outro problemas de astronomia e de geometria. Entre os príncipes cristãos que animaram ou que cultivaram a ciência astronômica, a história não pode esquecer Afonso, cujas tábuas tiveram tanta fama na Idade Média. Estudando o mundo planetário nos astrônomos antigos, o príncipe castelhano, lastimava não ter sido chamado ao conselho do Criador. Tinha-se então uma tão cega confiança no sistema de Ptolomeu que se preferia dizer que Deus se tinha enganado, do que achar defeituoso o sistema. O saber de Afonso valeu-lhe grande fama entre os doutos e fê-lo ser escolhido entre os príncipes chamados para governar o império germânico; mas, sábio como era, não pôde subir ao trono imperial;

acabou mesmo por perder seu próprio reino, o que fêz o historiador Mariana dizer que êle *perdeu a terra, contemplando o céu.*

Faziam-se então muitas profecias fundadas em observações astronômicas. Várias crônicas nos referem, com data de 1186, que os astrólogos ou astrônomos orientais e ocidentais, cristãos, judeus e árabes, tinham anunciado uma grande conjugação de todos os planêtas, tanto superiores como inferiores e a destruição de tôdas as coisas pela violência dos ventos ou das tempestades. A história diz ainda que os povos foram tomados de tristeza e de apreensões pois pensava-se que era o fim do mundo. No entretanto as tempestades não causaram os danos que tinham sido preditos; o mundo continuou como era e o que há de mais interessante, os astrólogos não perderam o prestígio, pois aconteceu, que na época anunciada para as grandes catástrofes, Saladino entrou com seu exército na Palestina e a perda de Jerusalém foi considerada pela cristandade como a verificação das predições feitas.

Rigord, que nos refere a profecia de que acabamos de falar e que tinha o título de físico ou médico, não era mais adiantado que o vulgo crédulo. Êle nos diz gravemente que depois da perda da Cidade Santa haviam visto a lua descer à planície de Argenteuil e subir em seguida para o céu. Êsse fenômeno era atestado por vários religiosos de São Dionísio, que diziam tê-lo visto; o que prova, pelo

menos, que na abadia de S. Dionísio não havia ninguém que tivesse a menor noção de astronomia.

A ciência, que consiste em medir o tempo, não fêz mais progressos na Idade Média que a da esfera. Não se conheciam as horas a não ser por relógios de água, quadrantes solares e pela extensão da sombra do corpo humano. Coisa singular! Jamais alguém pensou em imitar, de algum modo, o famoso relógio mandado do Oriente a Carlos Magno, no comêço do século nono; e quase cinco séculos mais tarde S. Luís media a extensão de suas leituras e orações noturnas pela duração de uma vela acesa. O estudo do cômputo e a ciência dos números servia apenas para se fixar a lua pascoal; se se liam nos mosteiros os livros de Boécio e de Cassiodoro, era sòmente para se regularem as festas solenes da religião.

A persuasão que se tinha de que o espetáculo do céu não anunciava sòmente a glória de Deus, mas revelava aos homens acontecimentos futuros, contribuiu muito para dar impulso aos estudos astronômicos. Do mesmo modo, a esperança que se tinha de se chegar à mudança dos metais aumentava o número e duplicava os esforços dos que estudavam química. É aqui que devemos admirar a ambição do espírito humano na aurora da civilização. Êle procurava na química ou na física a pedra filosofal; nas matemáticas, a quadratura do círculo; na medicina, um remédio universal, a beberagem da imorta-

lidade; no curso dos astros, todos os segredos do futuro. É certo que o mundo teria sido milagrosamente modificado, se se tivesse encontrado a décima parte do que então se procurava. Assim nos não devemos admirar demasiado, de que os sábios que se ocupavam dessas grandes descobertas, fôssem considerados mágicos.

Duas coisas deviam prejudicar o estudo das ciências naturais: a primeira, é que se fazia conta sòmente dos prodígios, e dos milagres e as leis da natureza não eram notadas no meio das maravilhas que feriam, sem cessar, a imaginação dos povos; a segunda, é que se queria reduzir tudo a abstrações, explicar tudo por princípios gerais. Essa direção dos estudos na Idade Média faz-se principalmente notar pela preferência que se dava a certas obras de Aristóteles. Estudava-se com ardor a metafísica, a dialética do filósofo grego, que oferecia um vasto campo às sutilezas do espírito, enquanto se descuidavam os tratados do mesmo autòr que continham verdades positivas. Assim, de um lado, a disposição dos espíritos para ver por tôda parte, sòmente coisas sobrenaturais, por outro, o hábito de tudo generalizar e de substituir uma teoria abstrata pela observação dos fatos, foram causa de que não se aproveitassem tanto quanto possível, das viagens ao Oriente, e de que se descuidassem as lições da experiência.

Notamos que a medicina para a qual o estudo dos fatos é tão necessário e cuja utilidade jamais

pôde ser contestada, estava muito pouco adiantada no fim das Cruzadas. Um antigo preconceito proibia a dessecação do corpo humano e êsse preconceito que os papas consagraram com seus anátemas, prejudicou muito o progresso da anatomia. A Igreja havia proibido aos clérigos o exercício da profissão da medicina, o que a entregou aos homens mais iletrados. Acrescentai, ainda, a tudo isso, que se pedia então às relíquias dos santos, o alívio para todos os males da humanidade; não havia uma só Igreja, uma só capela, cujo patrono não tivesse a virtude de curar qualquer doença do corpo ou do espírito; com semelhantes meios de cura, não se sentia a necessidade de consultar ou de estudar a medicina.

Os gregos e os árabes tinham na arte de curar uma grande superioridade sôbre os francos. Guilherme de Tiro nos diz que os reis de Jerusalém e os chefes das colônias cristãs da Ásia, preferiram sempre os médicos sírios ou judeus aos do Ocidente. No cêrco de Tolemaida, vemos Saladino mandar seus médicos a Ricardo, mas não vemos o Rei da Inglaterra mandar os seus a Saladino, que também tinha ficado doente. Na primeira Cruzada de São Luís, os médicos que acompanhavam o exército dos cruzados nada sabiam sôbre os males que o escorbuto e as doenças epidêmicas mais comuns causavam no acampamento dos cristãos; sua ignorância não foi menos funesta que o contágio. Quando Luís IX e seus guerreiros foram aprisionados pelos muçul-

manos, as doenças que os desolavam não cessaram, porque êles não foram socorridos, nem receberam cuidados médicos dos árabes. Não podemos deixar de fazer aqui uma aproximação curiosa assaz, que nos mostra, como os santos, o que já dissemos, operavam então mais curas que a mesma medicina. São Luís foi atendido, nas costas de Cartago por um médico francês, que o não pôde salvar, e, quando êsse médico voltou a França, caiu enfêrmo e reconquistou a saúde e a vida, no túmulo do rei mártir. Sabemos que os orientais tinham descoberto o alambique antes das guerras santas. A Europa recebeu do Oriente um grande número de remédios, como a cássia, sêne, theriaga; os médicos do Ocidente delas se serviram sem procurar imitá-las ou aperfeiçoá-las. Lemos na história, que Roberto, Duque da Normandia, voltando de Jerusalém, recebeu da escola de Salerno, uma coleção de preceitos de higiene; e essa coleção, que se espalhou então pela Europa, era tôda a ciência dos médicos, durante os séculos doze e treze.

Nessa época, a caridade religiosa tinha criado um grande número de asilos para a humanidade sofredora. Mas essa caridade, tão admirável, quando se tratava de cuidar dos enfermos, de consolá-los em seus sofrimentos, conhecia pouco os sintomas e os caracteres das inúmeras enfermidades que atacam a vida do homem. Podemos dizer que durante as Cruzadas vieram-nos do Oriente, mais doenças gra-

ves do que verdadeiras luzes sôbre a medicina. Conhecemos os numerosos leprosários que foram criados na Europa, no tempo das guerras santas, mas não sabemos quais os remédios empregados contra a lepra. O isolamento parece ter sido o único meio de cura ou preservativo, que se conhecia então, para essa doença, o que muitos médicos sábios consideram hoje como um preconceito. O espírito de devoção tinha dotado ricamente os leprosos, sem nada fazer porém, para a cura. A lepra, por fim, desapareceu sem o socorro da medicina e os bens dos leprosários foram doados aos hospitais, o que redundou em proveito da humanidade e o que devemos assinalar, como um dos benefícios das Cruzadas.

# CAPÍTULO XX

## ESTUDO DAS LÍNGUAS; LITERATURA

Lamentamos que os cruzados não tenham, no princípio, estudado e conhecido as línguas da Ásia: êles teriam obtido maiores vantagens em suas relações com os orientais. A primeira vez que êles encontraram os livros árabes entre os despojos dos vencidos, seus clérigos julgaram que tais livros, escritos em caracteres — *diabólicos,* só podiam ser obra do demônio. Nada era mais raro, principalmente nas primeiras Cruzadas, que encontrar-se um cristão do Ocidente que soubesse o árabe ou o siríaco e na cidade de Jerusalém, ninguém entendia a língua dos profetas. Devemos acrescentar que a ignorância dos sírios era maior que a dos francos e que os turcos, que se encontravam ante os soldados da cruz, eram os povos mais bárbaros da Ásia.

Na época da segunda Cruzada, não se conhecia a língua árabe, na maior parte dos reinos do Ocidente; quando Pedro, o Venerável, teve a idéia de refutar o Alcorão, pediu-lhe uma tradução aos monges espanhóis. Foi sòmente pelo fim do século doze que na cristandade se ocuparam com as línguas orientais. Sabemos que Guilherme de Tiro tinha escrito a história das dinastias muçulmanas segundo historiadores originais. As crônicas da terceira Cru-

zada nos falam de um certo Renaud de Sidon, que conversava freqüentemente com Saladino, na língua dos orientais. No século seguinte, ensinavam-se as línguas do Oriente em algumas escolas e principalmente nas que pertenciam aos irmãos pregadores e aos Frades Menores. Um decreto do Concílio de Veneza ordenou que nas escolas de Lovaina, de Salamanca e de Paris, se ensinassem as línguas dos árabes e dos tártaros. Êsse estudo foi animado pelos pontífices, quando deixaram de recrutar exércitos para combater contra os infiéis, e se teve sòmente o pensamento de mandar ao Oriente, não guerreiros, mas pregadores e missionários: nada era mais próprio para favorecer o progresso da ciência geográfica e o conhecimento das leis e dos costumes da Ásia.

A língua grega tinha sido cultivada na França sob o reinado de Carlos Magno e de alguns de seus sucessores; Carlos, o Calvo, se acreditarmos na história contemporânea, queria fazer de Compiègne uma rival de Atenas ou de Tebas e o nome de Carlópolis que lhe foi dado nos mostra qual era então o gôsto dominante ou melhor a pretensão da côrte imperial. Semelhantes projetos não podiam ter resultado nos tempos bárbaros. Compiègne não tardou em perder seu nome pomposo e os sucessores de Hincmar não estudaram mais a língua dos helenos. A antipatia dos gregos e dos latinos que começou nessa época e que aumentou de idade em idade, não permitiu que os peregrinos de Jerusalém e os

guerreiros da cruz aproveitassem sua passagem por Constantinopla ou mesmo de sua permanência na Grécia. Os negociantes da Itália estabelecidos em Bizâncio não se ocupavam sòmente em obter dos gregos o tesouro da indústria e do comércio. Ana Comena desprezava até os nomes bárbaros dos francos e comprazia-se em citá-los na sua história. Os francos por sua vez, não quiseram aprender a língua de um povo que êles desprezavam.

Sabemos com que indiferença os cruzados viram o incêndio de várias bibliotecas na capital dos gregos. No entretanto, alguns lampejos de erudição surgiram depois da vitória dos latinos. As crônicas de S. Dionísio contam-nos como um fato notável que, no ano de 1255, um médico chamado Guilherme, trouxe livros gregos de Constantinopla. Depois que renunciaram à esperança de vencê-los e de submeter pelas armas a fé aos gregos, resolveram aprender sua língua, para convertê-los; os missionários da Igreja de Roma estudaram a língua de Homero e de Platão para a conversão dos turcos e dos tártaros. Sob o reinado de Filipe Augusto, estabeleceu-se em Paris um colégio de jovens gregos, aos quais se ensinavam os dogmas da Igreja romana e que se mandavam em seguida pregar a ortodoxia latina no Oriente.

Não se estudava a língua latina no Ocidente. Ela era sòmente a língua dos Concílios e dos Pontífices, era a que a Igreja universal tinha adotado, em suas orações e em suas cerimônias. Sem o cristianismo

e a língua que êle tinha conservado, a história da antiguidade, suas lições, suas luzes, tudo teria perecido. A religião cristã, diz um escrito inglês, lançou de algum modo uma ponte sôbre o caos e aproximou as duas épocas da civilização antiga e da moderna. O estudo da língua latina fêz grandes progressos na época da primeira guerra do Oriente; o Abade Guibert numa carta endereçada ao Bispo de Soissons, louva o espírito de emulação que animava seus contemporâneos; e admira-se do ardor que se empregava no estudo da gramática e da retórica, não sòmente nas cidades mas também nas aldeias e nos campos. O mesmo autor nos diz no prefácio de sua História que as luzes que se espalhavam em seu tempo impunham-lhe a obrigação de ornar seu estilo e de narrar com elegância os feitos dos heróis da cruz. No entretanto, a língua dos latinos não conservou a pureza que tinha no século doze e as últimas Cruzadas não tiveram historiadores tão corretos, tão elegantes como as três primeiras.

Falando da literatura da Idade Média não esqueceremos aquela eloqüência sagrada cuja inspiração reanimou tantas vêzes o entusiasmo das Cruzadas. Lembramos as pregações de Pedro, o Eremita, e o efeito milagroso que seus discursos produziram na multidão dos fiéis. Entre os oradores a cuja voz a Europa se ergueu contra o Oriente, a história contemporânea cita com elogio Tiago de Vitri, Olivério Escolástico, ambos célebres por seu

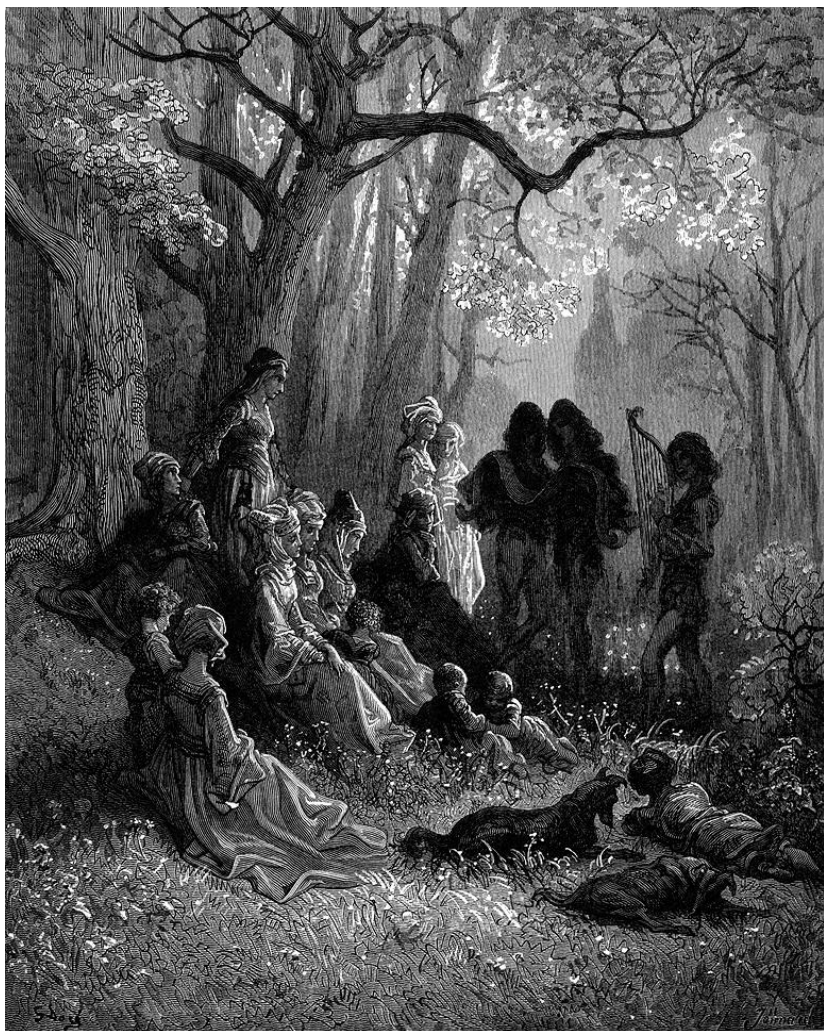
saber e seu talento oratório. Elogiou também Foulques de Neuilly, que operou tantas conversões e cuja eloqüência inculta pregou a Cruzada que fundou o império latino de Bizâncio. Todos aquêles pregadores tiveram grande influência sôbre os homens de seu tempo; mas nenhum iguala o gênio de S. Bernardo, que dominou seu século com o único poder de sua palavra e que a Europa julgava inspirado *não se sabe por que oráculos.* Lendas, cheias de milagres, acompanharam as pregações na França e na Alemanha; mas a maior de tôdas as maravilhas era, sem contestação, a autoridade de seus discursos, aquêle poder de persuasão diante do qual tudo parecia dobrar-se como se o santo orador repetisse as palavras do mesmo Deus e êle lhe houvesse falado das alturas do céu. A maior parte de seus discursos não chegaram até nós; mas podemos, pelo menos julgar pelas cartas que êle escrevia, ao mesmo tempo, aos fiéis que não tinham podido ouví-lo. Quem poderia principalmente ler sem emoção aquela apologia que êle dirigiu ao Papa Eugênio e na qual justificava com o tom e a inspiração dos profetas a missão que êle julgava ter recebido de Deus?

Demos a conhecer as exortações dos papas nos Concílios de Clermont, de Latrão, de Lião e de Mântua. Vimos com que acentos patéticos os chefes da Igreja se exprimiam sôbre as desgraças dos cristãos, oprimidos pelos muçulmanos. Encontraríamos talvez mais eloqüência ainda nas cartas e nas Circulares

que os pontífices dirigiram aos fiéis. Vimos em uma bula de Gregório VIII como o pai dos cristãos deplorava as calamidades que afligiram a terra santa, quando, depois da batalha de Tiberíades, depois da perda da verdadeira cruz e da destruição do exército cristão, as tropas de Saladino espalharam-se por tôda a parte como as chamas de um vasto incêndio ou as ondas de um mar em tempestade.

Numa carta dirigida ao arcebispo de Ruão, Inocêncio IV não se exprime com menor eloqüência falando do cativeiro de S. Luís e do pesar dos povos do Ocidente. "Ah! Senhor, exclama o Pontífice, como tantos guerreiros valorosos caíram nas batalhas? Eis que a espada dos ímpios saciou-se no sangue dos justos e se satisfez com sua carne! O ferro do sarraceno bárbaro devorou a nação que a piedade tinha erguido sob suas bandeiras! As planícies estão ainda molhadas do sangue que correu pela fé; a púrpura do sangue de teus mártires brilha no solo do Oriente; seus corpos jazem sem sepultura abandonados às aves de rapina e aos animais do deserto . . . Senhor! Todos os filhos da Igreja choram lágrimas sentidas; os gritos da dor ressoam por teus caminhos; o luto está estampado em todos os semblantes; todos têm os olhos voltados para a terra, só saem palavras lúgubres da bôca dos cristãos." Poderíamos lembrar outras cartas de Inocêncio III, Honório IV e principalmente Pio II que passou sua vida pregando a Cruzada contra os opressores da Grécia. Vemos

com êsses exemplos que, em se dirigindo às paixões dominantes, a eloqüência tinha tirado delas a vivacidade e o gênio. Até os simples cronistas mostram-se eloqüentes, deplorando a servidão de Sião, e nas arengas, que atribuem aos chefes das Cruzadas, apresentam por vêzes verdadeiros modelos de arte oratória. Muito faltava, porém, para que a eloqüência das escolas e dos tribunais fôsse então tão adiantada como a que se dirigia assim aos soldados de Jesus Cristo e cuja nobre missão era pregar na presença da belicosa Europa, a libertação de Jerusalém e a conquista do Santo Sepulcro.

A poesia devia estar ainda mais em relação com o século maravilhoso das Cruzadas. Os trovadores que viviam no século doze não se descuidaram dos feitos e das aventuras dos cruzados. Ouvimos sempre sua voz unir-se à dos oradores sagrados e suas descrições poéticas confundem-se muitas vêzes com as narrações da história. Havia entre os cavaleiros da cruz um grande número de trovadores e de poetas. Citamos o romance de Raul de Coury e os versos nos quais Thibaut, Conde de Champanha, comunicava a sua partida para o Oriente. Podemos acrescentar a êsses nomes ilustres, os de Guilherme, Conde de Poitiers, de Pedro de Mauclerc, Conde de Bretanha, do Imperador Frederico II, do Duque de Anjou, irmão de S. Luís, etc. Semelhantes exemplos

Trovadores cantando as glórias da Cruzada.

eram próprios para despertar a emulação dos poetas; e, como a maior parte compunha seus versos em língua francesa, essa língua, que se falava em Jerusalém, em Constantinopla, na Grécia e em tôdas as cidades cristãs do Oriente, sobrepujou então a todos os idiomas contemporâneos.

Não é fácil saber-se qual a influência das Cruzadas na poesia dos trovadores a que chamavam então de *alegre saber*. Sabemos que a literatura provençal consagrada sobretudo à galanteria e aos prazeres da paz, começou sua decadência pelo fim das expedições do Oriente. Os poetas e trovadores que falavam a língua do Norte da França, fizeram ouvir cânticos mais graves e mais adequados às grandes revoluções da Idade Média. Gostava-se de representar cenas heróicas e nas composições dos poetas os nomes de Godofredo, de Tancredo, de Ricardo, de Saladino, estavam unidos aos de Rolando, de Carlos Magno e dos cavaleiros da Távola Redonda.

Jamais se viu uma geração mais disposta a crer nos prodígios. Foi então que se difundiram as tradições poéticas dos povos do Norte, as fábulas interessantes do Oriente e as da Armórica, de cuja mistura formou-se uma nova mitologia. Os fatos das Cruzadas e os feitos da cavalaria contribuíram muito para manter nos espíritos o gôsto das narrações maravilhosas. Enquanto nas escolas imitava-se a anti-

guidade grega e latina, formava-se nos castelos uma outra literatura, uma literatura contemporânea, que só empregava idiomas modernos e que se dirigia à imaginação viva e crédula das sociedades nascentes: narrações cantadas ou representadas por menestréis, lamentações inspiradas pela tristeza ou pela alegria, cantos em que havia muito da paixão de amor ou da glória, encantavam a côrte dos senhores e dos barões. Celebravam-se os feitos e a morte do Rei Artur, os encantamentos de Merlin, as maravilhas da floresta de Brochiliant, habitada pelas fadas bretãs. Os cavaleiros contavam, êles mesmos, seus combates, os perigos e tudo o que tinham visto em sua vida errante. No meio dessas nobres assembléias, tinha-se principalmente prazer em ouvir os que voltavam das Cruzadas; os peregrinos de Jerusalém tinham sempre muitas coisas para contar e a história da guerra santa começava assim nos castelos dos senhores. *Palavra de Deus!* exclamava o Conde de Soissons no campo de batalha de Mansourah, *nós falaremos ainda dêste dia nos salões, diante das damas.* Quando Villehardouin contava em francês, ou melhor, *ditava na linguagem do seu país,* a conquista milagrosa de Bizâncio, pelos guerreiros latinos, tinha sem dúvida o pensamento de que essa história seria lida e escutada nos castelos de Provins e de Troyes. Joinville falara muitas vêzes na côrte dos reis de França, das virtudes, dos feitos e das desgraças de

Luís IX e tudo nos leva a crer, que a Rainha Margarida induziu o bom senescal a escrever o que tinha ouvido contar, não sòmente para honrar a memória do santo rei, mas também para que as narrações que tinham encantado tantas vêzes, não ficassem perdidas para as épocas futuras.

É pena que os romancistas e os poetas dêsses tempos remotos não tenham imitado mais freqüentemente do que o fizeram, a heróica simplicidade de Villehardouin e de Joinville. Que há de mais favorável à poesia e principalmente à musa épica, que o século das Cruzadas? Alguns autores latinos do século doze determinaram celebrar as expedições dos cruzados no Oriente; mas, menosprezando as maravilhas de seu assunto e os costumes do seu tempo, êles arrastam-se servilmente nas pegadas dos antigos e não fazem que repetir o que viram em Homero ou em Virgílio. Os romancistas que falaram das Cruzadas jamais tentaram pintar os prodígios das guerras santas e mostram-nos por tôda a parte os cavaleiros da cruz às voltas com dragões impetuosos, de garras e outros monstros que êles imaginaram. Não posso deixar de lembrar a êste respeito um trecho narrado pelos cronistas dessa época. No dia em que se travou a batalha de Bouvines, a metrópole de Auxerre, consagrada a S. Germano, foi incendiada. Todos seus habitantes estavam desolados e em seu desespêro, muitos dirigiram-se ao mesmo Santo e lhe pergun-

taram porque êle tinha deixado incendiar a Igreja; o Patrono de Auxerre apareceu então a alguns fiéis e disse-lhes: *Naquele dia, meus filhos, eu estava em Bouvines.* Temos sôbre essa vitória que salvou a França um poema latino composto por um autor contemporâneo, mas êle nada nos diz de S. Germano de Auxerre; vários poetas modernos tomaram a batalha de Bouvines por assunto de seus cantos; podemos censurar-lhes o mesmo olvido. Que maravilhas, poderiam, no entretanto, comover mais os leitores franceses? Não podemos dizer aqui que o interêsse da epopéia ficou para a simples história e que nossos bons cronistas são os verdadeiros poetas da Idade Média? O autor da *Jerusalém libertada* tirou muitas idéias de nossas velhas crônicas e se as tivesse conhecido melhor encontraríamos talvez hoje mais encanto e mais verdade em seu poema. A infância ou a juventude dos povos têm sempre lembranças atraentes, principalmente nas sociedades que envelhecem; e para uma civilização adiantada, o espetáculo mesmo da barbárie pode parecer às vêzes poético. Nada é mais natural que essa volta ao passado e é assim que na vida humana, quando a fria experiência enregelou os sentidos e os corações, nós preferimos voltar pelo pensamento à idade das ilusões e das paixões generosas.

Lamentamos sinceramente que nossa literatura da Idade Média nada tenha produzido que possa

fazê-la viver no futuro e que a história do espírito humano não nos tenha podido falar do século das Cruzadas como nos fala do século de Péricles e do de Augusto. Sem dúvida, os antigos, cuja imitação gerou mais tarde tantas maravilhas literárias, nos ofereciam perfeitos modelos de todos os gêneros, mas, apaixonando-se pelos gregos e pelos latinos, os povos modernos desprezaram talvez demasiado suas próprias antiguidades pelas de Roma e de Atenas. Ao estudo das obras-primas que não eram nossa própria glória não se unia o pensamento dos antigos e as luzes que êles nos deram, nada acrescentaram ao nosso patriotismo. Que interêsse, que valor teriam tido para nós as lembranças da pátria, se elas tivessem sido retratadas por uma literatura formada segundo os costumes da nação e que teriam de algum modo começado com a mesma nação!

Mas, pois que a literatura e a civilização da Europa deviam começar pela imitação ou estudo dos antigos, devemos convir que a Idade Média nos serviu muito melhor pelo que conservou do que pelo que produziu. Que amigo das letras, percorrendo os anais dos séculos tenebrosos, não temeu pelas obras-primas da antiguidade? Quem não experimentou um sentimento de gratidão por aquêles estudiosos, que se ocupavam sem cessar em nos transmitir o depósito que as idades precedentes lhes haviam confiado e de que se ocupavam enquanto a Europa

era perturbada por tôda espécie de flagelos, enquanto os povos agitados julgavam assistir aos últimos dias do mundo? As musas profanas retiraram-se com a piedade à solidão e encontraram nos claustros um asilo seguro. Transcrever, corrigir, cuidar dos manuscritos, era para os cenobitas uma gloriosa ocupação. "O trabalho dos copistas, dizia o prior de um convento de Chartres, é uma obra imortal; êsse trabalho não passa, e o tempo o não pode destruir". Um sábio solitário do século doze comparava um claustro sem biblioteca a uma cidade de guerra sem arsenal. Em vários mosteiros havia dias destinados a rezar por aquêles que tinham dado ou escrito livros. Assim, os tesouros literários dos antigos tempos jamais deixaram de ter guardas e êsses guardas conservaram-nos até à época em que a imprensa devia protegê-los para sempre contra as devastações da guerra, da barbárie e do tempo. A conservação das obras-primas produzidas pelos antigos foi um dos maiores milagres dos séculos bárbaros e a igreja latina, que guardou tão precioso depósito, poderia ser comparada àquela arca do dilúvio que salvou do naufrágio universal tôdas as maravilhas vivas da criação.

Pelo fim das Cruzadas e enquanto os turcos estiveram de posse de Constantinopla, os sábios exilados de sua pátria vieram estabelecer-se na Itália e as obras-primas da Grécia, que êles deram a conhe-

cer aos discípulos das musas latinas, pagaram os cuidados de uma generosa hospitalidade. Entre os homens ilustrados aos quais as musas gregas deveram honrosa proteção, não podemos esquecer o Papa Nicolau V, que como chefe dos cristãos do Ocidente excomungava a Igreja grega, e como sábio, parecia ter dedicado um culto ao gênio de Homero e ao de Platão. *A Ilíada e a Odisséia* encontraram leitores nos mesmos lugares que tinham inspirado a *Eneida;* releram-se os discursos de Demóstenes sôbre as ruínas do Forum, onde os sábios julgavam ainda ouvir a voz de Cícero; o gênio dos italianos, inflamado pelas obras-primas da antiga Roma e da velha Atenas, produziu obras-primas novas e a Itália ofereceu um fenômeno que o mundo jamais talvez tornará a ver: o de uma nação que obteve duas vêzes a palma da literatura em duas línguas diferentes.

Os espanhóis, que tinham estado tanto tempo em luta com os árabes, não tardaram em se adiantar muito na carreira da civilização e sua literatura, embora menos brilhante, seguiu de perto a literatura italiana. A Inglaterra e a França, que por muito tempo combateram uma contra a outra, distinguiram-se mais tarde pela cultura aperfeiçoada das ciências e das letras. As perturbações, as revoluções que desolaram êsses dois povos, retardaram para êles o progresso da civilização nascente. A França, que tinha sido o berço das luzes, viu-se em seguida redu-

zida a caminhar nas pegadas das outras nações. A língua francesa, que fôra a princípio universal, foi relegada para os confins do reino e sòmente três séculos depois das Cruzadas, enriquecida por imortais obras-primas, encontrou a universalidade que tinha perdido.

# CAPÍTULO XXI

# AS CRÔNICAS

As produções da mente, que precederam a tôdas as outras, foram, sem dúvida, as que tinham por objeto conservar a memória dos fatos. Em tôdas as épocas da Idade Média, apareceram crônicas em que se estavam consignados fatos importantes da história. Em muitos mosteiros, havia registros e diários onde se escrevia exatamente, tudo o que acontecia de notável. Os monges, em suas assembléias gerais, principalmente na Inglaterra, comunicavam-se o que haviam escrito e suas crônicas retificavam-se ou completavam-se umas com as outras. Acontecia mui freqüentemente que a crônica de um mosteiro tinha vários continuadores; os cenobitas que escreviam a história de seu tempo, sucediam-se de geração em geração, ou melhor revezavam-se, como sentinelas vigilantes. Embora fôssem formados à ignorante simplicidade dos claustros, os analistas da Idade Média pareciam ter sentido a importância da missão que haviam assumido; êles nos repetem em seus prefácios, que a história é a mensageira da antiguidade, a testemunha dos tempos que não existem mais, a memória do gênero humano, a lição dos povos, a escola dos reis. Um monge de Cantuária, exprimindo estas idéias gerais, faz uma distinção enge-

nhosa entre o historiador e o cronista. "O primeiro, diz êle, tem um movimento grave e vagaroso; o segundo, vai mais depressa e sua maneira é mais simples. Um, procura grandes palavras, *palavras de seis pés,* e dirige-se aos príncipes da terra; o outro, fala a linguagem do comum dos homens e revestida de ornatos vulgares, detém-se à cabana do pobre. A história dá a conhecer com verdade os atos, os costumes, a vida dos personagens e não diz sòmente o que é conforme à dignidade da razão. Para a crônica, ela limita-se a contar os anos que se passaram desde a encarnação do Cristo; narra, com brevidade, os fatos dos tempos que percorreu e não teme descrever prodígios."

O brilho e a solenidade da história enchem de espanto o modesto cenobita de Cantuária; êle mal pode suportar a vista das *franjas e do ouro* que querem exibir certos cronistas de seu tempo. Êle promete não os imitar, pois não escreve, acrescenta êle, para uma biblioteca pública, mas sòmente para seu caro *irmão Tomás,* a quem êle dedica seu livro e à sua *pobre e pequena família,* isto é, para seu mosteiro.

Vários de nossos analistas dizem, do mesmo modo, que escreveram sòmente para seus irmãos do claustro e para *obedecer aos superiores.* A maior parte dêles estava persuadida de que seus livros deviam viver e morrer como êles, na solidão: eis porque encontramos muitas vêzes em suas narrações quadros tão simples e por vêzes tão indiscretos. Qual não

teria sido sua surprêsa, se lhes fôssem dizer que, um dia êles seriam julgados pelo tribunal *do mundo ou do século,* e que uma invenção da indústria reproduziria em todos os lugares, cópias de suas relações manuscritas. Como êles não tinham o pensamento de ser jamais vistos em público, sente-se que seu estilo deveria ser mais natural e mais franco. Também sua singeleza, que não é forçada, faz-nos às vêzes sorrir. "Como eu sofro muito no inverno, diz Orderico Vital, terminando um capítulo de sua história, eu vou suspender meu trabalho, para retomá-lo na próxima primavera." Mais adiante, o historiador da Normandia, unindo não sei que sentimento profano à humildade monástica, agradece à Providência por tudo o que lhe aconteceu, por tudo o que êle fêz nesta vida perecível e nos dá assim sua própria biografia numa oração dirigida a Deus.

A piedade prescrevia aos escritores do claustro que fugissem da mentira; e é para nós uma garantia, se não, de sua exatidão, pelo menos de sua boa-fé. Alguns condenam-se a si mesmos ao suplício do inferno, se escreverem com espírito de prevenção ou de ira. Outros, no prefácio, imploram a caridade dos leitores e, dirigindo-se à clemência divina, esperam que Deus há de lhes perdoar os erros que podem ter cometido, quando comparecerem ao seu divino tribunal. Depois de semelhantes protestos, se nossos piedosos historiadores não disseram a verdade, devemos crer, que não na conheciam.

A maior parte dos cronistas teria julgado faltar ao dever, se não tivesse remontado à criação do mundo, ao dilúvio ou, pelo menos ao império dos césares. Para marcar em suas narrações a época dos acontecimentos, êles têm o costume de lembrar as festas do calendário e dão assim a uma simples data o interêsse de uma lembrança religiosa: ora, é uma batalha que foi travada no dia de S. Pedro e São Paulo; ora, uma cidade que foi tomada no aniversário da morte do Salvador, pois na Idade Média a religião unia-se a tudo, e estava sempre presente ao pensamento dos cronistas. Depois dos interêsses da Igreja, vinham, para êles, os de seu mosteiro. A fundação de um convento, a anexação de uma fazenda, de uma vinha, de um moinho aos domínios do claustro, têm muitas vêzes mais importância aos seus olhos e ocupam um lugar melhor em sua narração, do que a instituição de um reino ou a conquista de uma província. Nossos bons cronistas louvam raramente nos heróis e nos príncipes as qualidades ou virtudes do século, muito mais, porém, sua devoção exemplar e sua munificência para com as igrejas. Êles não poupam em seus quadros os costumes de seus contemporâneos; e entre os sintomas da corrupção geral, nós os vemos às vêzes indicar com acrimônia *túnicas de sêda de mangas longas, e que descem até aos pés, cabelos cortados da fronte e flutuando às costas, à maneira das cortesãs, sapatos pontudos terminados em cauda de escorpião.* Êles não deixam de

falar dos fatos da guerra mas ocupam-se pouco em saber se uma guerra é justa ou injusta e colocam-se de boa mente do lado da vitória. As revoluções passam sob seus olhos, sem que êles perguntem jamais de onde elas vêm, para onde vão, quais as causas, quais, outrossim, os resultados e as conseqüências. Jamais uma consideração política surgiu em seu espírito; sòmente êles fazem, algumas vêzes, na narração de um fato infeliz, uma reflexão piedosa e moral, e, depois que narraram a queda de um império ou a morte de um grande rei, dizem que a glória do mundo dissipa-se como a fumaça, que corre como a água das torrentes e seca como a flor da primavera.

Uma estação chuvosa, uma inundação, uma tempestade, ocupavam a atenção da história, pois a prosperidade política consistia nas colheitas; a esterilidade ou a abundância de cada ano espalhava entre o povo tristeza ou a alegria. Devemos ver com que escrúpulo e exatidão os cronistas falam das desgraças que acompanhavam a carestia. Muitas vêzes populações inteiras, impelidas pela fome, eram obrigadas a abandonar o país. Glaber nos diz, que no ano, que a história chama de *annus famis,* ano da fome, os homens devoravam-se uns aos outros e vendia-se carne humana no mercado de Tournous. Os cronistas nem sempre têm tais circunstâncias a narrar; mas, quando se trata de um flagelo ou de alguma revolução da natureza, jamais deixam de entrar em particulares os mais minuciosos. Guilherme, o Bre-

tão, interrompe sua história do reino de Filipe Augusto, para nos dizer que num dia de verão, um raio abateu o galo dourado da tôrre de S. Dionísio e no mês de setembro do mesmo ano, uma geada forte e neve caíram sôbre as vinhas; o que diminuiu muito a colheita da uva e a fabricação do vinho: "e êsse vinho foi ainda azêdo e verde."

Com semelhantes preocupações, nossos cronistas deviam muitas vêzes voltar suas vistas para o céu e seguir atentamente a marcha das estações. Suas narrações nos apresentam um registro exato dos eclipses da lua e do sol, das auroras boreais, dos fenômenos e das mudanças notáveis da atmosfera. Como seus contemporâneos, êles ocupam-se de mais boa vontade do futuro, do que do passado, e é no espetáculo das revoluções celestes que sua credulidade inquieta procura conhecer os fatos futuros. Vários cronistas do século doze nos dizem que uma chuva de estrêlas foi o sinal precursor da primeira Cruzada. Baudri, um dos escritores mais instruídos do seu tempo, examina mui sèriamente essa afirmação maravilhosa e persuade-se com pesar de que as estrêlas jamais puderam cair do firmamento, como gôtas de chuva; acredita, no entretanto, que às vêzes elas podem cair. Os cometas, que êles julgavam exercer grande influência, no futuro dos povos, não seriam esquecidos pelos historiadores da Idade Média. De olhos sempre fixos no céu, êles se comprazem em descrever a forma desconhecida, a cabeleira resplandecente

dêsses astros viajantes e não deixam, principalmente, de fazer pressentir, a cada aparição, as desgraças que ameaçam o mundo.

Nossos analistas, dos velhos tempos, como vemos, não conheciam mais as leis da natureza, do que as das sociedades políticas. Encontram-se assim num mundo que não compreendem, embora escrevam-lhe a história. No entretanto, nada os embaraça, pois tudo o que espanta, e lhes perturba a razão, êles o explicam pelos secretos desígnios de Deus. Parece-lhes ver brilhar por tôda a parte a justiça divina; vêem-na não sòmente num futuro, mas nas menores circunstâncias desta vida. Uma morte natural, uma doença imprevista, um acidente, é aos seus olhos, o castigo de uma má ação ou de desordens, que êles apontam; e, nos dias infelizes, é sempre a perversidade humana que atrai sôbre o povo as grandes calamidades. Essa jurisdição dos cronistas, que se arma assim contra os culpados dos reveses da fortuna ou dos acidentes da natureza, tem algo de mais moral e de menos irrazoável, que a que se exercia na mesma época, pela espada ou pelas provas da água e do fogo. Havendo a justiça desaparecido da terra, porque nos haveríamos de admirar de que a pedissem a tudo o que viam, a tudo o que acontecia, a Deus, principalmente, supremo dispensador dos bens?

Sabemos que as visões ou os sonhos tinham grande império sôbre o espírito de nossos bons ante-

passados. Nos negócios da vida particular e mesmo nos públicos, acontecia muitas vêzes que se tomava um partido depois de uma aparição ou revelação noturna, como se decidiria hoje, segundo uma máxima de política ou de moral; as visões invocadas assim nos conselhos dos reis e no das famílias, tornavam-se para nossos velhos autores fatos históricos. Devemos acrescentar que naqueles tempos o espírito das trevas ou o inimigo do gênero humano *vagava sem cessar para agarrar a sua prêsa,* e aparecia sob as formas mais estranhas e espantosas. Viam-no, ora nos castelos, ora nas cabanas dos servos, até mesmo nas solidões da piedade, armando ciladas à fraqueza humana. Segundo as vozes do povo viam-se também mortos sair de seus túmulos, santos e anjos descer do céu para dar aos homens salutares avisos ou para manifestar a vontade de Deus. Tôdas essas aparições, que enchiam ao mesmo tempo de espanto e de surprêsa o vulgo crédulo, escapavam raramente aos cronistas, sempre interessados em narrar prodígios.

Em geral era êste o caráter de nossos historiadores da Idade Média. Vemos assim que nem sempre êles satisfazem aos que buscam apenas a verdade. Todavia, como sua maneira é simples, seu modo de narrar é cheio de naturalidade e seu gôsto, pelo maravilhoso, é conhecido, é fácil distinguir em suas narrações o que é verdadeiro e o que não o é. Foram êles comparados às crianças não sòmente porque

gostam das coisas maravilhosas, mas também porque não sabem dissimular nem mentir. Seus erros mesmos servem por vêzes para instruir e são para nós como raios de luz. Gostamos de ver seus temores, suas esperanças, suas impressões diversas e até mesmo seus preconceitos, pois êles são nisso a expressão fiel dos costumes contemporâneos. A verdade histórica não está sòmente, para nós, no que êles narram, mas no que êles pensaram ou sentiram; e o caráter ou espírito mesmo que anima cada cronista é muitas vêzes a parte mais interessante e a mais instrutiva de sua história.

A credulidade apaixonada que nos encanta nos analistas dos tempos antigos, não se podia absolutamente aliar com aquela crítica judiciosa que consideramos com razão, como o mérito principal de um historiador; também adotam êles as tradições históricas sem as examinar, e tudo o que foi escrito antes dêles parece-lhes verdade. É assim que vários cronistas do tempo das cruzadas falam-nos da peregrinação de Carlos Magno a Jerusalém e de um certo *João dos Tempos,* que, nascido no século oitavo, viveu assaz para ver extinguir-se a dinastia dos Carlovíngios. A maior parte dos historiadores da idade média faz remontar a origem dos francos ou franceses, a Franco, filho de Heitor, e os *gallois* ou inglêses ao *piedoso Enéias.* De resto, devemos dizer aqui que tôdas essas fábulas desapareceram há muito tempo de nossa história e que foi fácil à crítica dos

modernos reconhecer os erros espalhados nos tempos da ignorância e da barbárie.

Falamos aqui sòmente das crônicas dos séculos doze e treze; as dos tempos anteriores têm para um espírito atento, uma fisionomia um pouco diferente. Nelas notamos menos singeleza e candura, mais ignorância e barbárie. Gregório de Tours, Fredegaire e os que os seguiram de perto, parecem todos espantados com os tempos que chegam e a noite que se estende gradativamente sôbre a Europa. Quando lemos suas crônicas, onde brilham de vez em quando algumas recordações das idades precedentes, parece que se ouve uma voz que sai de uma profunda solidão ou percebem-se clarões fugidios que atravessam a espessura das trevas. Os cronistas dos séculos oitavo e nono falam muitas vêzes da decadência das letras; falam num estilo inculto e não sei que tristeza selvagem se une à aridez de suas narrações. Os do século doze, ao contrário, dizem que por tôda a parte a gramática e as letras são cultivadas e sua voz embora ainda fraca, parece saudar a volta das luzes. Os primeiros, ficando quase sòzinhos numa idade melhor, lamentam uma antiga civilização que se extingue e os costumes que descrevem denotam a presença de séculos bárbaros; os outros, embora nada saibam do que se prepara para as idades seguintes, olham para o futuro, sem temor e o tom que domina em suas narrações faz pressentir uma civilização que começa.

As crônicas gregas da mesma época não são mais adiantadas pelo espírito de crítica, pela maturidade de gôsto e apresentam muito menos fatos. Encontramos em Nicetas e em Ana Comena algumas recordações da antiga Grécia; mas êsses dois autores esforçam-se demasiado por imitar a linguagem dos poetas o que dá às suas narrações um caráter de frivolidade e de mentira. Os cronistas de Bizâncio só pensam em exibir os vãos ornamentos de sua retórica; e, quando mesmo deploram as desgraças e a ruína do império, sua linguagem sempre afetada continua sem calor e sem energia. São mais elegantes e mais gentis que os latinos, mas é a elegância e a polidez de uma nação antiquada. Comparando as crônicas dos francos com a dos gregos, percebemos fàcilmente que umas pertencem ao gênio ainda bárbaro de uma sociedade nova e outras ao declínio de um império envelhecido na corrupção e na moleza.

Conhecemos menos as crônicas orientais da Idade Média; mas à primeira vista lá encontramos a mesma credulidade e mais ignorância que na maior parte de nossas crônicas do Ocidente. Raramente nos historiadores árabes encontramos pensamentos que dão a conhecer o coração humano ou a revolução das sociedades; mui freqüentemente se descuidam das circunstâncias importantes dos acontecimentos, com particularidades bizarras e detalhes insignificantes, obedecendo assim ao espírito do des-

potismo oriental, que quer que o homem esteja sempre ocupado em pequenas coisas. Quando narram a queda de um império, se lhes perguntarmos porque êsse império caiu, respondem: *Deus o sabe.* Nas suas crônicas, que vimos, tôdas as vêzes que os muçulmanos vencem os cristãos, jamais encontramos outras expressões, que não estas: *Deus é Deus e Maomé é seu profeta.* Se os cristãos obtêm alguma vitória, os cronistas muçulmanos nada dizem; contentam-se apenas com estas palavras: *Que Deus os amaldiçoe.* Reconhecemos no entretanto, de quando em quando, em suas narrações, algo de menos bárbaro que os povos e os governos de que descrevem a história; vários dêles em sua linguagem figurada têm às vêzes, vivacidade e eloqüência. Já citamos historiadores ayoubitas, que para caracterizar a dor do povo de Damasco à morte de Saladino, dizem friamente que *se esqueceram de saquear a cidade;* elogio singular, que descreve tôda a nação e que põe a descoberto aquêle despotismo da Ásia em que as leis da justiça, a propriedade, tudo devia acabar com um só homem.

Devemos dizer, terminando êste paralelo, que nossos autores da Idade Média parecem sobrepujar pelo mérito do estilo e pela narração os escritores orientais da mesma época.

Como os cronistas do Ocidente escreviam em latim, devemos crer que as obras-primas da antiguidade não lhes eram desconhecidas e em várias de

suas narrações, percebemos que êles tiveram modelos. Os escritores do Oriente tinham como guia as próprias inspirações. Também, nada têm êles de medido em seu estilo e suas descrições não prendem a atenção dos leitores. No entretanto, devemos confessar que o estudo dos antigos, por vêzes extraviou nossos velhos cronistas, demasiado impelidos a julgar, pelas recordações de Roma e de Atenas, os fatos que narram. Quando nos querem apresentar um príncipe ou um cavaleiro cristão, comparam-nos aos grandes homens da antiguidade profana e mesmo a alguns personagens da fábula; se falam de um guerreiro, é sempre Aquiles, Alexandre ou César; se citam um tirano ou um mau rei, é sempre Falaris ou Nero. Godofredo de Viterbo compara o imperador Conrado, que partia para a cruzada, a Paris, pela beleza, a Sêneca, pelo conselho, a Heitor, pela bravura. Gauthier Vinisauf não sabe como falar de Frederico Barba-Roxa, que morreu sob as bandeiras da cruz, nos desertos da Ásia Menor; e, cheio de admiração pelas virtudes do imperador alemão, julga ver nêle a sabedoria e os traços de Sócrates. Os cronistas árabes, que não sabem nem a língua dos latinos nem a dos gregos e que não conhecem a história dos antigos, jamais põem em seus juízos os lugares comuns de uma erudição vulgar. Julgam sòmente segundo suas próprias impressões ou segundo o espírito dos povos da Ásia; e, se são inferiores aos nossos historiadores na arte de escre-

ver, sua ignorância tem pelo menos alguma coisa de natural e de original.

Notamos que as crônicas não trazem sòmente os vestígios do tempo, mas também dos lugares que as viram nascer. As crônicas da Itália e da Alemanha não têm o mesmo caráter, nem principalmente o mesmo mérito das da Inglaterra e da França. A história geral da Itália, como o país que nos representa, está dividida em várias frações e mostra-se aos nossos olhos semelhantes a um espelho quebrado em mil pedaços; do mesmo modo que devemos procurar a Itália na Idade Média, em trinta cidades rivais, assim encontramos sua história em muitas crônicas diferentes, que não estão de acôrdo entre si. Os cronistas italianos, preocupados com o interêsse de suas cidades, descuidam-se demasiado dos particulares característicos, das circunstâncias curiosas e importantes dos grandes acontecimentos. As crônicas da Alemanha, na mesma época, não nos apresentam mais fatos e são menos adiantadas quanto ao resto. A Germânia, que não tinha conhecido a civilização dos romanos, caminhava por último na civilização dos modernos. Oto de Freisingen, Godofredo, o Monge, o abade de Urangen e vários outros escritores alemães dos séculos doze e treze, não se podem comparar com alguns dos historiadores do mesmo tempo, que pertencem à França ou à Inglaterra.

A França forneceu os testemunhos mais numerosos e mais completos à história dos tempos passados. Também pudemos notar que os sábios estrangeiros dos últimos tempos, que se decidiram tornar conhecida a Idade Média, com suas leis e seus costumes, hauriam quase tôdas as suas luzes, nos nossos velhos anais. A França e seus historiadores julgaram êles dever estudar de preferência; dêles obtiveram suas primeiras noções mais profundas sôbre a feudalidade, a cavalaria e a origem das instituições entre os povos do Ocidente. As crônicas dos inglêses merecem também a atenção da posteridade esclarecida. Notamos antes de tudo que os cronistas da Inglaterra são pelo menos tão crédulos quanto os nossos. Mateus Paris, que foi tido como escritor filósofo, porque foi intérprete de algumas queixas que surgiram no seu tempo contra a côrte de Roma, é talvez o nosso historiador do século treze, que narra mais prodígios e mais coisas incríveis. Mas, ao lado dessa credulidade supersticiosa, gostamos de ver nos analistas inglêses um grande respeito pelos fatos históricos e o cuidado que êles têm de relatar tôdas as coisas necessárias à história o que dá muito valor às suas crônicas.

# CAPÍTULO XXII

## CONTINUAÇÃO DO MESMO ASSUNTO

Acreditaremos fàcilmente que se a época das cruzadas, não aperfeiçoou a arte de escrever a história, aumentou, pelo menos, o número dos historiadores; todos êsses historiadores são para nós fiéis testemunhas, que nos dão a conhecer a Idade Média. A importância dos fatos, o caráter religioso da guerra, o interêsse que nêle tinha a cristandade, inspiraram a vários escritores o pensamento de narrar o que sabiam e o que tinham visto. Restam-nos hoje mais de doze relações da primeira expedição dos cruzados à Ásia. Os piedosos autores dessa época, (usamos aqui as suas expressões) provam a necessidade de trazer à memória dos homens, os trabalhos e os sofrimentos dos guerreiros da cruz, e *principalmente as grandes coisas que foram feitas no Oriente com a permissão de Deus.* Muitos historiadores das guerras santas contam o que se havia passado sob seus olhos, pois tinham seguido os cruzados à Palestina. Também alguns tiveram o cuidado de dizer aos leitores, que escreveram no meio do acampamento e que a confusão da guerra não lhes permitia polir o estilo. Um dêles, para provar sua presença nos combates, nos diz, começando a história, que na tomada de Jerusalém, com a vitória de Saladino,

êle foi ferido no rosto por uma flecha. A madeira fôra arrancada da ferida, mas "no momento em que escrevo o ferro ainda lá está." Não temos necessidade de fazer notar que os cronistas que presenciaram os fatos estão mais possuídos que os outros das paixões que inflamavam os cruzados. Sua credulidade principalmente, é excessiva, como a da multidão dos peregrinos. A seus olhos tudo é milagre. Tudo é prodígio em suas narrações. Quando lemos certas narrações como as de Raimundo d'Agiles, de Günther ou de qualquer outro, somos tentados a crer que os guerreiros da cruz viviam num outro mundo que não, o que em que nos encontramos, e que as leis da natureza só existiam para os infiéis ou incrédulos. Uma censura mais grave, que não devemos poupar a êsses historiadores, testemunhas oculares, é a indiferença e às vêzes, a alegria com que narram o massacre dos muçulmanos. Sabemos que na primeira cruzada êsse massacre foi horrível, em várias cidades da Síria e principalmente em Jerusalém: para narrar a destruição dos infiéis, um cronista que estava presente nos diz que *era preciso ter asas para escapar à matança e que os muçulmanos não nas tinham.* Cegos pelas paixões da guerra, os cruzados viam apenas inimigos. Dissemos que a maior parte dos cronistas que seguia o exército cristão eram clérigos, e não tinham outras armas que o bordão de peregrino. Vários dêles não podem dissimular o temor que lhes inspiravam os soldados

muçulmanos e foi o mêdo, sem dúvida, que os tornou bárbaros.

Os historiadores que não tinham deixado o Ocidente mostram-se menos violentos e menos apaixonados em suas narrações. O arcebispo de Dol declara no prefácio de seu livro, que êle quer ser tão justo para os muçulmanos, como para os cruzados. Êle sabe o que deve à causa dos cristãos, mas sabe também o que deve à verdade. Devemos acrescentar que nas cruzadas que se seguiram à de Godofredo, relações mais freqüentes com os muçulmanos tinham mitigado, de muito aquêle espírito de ódio, que sufocava nos corações todo sentimento de justiça e de compaixão. A partir da terceira guerra santa, os sentimentos de humanidade e de tolerância reaparecem nas nossas crônicas. Como na Itália, a civilização começava a renascer, os cronistas dêste país dão-nos o exemplo; mas é principalmente na história de Guilherme de Tiro, que podemos reconhecer o progresso que tinha sido feito. O arcebispo de Tiro exprime-se sempre com uma nobre moderação e só se exalta com o triunfo da virtude. A consciência esclarecida, a probidade severa que êle mostra em todos os seus juízos merecem-lhe desde logo a estima e a confiança dos leitores. Como a maior parte dos cronistas de seu tempo, êle atribui os reveses dos cristãos aos seus pecados e à sua corrupção. Essa maneira de apreciar os acontecimentos não está mal na história de uma guerra reli-

giosa; ela caracteriza além disso muito bem os tempos infelizes em que o autor vivia. De resto, os mais culpados dos pecadores, aos olhos de Guilherme de Tiro, são sempre os que desprezam as leis da humanidade e da justiça; e, quando êle invoca as terríveis sentenças de Deus contra os filhos dos homens, é sobretudo para castigar o olvido da fé jurada e a violação do direito das gentes. Pela leitura de seu livro vemos que êle estudou as obras-primas da antiguidade grega e latina; as relações continuadas com os antigos não sòmente lhe esclareceram a razão e formaram o talento de escritor, mas sem dúvida outorgaram-lhe aquêle tom de urbanidade, ou melhor, aquela simplicidade elegante que notamos em sua narração. No entretanto, às vêzes êle abusa, do saber. Encontramos em seus escritos, Virgílio citado ao lado de Ezequiel, Juvenal com Isaías; para elogiar a metrópole de Tiro, o piedoso historiador não teme lembrar a profana Didon. Os particulares que a história costuma desprezar encontram-se muitas vêzes acumulados sob sua pena. Assim, quando êle nos traça a figura dos reis de Jerusalém, não se esquece de nos dizer que Godofredo tinha barba e cabelos louros; que Balduino I tinha cabelos ruivos, nariz aquilino e que êsse príncipe não era nem muito gordo nem muito magro; que Balduino II tinha porte alto, rosto corado, joelhos endurecidos pela oração. Todavia, tais detalhes, minuciosos assaz, que o gôsto severo dos modernos proscreve, não estão

talvez, muito descolocados, na história dos velhos tempos. Depois de ter lido os perfis do bom arcebispo, não sei que ilusão se apodera de meu espírito e experimento um certo prazer em pensar que eu reconheceria todos os heróis das cruzadas, se êles passassem diante de mim.

Devemos acrescentar aqui, que os últimos livros de Guilherme de Tiro não têm nem o interêsse nem o mérito dos primeiros. À medida que êle se adianta na carreira e que se aproxima dos tempos em que viveu, sua marcha torna-se mais tímida; êle descreve melhor a fundação e o progresso das colônias cristãs na Ásia, do que a decadência. Chegando ao reino de Balduino, o Leproso, êle se aflige com tudo o que vê e tudo o que conta; não ousa caraterizar os costumes de seus contemporâneos e a verdade parece-lhe um fardo pesadíssimo; sinistros pressentimentos perturbam-lhe o pensamento; de repente, êle se detém no meio de uma narração iniciada e seu silêncio torna-se para os leitores o triste presságio de desgraças que ameaçam Jerusalém.

Os cronistas das guerras santas são excelentes, de modo especial em descrever as misérias dos cruzados, de que êles tinham partilhado e a virtude, de que falam melhor é a resignação. As recordações da Escritura, as palavras dos profetas, quando não as usam demais, servem-nos maravilhosamente em suas descrições e dão aos seus quadros algo de poético e de solene que fere a imaginação. Seus pensa-

mentos e suas imagens são muitas vêzes a viva expressão daquele entusiasmo guerreiro que gerou as guerras do Oriente. Um cronista inglês, Raul de Coggeshale, depois de ter descrito a invasão da Palestina e as desgraças que ela sofreu, aflige-se, por sobreviver aos peregrinos mortos, por Jesus Cristo e inveja-lhes o sacro pó que os cobre: "Ai de mim! exclama êle, que sou o último dos pecadores! Menos feliz que meus irmãos não recebi minha porção da terra do Senhor." Não nos admiramos de ver essa melancolia chorosa, essa tristeza, por não ter caído sob os golpes do vencedor, na história de uma guerra feita em nome do céu e longe da pátria, de uma guerra que não oferecia outra glória que a do martírio e da qual o objetivo sagrado era a conquista ou a libertação de um túmulo.

Essa exaltação piedosa é o caráter de todos os cronistas que narraram os acontecimentos das cruzadas; mas cada um dêles tem qualidades que lhe são próprias e que os distinguem dos demais. Citamos muitas vêzes os historiadores das guerras santas para que sejam conhecidos de todos os nossos leitores; seja-nos no entretanto permitido lembrar aqui alguns e falar, uma última vez, dos fiéis companheiros de nossos trabalhos. Foulcher de Chartres é o primeiro que se apresenta ao nosso espírito. Sabemos que êsse singelo cronista se compraz em se apresentar em sua obra e suas narrações são muitas vêzes interrompidas por estas palavras: *Ego Fulchérius Carnuténsis,* (eu

Foulcher de Chartres)." Quando Balduíno, irmão de Godofredo, tornou-se príncipe de Edessa, Foulcher nos diz que êle era seu capelão. Quando visita com outros peregrinos a fonte de Moisés, diz-nos que lá fêz seus cavalos beberem água; percorrendo as margens do Mar Morto, diz-nos que provou o sabor da água daquele mar e que a achou amarga como o eleboro. Falando de uma vitória obtida sôbre os partos, fala-nos da idade que tinha então e nos diz *que seis vêzes dez anos e duas vêzes três anos se haviam passado desde o seu nascimento*. Sempre disposto a falar de si mesmo, Foulcher nos torna participante de tôda a sua admiração, de tôda a sua surprêsa, e mesmo de seus temores. O que mais êle teme é a guerra e seus flagelos; não pode disfarçar o mêdo que lhe causam os muçulmanos; tôdas as vêzes que os cruzados vencem o inimigo, o capelão de Balduíno dá graças a Deus, com grande efusão do coração; e, quando vê o sinal dos combates perigosos, confessa ingênuamente que *preferiria então estar em Orléans ou em Chartres*. Nosso cronista tem alguns conhecimentos de história natural e não perde a ocasião de mostrar quanto sabe; assim, depois de ter descrito a batalha de Ascalon, cita doze espécies de pedras preciosas que encontraram entre os despojos dos vencidos. Sua descrição do cêrco de Jerusalém e de Antioquia não prende nossa atenção, porque o cronista estava ausente, mas, nos dá muitos documentos úteis sôbre Godofredo e as

colônias cristãs. Ninguém melhor do que Foulcher descreveu a criação dêsses novos Estados e o milagre de sua conservação no meio das nações muçulmanas. Nada é mais engenhoso que o modo com que nos representa os francos estabelecidos na Síria, alguns anos depois da primeira cruzada: "Quem era romano ou franco, diz Foulcher, aqui tornou-se galileu; quem morava em Reims ou Chartres fica sendo cidadão de Tiro ou de Antioquia. Já esquecemos o lugar de nosso nascimento. Muitos já possuem aqui casas e escravos; alguns desposaram mulheres que não são compatriotas; uma síria, uma armênia, ou mesmo uma sarracena, que recebeu a graça do batismo; um cultiva as vinhas, outro, os campos. Todos êsses habitantes falam diversas línguas e já chegaram a se entender; a confiança aproxima as raças mais afastadas, pois está escrito que o leão e o boi comerão na mesma mesa. Dia a dia nossos parentes e amigos vêm reunir-se a nós, abandonando os bens que possuíam no Ocidente; os que eram pobres em sua pátria, aqui Deus os faz ricos; os que tinham poucos escudos possuem agora um número infinito de bizantinos; os que possuíam apenas uma quinta arrendada, Deus lhes deu uma cidade; pois êle não quer que os peregrinos que tomaram a cruz, caiam na indigência. Isso é, vós o vêdes bem, uma maravilha, que deve deixar atônito o universo." Assim Foulcher alegrava, de propósito, seus quadros e para atrair os francos à Ásia,

mostrava-lhes as colônias cristãs como uma verdadeira terra prometida.

O abade Guibert não se assemelha a Foulcher e faz mesmo um juízo muito severo sôbre a relação do capelão de Balduíno. Censura-lhe ter escrito a história num estilo incorreto e grosseiro, ter exagerado o número dos peregrinos, ter prestado fé a muitas fábulas que corriam pela Europa, à partida da primeira cruzada. O abade de Nogent mistura à sua crítica, reflexões picantes sôbre a credulidade popular, que via prodígios por tôda a parte. Não poupa de modo especial a piedosa fraude daqueles que tinham alguma deformidade natural, uma mancha num dos olhos ou algum sinal que lhes estava gravado no rosto como uma expressão da vontade celeste, que os chamava à guerra santa. Coisa digna de nota! Depois de se ter insurgido contra os erros da multidão, êle acusa de grande crime a Foulcher de Chartres, por não acreditar na lança do Salvador, encontrada em Antioquia, e consagra várias páginas de seu livro para provar que a expedição e os feitos dos primeiros cruzados tinham sido claramente anunciados pelos profetas de Israel! Em geral, êsse autor cai muitas vêzes nos defeitos que censura nos outros; e, se seu estilo não é comum e vulgar, degenera às vêzes em afetação pueril. No entretanto, seu livro é muito precioso pelo grande número de trechos que contém e que não são encontrados em outros lugares. O quadro que êle traça da pregação de Pedro, o

Eremita e da partida dos cruzados é cheio de interêsse; o historiador nos prende menos, na narração do que se passou no Oriente. Não é inútil fazermos notar aqui que os cronistas que ficaram no Ocidente descrevem melhor que os outros, os preparativos ou a partida de uma cruzada e nos dão melhor a conhecer a espécie de entusiasmo que precipitou a Europa sôbre a Ásia.

Houve grande emulação, como dissemos, para se escrever a história da primeira cruzada. Tudebode, sacerdote de Poitou, é o primeiro cuja narração foi conhecida na Europa. Seu estilo é cheio de incorreções, de expressões comuns e triviais; mas uma espécie de melancolia religiosa, uma grande simplicidade de coração e de espírito dominam seus escritos e cativam a atenção do leitor. O monge Roberto que se parece muito com Tudebode, pelos fatos, escreve com mais clareza e elegância; e o sétimo livro de sua história, no qual conta a libertação dos cruzados em Antioquia, só teria necessidade de ser pôsto em versos para pertencer à epopéia. Raimundo d'Agiles parece-nos menos interessante, porque acumula muito as descrições e por vêzes descuida-se dos fatos mais importantes para contar aparições sobrenaturais. Sua convicção imperturbável é um espetáculo curioso para os leitores; mostra-se sempre pronto, como Barthélemi, a se lançar numa fogueira para provar as menores maravilhas de que nos fala. O historiador Alberto de Aix, observador

assaz inteligente dos costumes do seu tempo, faz-se notar pelo tom verídico de suas narrações e pela multidão de detalhes que reúne. Conhece melhor a cruzada que as testemunhas oculares e, se êle não foi ao Oriente, poderíamos crer que interrogou todos os que de lá voltaram. Raul de Caen, historiador de Tancredo, é o único cronista da primeira cruzada, que não é eclesiástico; êle também pinta melhor os costumes militares dos cruzados, que seu caráter religioso e mostra-se mais apaixonado pela glória das armas do que pela da cruz; descreve melhor as batalhas que as cerimônias piedosas e cita mais freqüentemente a mitologia e a antiguidade profana, que a Bíblia e as santas Escrituras. Raul descreve às vêzes em versos os combates e os acontecimentos da cruzada; mas, preocupado com a lembrança de seus estudos, acredita assaz que uma imitação servil dos antigos pode substituir o maravilhoso de seu assunto; é assim que, descrevendo a batalha de Antioquia, apostrofa o zéfiro ou vento do Ocidente e compara Tancredo a Castor, a Hércules; há mesmo um de seus capítulos que se intitula, *Marte favorece os cristãos.* Embora Raul de Caen faça grandes elogios ao seu herói devemos convir que o torna pouco interessante, pois no-lo representa sem cessar no meio da matança e nêle não apresenta nenhuma daquelas fraquezas apaixonadas que nos prendem aos heróis de Homero ou de Tasso.

A segunda cruzada, que não teve resultado, fixou menos a atenção da história e inspirou um pequeno número de cronistas, pouco conhecidos e poucos dignos de sê-lo. Não podemos, todavia, esquecer Odon de Deuil, que acompanhava Luís VII e que descreveu com elegância os preparativos da marcha do exército francês. Como a maior parte dos historiadores latinos dessa época, fala pouco dos gregos; e seu ódio ou prevenção exprime-se às vêzes com energia eloqüente. É o cronista que melhor nos dá a conhecer Constantinopla, *magnífica cidade que sobrepujava a tôdas as outras por suas riquezas e por seus vícios, temia a todos, por sua fraqueza, e era temível por suas perfídias*. Odon de Deuil, que muitas vêzes tem a precisão e vivacidade de Salústio, exalta-se principalmente ao nos mostrar as misérias e a bravura infeliz dos cruzados. Parece-nos em suas narrações assistir ao desastre dos peregrinos alemães e à entrevista do imperador Conrado com Luís VII, à passagem do Meandro, à derrota do exército francês perto de Laodicéia. As desgraças dos guerreiros da França tocam vivamente o monge de S. Dionísio, e, quando êle no-las descreve, *não pode reter as lágrimas*. Que leitor não se comoveria com Odon de Deuil, ante aquela multidão de peregrinos chegados a Satália, quase sem roupa, sem víveres, sem navios para embarcar e sem poder continuar o caminho por terra, enchendo o ar com seus lamentos, implorando em vão o auxílio dos

gregos e entregando-se à compaixão dos infiéis, compaixão *mais bárbara talvez que a traição e a perfídia?* O historiador compraz-se em celebrar os sentimentos generosos do rei da França; mostra-nos o príncipe sempre pronto a se consagrar ao exército, pois *êle sabia que um rei não nasceu para si mesmo, mas para a salvação de todos.* Quando Luís VII chega a Antioquia, o cronista detem-se e falta-lhe a coragem para seguir os cruzados a Jerusalém e a Damasco. Oto de Freisingen que também tinha começado a história da segunda cruzada, igualmente se detém no meio da narração e só volta a essa guerra infeliz para dizer que os desastres da santa expedição povoaram o céu de eleitos.

Como a terceira cruzada não foi gloriosa para a França, nossos cronistas contemporâneos, como Rigord e Guilherme, o Bretão, pouco falam dela. Mas, como os inglêses muito se distinguiram nesse tempo, os velhos historiadores da Grã-Bretanha, falam dela até nos mínimos detalhes. Falaremos aqui apenas do *Itinéraire de Richard.* O autor dessa relação sobrepuja a todos os outros escritores do seu tempo, pela variedade dos quadros e pela extensão de seus conhecimentos. Gauthier Vinisauf, testemunha ocular dos fatos da cruzada, quando lemos seu livro, parece-nos, como êle, ter sob nossos olhos os personagens e os povos que figuraram no grande drama da guerra santa. Na sua história podemos contemplar o Oriente, armado contra o Ocidente;

podemos seguir os muçulmanos e os cristãos, com suas paixões, seus costumes e seus hábitos guerreiros e religiosos. A maior parte dos cronistas, que eram clérigos, compraz-se em descrever os fatos militares, mas suas narrações são quase sempre obscuras e difíceis de se seguir; Gauthier Vinisauf distingue-se porque compreende tudo o que narra e exprime-se sempre com clareza. Vemos que êle também é versado na arte da guerra; conhece as armas e os costumes dos cruzados, as disposições dos chefes, as máquinas empregadas nos cercos; encontramos em suas narrações, como já dissemos, noções sábias sôbre a construção de navios e a descrição exata e fiel que êle nos dá de uma batalha naval poderia ser considerada como um fenômeno, nas crônicas do século doze.

Entre os grandes fatos da cruzada, Gauthier Vinisauf não perde de vista as circunstâncias menos importantes e inclui sempre no seu quadro das batalhas, alguns trechos sôbre os costumes. Narrando-nos a vitória de Arsur, êle não se esquece de falar do cavalo amarelo de Chipre sôbre o qual montava o rei Ricardo; apresenta-nos o monarca inglês, ora matando um javali feroz, vindo das montanhas da Judéia, ora, respondendo por meio de canções às poesias do duque da Borgonha, ora, finalmente resistindo a Saladino, em combates que se parecem com os da Ilíada ou da Eneida. Na parte mais interessante dessa crônica, o autor apresenta-nos o pie-

doso delírio dos peregrinos, quando se aproximam de Jerusalém, e seu desespêro, quando se afastam da cidade santa, para voltar, por mar. A indecisão de Ricardo perturba-lhe os pensamentos, que êle parece comunicar ao exército, de que é o chefe, e nos oferece um dos espetáculos mais curiosos da terra santa. O monarca inglês, ora, levado por mil paixões diversas, ora impaciente por voltar ao seu reino, ardendo no desejo de combater contra os infiéis, conclui por fim, uma trégua com Saladino. Então, para descrever as vicissitudes das coisas humanas, Vinisauf diz que o futuro do qual os dois monarcas dispunham por um tratado não lhes pertence; na verdade Saladino morria logo depois em Damasco e o rigor de um longo cativeiro esperava Ricardo, na Alemanha. Terminando sua descrição, o cronista julga-se obrigado a refutar os *que, falando a torto e a direito, afirmaram que os cruzados nada tinham feito no Oriente,* porque não tinham libertado Jerusalém. Gauthier Vinisauf declara-nos, como testemunha dos fatos da guerra, que a cruzada mandou ao céu mais de quatrocentos mil peregrinos, *duzentos mil tinham morrido por se terem abstido dos prazeres dêste mundo com a esperança da recompensa divina.* Essa maneira de julgar as cruzadas, encontra-se em quase tôdas as crônicas do tempo, e, apesar de seu saber, o historiador de Ricardo não se pôde elevar acima dos erros supersticiosos do seu século.

Ricardo Coração-de-Leão na batalha de Arsur.

Embora a expedição de Barba-Roxa tenha sido infeliz, teve três historiadores. Todos os três, acompanhando o exército cristão apresentam-nos com escrupulosa fidelidade a marcha dos peregrinos alemães através do império grego e os desertos da Ásia Menor, onde os perseguiram a perfídia de Bizâncio, a ferocidade dos turcos e os horrores da fome. Um dos cronistas, cuja obra manuscrita acaba de ser descoberta e publicada na Alemanha, diz-nos que a língua dos anjos não seria suficiente para nos descrever os sofrimentos dos cruzados e sua heróica resignação. "*O famoso Homero,* — acrescenta êle, — *o eloqüente Lucano, e o poeta de Mântua, mesmo,* se vivessem ainda e, se lhes pedíssemos a história fiel desta cruzada, poriam o dedo nos lábios, e ficariam como um homem sem língua." Restam-nos duas relações muito extensas do cêrco de Damietta, cujos autores, testemunhas oculares, fazem-nos assistir ao espetáculo dos fatos que narram. A primeira, que se atribui a um eclesiástico de Reggio, descreve com calor os assaltos, os combates que se sucederam, sem interrupção, durante dezenove meses: o ardente fervor do legado de Roma, suas orações dirigidas a Jesus Cristo, no campo de batalha, as procissões, as apreensões, a alegria, o desespêro dos peregrinos, os gritos de guerra, o choque dos exércitos que ressoavam todos os dias, sôbre as duas margens do Nilo, as tempestades do céu, que se uniam por vêzes às cenas dos combates e até as

aparições milagrosas cuja presença perturbava os muçulmanos tudo é fielmente retratado, tudo se anima, tudo parece vivo sob a pena do cronista italiano. A segunda, é obra de um padre de Colônia, Olivério Escolástico, que tem talvez menos vivacidade em suas narrações mas não menos verdade e naturalidade. Depois de ter narrado os esforços gloriosos e as longas desgraças do cêrco de Damietta, apresenta-nos a cidade conquistada, "que a guerra, a epidemia e a carestia enchiam de funerais; só se viam cadáveres nas casas, nas ruas e nas praças públicas. Os mortos matavam os vivos, o filho junto do pai que expirava, o escravo perto de seu dono, estendido por terra, morriam de fraqueza e de inanição; as crianças pediam pão e não havia ninguém que lho pudesse dar."

Olivério Escolástico foi um dos pregadores mais afamados da sexta cruzada e durante o cêrco de Damietta êle construiu máquinas que foram a admiração dos mesmos guerreiros cristãos; mas êle fala de si mesmo, com tanta reserva e modéstia, que seu nome ficou quase desconhecido, à posteridade e sua história foi atribuída a Tiago de Vitri. Nossas indagações levaram-nos a reconhecer essa injustiça, aceita pela opinião de alguns sábios e, o fruto mais doce de nossos trabalhos é dar a um de nossos velhos cronistas, a glória que lhe pertence.

# CONCLUSÃO

Chegando ao fim de um longo trabalho olhamos em redor de nós e a marcha política do mundo inspira-nos curiosas aproximações.

Lembremos um momento o estado em que as cruzadas deixaram o Oriente e vejamos o estado do Oriente nos dias que correm.

No fim das expedições da cruz, as potências muçulmanas estavam tôdas em decadência; poderíamos crer que as nações maometanas tinham esgotado na luta contra as invasões, tudo o que havia de seiva e de vigor. Nenhuma dessas potências pôde refazer-se com brilho, depois dessa época. O islamismo perdeu sua fôrça, as instituições que êle fundou definhavam. As tentativas de reforma e de renovação social na Ásia, floresceram apenas para tornar mais rápida e mais completa a queda do império do Alcorão. Em vão a lei do profeta árabe esforça-se por conservar o Oriente que lhe escapa; a lei cristã vitoriosa vai começar novos destinos para aquêles longínquos países de onde ela nos veio.

Na história das sociedades, encontramos revoluções que caminham lentamente através das idades

e entre povos diversos; a Providência dirige-as, e sòmente o tempo as amadurece e as completa, e o homem mal as percebe e julga porque ocupa apenas um ponto no espaço e no tempo. Há revoluções desta espécie como cometas transitórios, que avançam na imensidão do espaço e que vemos a grandes intervalos; elas pertencem a uma geração e apresentam-se depois a gerações longínquas. Não queremos dizer com isso, que voltamos aos tempos das cruzadas, mas parece-nos, pelo menos, que o vasto e misterioso trabalho das guerras santas, que tinha por fim a conquista e a civilização da Ásia, reproduz-se em vários dos grandes fatos de que fomos testemunhas e nos que se preparam. Hoje, como no tempo das guerras sagradas, todos os lugares onde os cruzados chantaram suas bandeiras fixam a atenção da Europa cristã; a Grécia, Constantinopla, a África, e Egito, a Síria, o Mediterrâneo e suas ilhas, são os pontos sôbre os quais agora, os filhos dos velhos francos lançam suas vistas. Tal regresso das idéias e dos instintos dos povos não se assemelha à grande revolução, que na antiguidade e na Idade Média tendia a aproximar o Oriente do Ocidente?

FIM

# ÍNDICE DAS GRAVURAS

# ÍNDICE

## VOLUME SÉTIMO

### LIVRO VIGÉSIMO PRIMEIRO (Continuação)



### LIVRO VIGÉSIMO SEGUNDO

*Influência e Resultado das Cruzadas*

# ÍNDICE GERAL

## VOLUME PRIMEIRO

### LIVRO PRIMEIRO

*Origem e Progresso do Espírito das Cruzadas* — 300-1095

## LIVRO SEGUNDO

*Partida e Marcha dos Cruzados no Império Grego, Através da Ásia Menor* — 1096-1097



## CONTINUAÇÃO DO LIVRO SEGUNDO

## LIVRO TERCEIRO

*Marcha dos Cruzados para Antioquia e Cêrco de Antioquia* — 1097-1098



## CONTINUAÇÃO DO LIVRO TERCEIRO

## LIVRO QUARTO

*Marcha para Jerusalém. — Cêrco da Cidade Santa. — Batalha de Ascalon. — Nova Cruzada. — Considerações.*
— 1099-1101

## VOLUME SEGUNDO

### CONTINUAÇÃO DO LIVRO QUARTO



### LIVRO QUINTO

*História do Reino de Jerusalém* — 1099-1146

## LIVRO SEXTO

*História da Cruzada de Luís VII e de Conrado —* 1145-1149

## LIVRO SÉTIMO

### 1151-1188

## VOLUME TERCEIRO

### CONTINUAÇÃO DO LIVRO SÉTIMO

## LIVRO OITAVO

### 1187-1190

CONTINUAÇÃO DO LIVRO OITAVO

## LIVRO NONO

*Fim da Quarta Cruzada* — 1193-1198



## LIVRO DÉCIMO

*Quinta Cruzada* — 1198-1203

## LIVRO DÉCIMO PRIMEIRO

*Desde a Restauração de Isaac até a Morte de Balduíno*

— 1203-1206

## VOLUME QUARTO

### LIVRO DÉCIMO PRIMEIRO (Continuação)

*Desde a Restauração de Isaac até a morte de Balduíno* — 1203-1205

### LIVRO DÉCIMO SEGUNDO

*Desde a Morte de Amaury até a Restituição de Damietta, pelos Cruzados* — 1200-1221

## LIVRO DÉCIMO TERCEIRO

*Cruzada de Frederico II — Cruzada do Rei de Navarra*
— 1222-1241



## LIVRO DÉCIMO QUARTO

*OS Tártaros — O Concílio de Lião — Primeira Cruzada de S. Luís* — 1242-1249

## VOLUME QUINTO

### LIVRO DÉCIMO QUINTO

*Desde a morte de Amaury até a restituição de Damietta, pelos Cruzados* — 1249-1250

## LIVRO DÉCIMO SEXTO

*Continuação e Fim da Primeira Cruzada de S. Luís* — 1250-1254

## LIVRO DÉCIMO SÉTIMO

*Segunda Cruzada de S. Luís* — 1255-1271

## LIVRO DÉCIMO OITAVO

*Queda das Colônias Cristãs do Oriente* — 1271-1290

## LIVRO DÉCIMO NONO

*Tentativas de Novas Cruzadas contra os Turcos*
1291-1453

# VOLUME SEXTO

## LIVRO DÉCIMO NONO (Continuação)



## LIVRO VIGÉSIMO

*Cruzada contra os Turcos* — **1453-1590**



## LIVRO VIGÉSIMO PRIMEIRO

Cap.

## VOLUME SÉTIMO

### LIVRO VIGÉSIMO PRIMEIRO (Continuação)

## LIVRO VIGÉSIMO SEGUNDO

*Influência e Resultado das Cruzadas*